

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RJ

Virgílio de Oliveira Souza

**O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (SICODI) COMO INSTRUMENTO
PARA EFETIVAÇÃO DO TELETRABALHO NA FISCALIZAÇÃO A CARGO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro
2008

VIRGILIO DE OLVEIRA SOUZA

**O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (SICODI) COMO INSTRUMENTO
PARA EFETIVAÇÃO DO TELETRABALHO NA FISCALIZAÇÃO A CARGO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Administração
Pública da Fundação Getúlio Vargas
como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Administração
Pública.

Orientador: Paulo Emilio Matos
Martins, doutor.

Rio de Janeiro
2008

Dedico esta pesquisa àqueles que acreditam que o trabalho pode ser um misto de labor e prazer, um meio de vida, mas não de subjugação e ainda ao meu pai (*in memoriam*) e minha mãe que, em suas vidas, sempre acreditaram em minhas conquistas, apostando o máximo em meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Mestre dos mestres, Nosso Senhor Jesus Cristo, que sempre intercedeu pelos menos favorecidos, e hoje, coloca-me à frente de mais um degrau, após carregar-me em seus ombros em 2007.

Agradeço à minha família (esposa e filhos), pela compreensão e concessão do tempo que não lhes foi dedicado em função de pesquisas e redação, visando à consecução desta dissertação.

Agradeço ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que, conforme um experiente servidor, no dia anterior à sua aposentadoria compulsória, o definiu: laboramos em uma Santa Casa que coloca o seu servidor como destaque dos seus investimentos. Somos (eu e meus amigos do mestrado e do TCE/RJ) o resultado do investimento seguro desse Tribunal na formação do patrimônio maior da Corte de Contas – o capital intelectual.

Agradeço aos valiosos professores pelos ensinamentos que nos foram passados, não somente de conhecimento acadêmico, mas parte do seu patrimônio intelectual da vivência e experiência na vida pública, em especial à professora Valderez Ferreira Fraga, por sua amizade, paciência e dedicação nessa empreitada pensada desde suas aulas, ajudando-me a transformá-la nessa dissertação como co-orientadora informal.

Agradeço aos meus amigos do mestrado pelas sextas e sábados de estudo em que buscamos juntos, ao longo de uma jornada pesada de estudos, de 8:00 às 18:00 horas.

Ao meu mestre e orientador, Paulo Emílio Matos Martins, pela dedicação como abraçou a idéia, apresentando sugestões nos momentos apertados de sua vida profissional, entre uma viagem e outra de serviço e engrandecimento do nome da EBAPE/FGV.

Aos funcionários do CFAP e da Biblioteca Mário Henrique Simonsen – FGV/RJ, pela dedicação como executam suas atividades, com desvelo e alto grau de profissionalismo.

Por fim, aos colegas que compuseram, ao longo do curso, um grupo de trabalho coeso, o que nos possibilitou superar vários obstáculos que pareciam impossíveis. Compõem, hoje, um grupo unido pela amizade e sabedor de que nenhuma corrente é mais forte do que seu elo mais fraco. Meus amigos Carlos Amorim, Daniele Macedo, Fábio Garcez, José Indalécio e Pedro Alcântara.

You may say I'm a dreamer, but I'm not the only one.
I hope someday you join us and the world will be as one.

(John Lennon)

RESUMO

Os atos de pessoal na gestão pública são de grande relevância e várias leis tentam limitar os gastos relacionados. A gestão de pessoal na Administração Pública busca o princípio da eficiência. O sistema de comunicação digital do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) é esperado como facilitador no exercício da fiscalização que lhe compete, nos termos da Constituição Federal e Fluminense, mediante o teletrabalho. O TCE/RJ, enquanto órgão superior de fiscalização, mais do que redução de custos e flexibilização de horário pode utilizar o teletrabalho como instrumento de otimização da ação pública, mediante a certificação digital do SICODI, a fim de maximizar os recursos aplicados nessa ação constitucional, com o máximo de eficiência, de fiscalização eficaz e efetiva. Na primeira parte, esta pesquisa objetivou avaliar as tarefas dos cargos da atividade-fim do TCE/RJ e as características do perfil dos servidores da área de fiscalização dos atos de pessoal, a partir dos conceitos e pressupostos definidos. Com esse fim específico, foi adotado questionário aos auditores e técnicos da área-fim para análise das tarefas dos cargos e perfil dos funcionários. Na segunda parte, esta pesquisa avalia o sistema de comunicação digital do TCE/RJ, segundo o referencial teórico e a Norma ISO/IEC nº 9126-1, observando três dimensões: o conteúdo, a usabilidade e a funcionalidade. Com o emprego de métodos qualitativos complementados por análise quantitativa, os resultados obtidos apontam de forma positiva para a implementação do teletrabalho na fiscalização dos atos de pessoal, quer com relação aos analistas e técnicos envolvidos com esse tipo de auditoria, quer com relação ao sistema de comunicação digital do TCE/RJ.

Palavras-chave: Teletrabalho. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Auditorias. Atos de pessoal.

ABSTRACT

The acts of public administration personnel are of great importance and various laws have been passed in attempt to limit the related expenses. The management of Public administration personnel is based on the principle of efficiency. The TCE/RJ (State of Rio de Janeiro/Audit Court) digital communication system is expected through telework to facilitate its auditing duties in compliance with the terms of the Federal and State constitutions. The TCE/RJ, the superior judicial body of auditing, has done more than just reduce costs and use flextime; it applies telework as an instrument to optimize public service through SICODI digital certification to maximize the resources applied to this constitutional act with greater efficiency for effective auditing. The focus of the first part of this study is to evaluate the tasks of positions that forward the TCE/RJ objectives and the profile characteristics of employees of the inspection area on personnel performance beginning with defined concepts and purposes. Questionnaires for auditors and technicians of the area were approved for this specific purpose to analyze the duties of positions and employee profiles. The second part of this study evaluates the TCE/RJ digital communication system according to theoretical reference and ISO/IEC Standard No. 9126-1, observing three dimensions: the content, usability and functionality. The results obtained, with the use of qualitative methods complemented by quantitative analysis, were positive for the implementation of telework in the inspection of personnel performance in relation to the analysts and technicians involved in this type of auditing as well as in relation to the TCE/RJ digital communication system.

Key words: Telework, TCE/RJ (State of Rio de Janeiro/Audit Court), Audit, Acts of personnel.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE ANEXOS	xiv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema	2
1.2. Objetivos	2
1.2.1 Objetivo final	2
1.2.2 Objetivos intermediários	2
1.3. Delimitação do Estudo	2
1.4. Relevância do Estudo	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1. A Competência dos Tribunais de Contas	7
2.1.1 – controle	7
2.1.2 – fiscalização	9
2.1.3 – competência	11
2.1.4 – competência constitucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	11
2.2. A Descentralização do trabalho – o teletrabalho	13
2.3. O Sistema de rede e o teletrabalho: uma nova revolução tecnológica	15
2.4. O Teletrabalho: nova oportunidade para o trabalho flexível	18
2.5. <i>E-government</i> e o teletrabalho: os membros ou agências de governo e o uso da tecnologia da informação (TI)	23

2.6.	O Sistema de comunicação digital do TCE/RJ (SICODI)	27
2.6.1	– Certificação digital : a assinatura eletrônica	30
2.6.2	– Certificação digital : as autoridades certificadoras	32
2.7.	As três dimensões para avaliação do sistema de comunicação digital (SICODI) – um experimento	33
2.8.	O teletrabalho e o direito brasileiro: o que muda na relação trabalhista do funcionalismo público?	39
3	METODOLOGIA	42
3.1.	Da viabilidade de implantação do teletrabalho: área de fiscalização de gastos de pessoal	45
3.1.1	- análise das tarefas do cargo	46
3.1.2	- análise das características do perfil	47
3.1.3	- determinação da viabilidade	48
3.2.	A análise do SICODI mediante a norma ISO/IEC nº 9126 – 1 (NBR nº 13596/96)	49
3.2.1	– Composição da amostra	50
3.3.	Universo e amostra	52
3.4.	Coleta de dados	52
3.5.	Tratamento de dados	58
3.6	Limitações do método	60
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	
4.1	Primeira parte da pesquisa: da viabilidade de implantação do teletrabalho (análise do perfil dos servidores em relação às tarefas do cargo).....	61
4.1.1	– Sujeitos da pesquisa	62
4.1.2	– Da coleta dos dados	63
4.1.3	– Da disposição dos dados	63

4.1.3.1 – Gênero	63
4.1.3.2 – Idade	64
4.1.3.3 – Tarefas do cargo	64
4.1.4 – Achados da primeira fase da pesquisa	68
4.2 Segunda parte da pesquisa: da viabilidade do sistema de comunicação digital – SICODI – como instrumento para efetivação do teletrabalho	69
4.2.1 – Dimensão conteúdo	70
4.2.1.1 – Usuários internos ao TCE/RJ	70
4.2.1.2 – Usuários externos – jurisdicionados do TCE/RJ	71
4.2.1.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários	72
4.2.2– Dimensão usabilidade	73
4.2.2.1 – Usuários internos ao TCE/RJ	73
4.2.2.2 – Usuários externos – jurisdicionados do TCE/RJ	74
4.2.2.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários	75
4.2.3– Dimensão funcionalidade	77
4.2.3.1 – Usuários internos ao TCE/RJ	77
4.2.3.2 – Usuários externos – jurisdicionados do TCE/RJ	78
4.2.3.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários	79
4.2.4– Achados da segunda fase da pesquisa	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
BIBLIOGRAFIA	85

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Campanha SOBRATT: pelo trânsito livre e ar limpo!	5
FIGURA 2: Fluxo operacional do modelo de Kugelmass	17
FIGURA 3: O sistema de rede	18
FIGURA 4: O teletrabalho	21
FIGURA 5: A telecomutação	22
FIGURA 6: O teletrabalho e qualidade de vida	23
FIGURA 7: O SICODI e a fiscalização a cargo do TCE/RJ	30
FIGURA 8: Framework para avaliação de sistemas de informação proposto por SERAFEIMIDIS (1997)	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Definições de teletrabalho da Comissão Européia e de EITO	19
QUADRO 2: Avaliação da viabilidade de implantação do teletrabalho no TCE/RJ	45
QUADRO 3: Atributos da variável: tarefas do cargo	47
QUADRO 4: Atributos da variável: características do perfil	48
QUADRO 5: Características do perfil – pontuação das alternativas	56
QUADRO 6: Pesos para avaliação do sistema de comunicação digital – Sicodi	58
QUADRO 7: Notas para avaliação do sistema de comunicação digital – Sicodi	58
QUADRO 8: Quantitativo de servidores da área de fiscalização dos atos de pessoal – Inspetorias de Controle de Pessoal – IGP's – TCE/RJ	62
QUADRO 9: Correspondência dos respondentes com o quantitativo de servidores por Inspetoria de pessoal – perfil	62
QUADRO 10: Análise dos cargos de técnico e analista de controle externo – Inspetorias de Controle de Pessoal – TCE/RJ	65
QUADRO 11: Quantitativo de usuários do Sicodi pesquisados	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Distribuição dos respondentes por gênero	63
TABELA 2: Faixa etária dos respondentes	64
TABELA 3: Características do perfil dos respondentes	66
TABELA 4: Percentual consolidado do perfil dos respondentes	67
TABELA 5: Características do perfil dos respondentes	68
TABELA 6: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo , para usuários internos.	70
TABELA 7: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo , para usuários externos.	71
TABELA 8: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo , para usuários internos e externos.	72
TABELA 9: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade , para usuários internos.	73
TABELA 10: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade , para usuários externos – jurisdicionados.	74
TABELA 11: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade , para usuários internos e externos.	75
TABELA 12: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade , para usuários internos.	77
TABELA 13: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade , para usuários externos – jurisdicionados.	78
TABELA 14: Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade , para usuários internos e externos.	79

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I : Dez passos para implementação do Trabalho Flexível de Kugelmass	88
ANEXO II: Análise dos cargos (carreiras do controle externo)	92
ANEXO III: Análise das características do perfil do respondente – correspondência das características do perfil do respondente em relação às questões avaliadas no instrumento (questionário 2)	95
ANEXO IV: Correspondência das características do perfil do respondente em relação às questões avaliadas no instrumento (questionário 3)	97
ANEXO V: Análise dos critérios para avaliação do sistema de comunicação digital do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – SICODI	98
ANEXO VI: Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	110
ANEXO VII: Plano de cargos, salários e carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	115
ANEXO VIII: Instrumento de fiscalização dos atos de pessoal das entidades sob jurisdição do TCE/RJ	118
ANEXO IX: Norma de instituição do sistema de comunicação digital – SICODI	125
ANEXO X: Entrevista com servidores da área de desenvolvimento de sistema e usuários internos	130

1 INTRODUÇÃO

As atividades desenvolvidas pelos Tribunais de Contas, em cumprimento à missão constitucional no exercício do controle externo, não são de fácil execução, demandando um alto custo na fiscalização.

No mundo globalizado, em que a rede internacional de computadores une os pontos mais longínquos, por que não lançar mãos desse instrumento como otimizador para tratar de auditoria governamental?

Nesse sentido, busca-se analisar se as atividades de auditoria têm caráter presencial, ou se, depois de tomadas as providências, a análise documental e a confecção de relatórios poderão ser procedidas longe do órgão auditado, sem a necessidade de um ambiente no local de trabalho, podendo o auditor escolher o momento e o ambiente para o exercício de suas atividades, uma vez definidas as metas.

Para facilitar, dividiu-se a pesquisa em duas partes: a primeira objetivou avaliar as tarefas dos cargos da atividade-fim e as características do perfil dos servidores da área de fiscalização dos atos de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), a partir dos conceitos definidos por Nilles (1997) e adaptação dos pressupostos definidos por Pinto (2003); a segunda, voltou-se para a avaliação do sistema de comunicação digital do TCE/RJ, vis-à-vis às características de Nielsen (2000) e às qualidades definidas pela Norma ISO/IEC nº 9126 – 1, analisando três dimensões: o conteúdo, a usabilidade e a funcionalidade.

Nesta pesquisa, muito embora os obstáculos serem variados e de não ser o objetivo superá-los, pois serão essenciais para o aprimoramento de outras pesquisas que tenham como escopo o teletrabalho aplicado à administração pública, deseja-se avaliar a possibilidade de aplicação do trabalho remoto na fiscalização dos gastos públicos.

Assim sendo, deparamo-nos com a questão que consiste no problema desta pesquisa: o sistema de comunicação digital do TCE/RJ (SICODI) pode efetivar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE?

Este estudo, ao seu termo, visa a fomentar a continuidade da pesquisa do teletrabalho até a totalidade da ação da administração pública, em todos os Poderes, quer em suas atividades-meio, quer em suas atividades-fim.

1.1 O PROBLEMA

Neste capítulo apresentamos o problema da pesquisa, analisando o trabalho de auditoria a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) a partir de uma base remota – teletrabalho.

Nesse sentido, partimos do seguinte questionamento: o sistema de comunicação digital do TCE/RJ (SICODI) pode efetivar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE?

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – Objetivo final

Esta pesquisa analisa o sistema de comunicação digital do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (SICODI), vis-à-vis a experiência piloto de implementação da fiscalização à distância (teletrabalho), tendo por fulcro uma pesquisa teórico-empírica.

1.2.2 – Objetivos intermediários

- analisar os procedimentos adotados pelo TCE/RJ no exercício da fiscalização que lhe compete;
- estudar o sistema de comunicação digital (Sicodi) como ferramenta para o teletrabalho, na fiscalização a cargo do TCE/RJ, mediante a avaliação das dimensões conteúdo, usabilidade e funcionalidade;
- investigar a eficiência e eficácia da instrumentalização do teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE/RJ, vis-à-vis o modelo oficial.
- verificar se a escolha do ambiente de trabalho afeta a pesquisa e, conseqüentemente, a análise dos processos submetidos ao TCE/RJ em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

1.3 – DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esta investigação se estrutura em duas diferentes perspectivas: conteúdo e tempo-espaço. No que se refere ao conteúdo, não tem por objetivo exaurir a pesquisa sobre o teletrabalho, tanto menos apresentar caráter normativo aplicado em toda e

qualquer situação de flexibilização do trabalho, mas sim a sua possível aplicação, ou não, nas atividades de fiscalização a partir do referencial teórico definido e apresentado a seguir. Na segunda perspectiva, a aplicação estará delimitada à fiscalização a cargo do TCE/RJ (análise de processos da área de pessoal), e, se for o caso, a possível implantação nas auditorias no exercício do controle externo.

Logo, o ambiente que se analisará é público, de natureza fiscalizatória da gestão da coisa pública, ação essa de caráter constitucional que não pode se comparar a todos os órgãos da Administração Pública, mas, guardadas as devidas proporções, com similitude aos demais órgãos superiores de fiscalização.

Assim, a pesquisa estudará três pontos principais: a função fiscalizatória a cargo do TCE/RJ, a efetivação da gestão e os multimeios necessários para implementação de acesso remoto – o teletrabalho – para obtenção dos insumos (atos administrativos sujeitos ao controle) e a disponibilização do produto final de auditoria (o relatório).

Destarte, esse trabalho parte dos seguintes pressupostos:

Pressuposto 1 – é possível a descentralização do trabalho pelo teletrabalho, dando um caráter mais saudável à relação funcionário / ambiente e horário de trabalho;

Pressuposto 2 – o sistema de rede favorece a implementação do teletrabalho, fenômeno este que vai além da Revolução Industrial dos Séculos XVIII e seguintes: a revolução da comunicação.

Pressuposto 3 – a ação fiscalizatória a cargo do poder público não precisa estar vinculada a um ambiente que obrigue o deslocamento do funcionário de sua base, possibilitando maior eficiência dos servidores em suas atividades laborativas – o teletrabalho como uma nova oportunidade para o trabalho flexível.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O tema aqui estudado demonstra a sua relevância por si só, pois quando a atividade fiscalizatória a cargo do TCE/RJ em auxílio do Poder Legislativo, no exercício do controle externo, passa a ser otimizada, todos os jurisdicionados (Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios Fluminenses – à exceção do Município do Rio de Janeiro, a cargo do Tribunal de Contas do Município) têm suas contas auditadas e, assim, a sociedade tem a tranquilidade de que os atos dos gestores

públicos, por ela eleitos, são fiscalizados com o mais alto grau de isenção e imparcialidade, por um corpo técnico qualificado.

Recorrendo a Vieira (2004:25), é possível destacar mais claramente a significância desta pesquisa, considerando-se as questões-chave que aquele autor apresenta, a saber:

Os resultados desestimulam a elaboração de novas hipóteses de trabalho?

Que nível de conhecimento útil é oferecido? Pode variar desde aumento e conhecimento até recomendações de ações específicas?

Os resultados ajudam a resolver problemas locais?

A partir dessas questões, pode-se observar que o teletrabalho poderá aumentar ainda mais a eficiência pela redução dos gastos de capital necessários à infraestrutura e de custeios indiretos de pessoal.

Outro fator muito discutido pelos autores que defendem o teletrabalho no domicílio é o reflexo do trânsito frequentemente congestionado nos grandes centros das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, dentre outras, pela manhã e ao longo do dia, o mesmo inconveniente ocorrendo na volta dos cidadãos para suas residências.

Como apresentado por Pinto (2003), alguns gestores públicos das grandes cidades estão apresentando soluções, às vezes polêmicas, como horários especiais e rodízio de veículos organizados pelas respectivas placas.

A mesma autora destaca, ainda, a grande extensão territorial da cidade, tornando, por vezes, longa a distância que separa as casas dos trabalhadores e as empresas, acarretando viagens demoradas e custosas.

Na mesma linha de raciocínio, voltando-se para o cerne da pesquisa que foi empreendida, a fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ – junto aos seus jurisdicionados (trabalho de campo) e executada por seus auditores (analistas e técnicos de controle externo) torna o traslado demorado e custoso para a Administração Pública, prejudicando, inclusive, a celeridade da ação fiscalizatória.

A Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades – SOBRATT, apresentando a otimização do teletrabalho e sua eficiência na busca de uma melhor qualidade de vida, lançou a campanha que está no contexto da agenda ambiental do TCE/RJ, qual seja, o teletrabalho como uma forma de reduzir a poluição causada pelo trânsito das grandes cidades.

O conceito de eficiência na gestão, carrega em seu bojo a questão do método de trabalho, independentemente da natureza do mesmo e busca, em última instância, a relevância do humano, tanto no sentido de cada pessoa em seus inúmeros âmbitos de atuação e atribuições funcionais quanto da sociedade em geral, e é nesse sentido - que vai do mais estrito ao mais amplo - que o teletrabalho recebe atenção neste estudo: um novo método de trabalho que pode transformar as organizações e a vida das pessoas. O critério da eficiência, como método de trabalho, é importante porque, enquanto concorre para atingir os objetivos organizacionais, pode assumir um sentido instrumental para a relevância do humano (FRAGA, 2003, p.57).

FIGURA 1: Campanha SOBRATT: pelo trânsito livre e ar limpo!

A participação de todos é fundamental para melhorar a nossa cidade!

**Encontro
Todos
por
São Paulo**

Pelo trânsito livre e ar limpo!

Dia 07 de maio de 2008 às 16 horas

No Conselho Regional de Administração
de São Paulo - CRA-SP,
Rua Estados Unidos, 865/889
Jardim América - São Paulo

Promoção
Sobratt

Apoios
CRA-SP **SAOPAULO**
Grupo de Excelência
Convergência Tecnológica e
Mobilidade Corporativa - CRA-SP **soma**

Mais informações pelos e-mails sobratt@sobratt.org.br ou geral@aomaagencia.com.br
ou pelo telefone (11) 3013-3432.

Ainda com relação ao problema proposto, o teletrabalho poderá otimizar a ação fiscalizatória relativa à receita e, principalmente, à aplicação dos escassos recursos públicos à disposição dos gestores, ou seja, é de grande relevância para a sociedade. Também o é para o pesquisador, pois tratará de um assunto ainda não desenvolvido para a ação do TCE/RJ, podendo efetivar a aplicação de um ferramental que pode captar e transportar todo o material necessário à análise via internet, bem como a entrega dos resultados, não se vinculando, para isso, à existência de um ambiente e horários formais de trabalho.

Nesse capítulo, discorreremos sobre o problema da pesquisa, os objetivos final e intermediários, a delimitação do estudo e a relevância do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte da pesquisa apresentamos a competência constitucional a cargo dos Tribunais de Contas, em especial a do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; a descentralização do trabalho, mediante o teletrabalho e o sistema de rede como uma revolução do trabalho. Em síntese, o teletrabalho como uma nova oportunidade para o trabalho flexível e sua efetivação na fiscalização a cargo do TCE/RJ.

Considera-se oportuno esclarecer que, apesar deste estudo tratar de gestão, o termo competência aqui empregado, não se refere ao de uso corrente na literatura da área, isto é: não está vinculado à busca de novas maneiras de estimular capacidades como inovação, adaptação e aprendizagem, solicitadas pelo desenvolvimento econômico contemporâneo, com seus avanços tecnológicos orientados para a produtividade (GUIMARÃES, 2000). Não se refere tampouco, à administração estratégica, segundo Prahalad e Hamel (1990), Hill e Jones (1998), nem está centrado na gestão de recursos humanos, de acordo com Whiddett e Hollyforde (1999) e, também não assume o sentido sociológico relativo à educação e trabalho proposto por Zarifian (1999), Ropé e Tanguy (1997) e Hirata (1997), bem como não apresenta a conotação filosófica indicada por Ramos (2001).

O termo está delimitado por sua conotação legal, conforme é empregado na área jurídica: a medida da jurisdição. Neste sentido, competência pode ser definida como o limite dentro do qual determinado órgão jurisdicional pode exercer sua função ou, ainda, como poder legal para exercer determinada função (Barros, 1996).

Uma vez esclarecida essa questão terminológica e conceitual, vale dizer que, em síntese, esta dissertação aborda o teletrabalho como uma nova oportunidade para o trabalho flexível e sua efetivação na fiscalização a cargo do TCE/RJ.

Nesse sentido, o presente projeto visa ressaltar o teletrabalho como fator não somente de descentralização, mas também, de humanização do trabalho, possibilitando ao funcionário do TCE/RJ a escolha do melhor ambiente e horário para o labor, não se afastando dos princípios que regem a gestão da administração da coisa pública.

Destaca também alguns pontos citados em pesquisas como desvantagens, buscando limitar essas restrições somente a fatos pontuais, não prejudicando o andamento da pesquisa ora em projeto.

Com esse objetivo, apresenta o sistema de comunicação digital do TCE/RJ (Sicodi) como ferramental precursor para a implementação do teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE.

2.1 – A competência dos Tribunais de Contas

Para que se possam aduzir quaisquer informações sobre as competências constitucionais dos Tribunais de Contas, necessário se faz a apresentação de alguns conceitos básicos:

2.1.1 Controle

O controle, como tema de Administração Pública, é conceituado por Meirelles (1999) como “a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional do outro”, isto é, verificação, fiscalização.

Na Administração Pública, esse controle é normalmente apresentado como verificação de certos atos. Se estão sendo praticados em conformidade com o mandamento legal e, mais, com os princípios insculpidos no artigo 37 da Carta Magna que, em síntese, norteia a boa conduta dos atos da administração, como por exemplo, os atos praticados pelos gestores relacionados aos seus recursos humanos - pessoal.

Como já eternizado em ensinamento do saudoso mestre Helly Lopes, a Administração Pública é submissa à lei, ou seja, só pode praticar atos amparados na lei - previsão legal. É o princípio da legalidade.

O conjunto de órgãos e agentes que, de acordo com a lei e nos limites por ela autorizados, age em benefício da coletividade, prestando-lhe e oferecendo-lhe, direta ou indiretamente, serviços públicos, compõe a Administração Pública.

Para oferecer tais serviços, a Administração Pública de cada Ente federado realiza atos por meio de recursos próprios; descentraliza alguns serviços mediante contratos com terceiros (observado o procedimento licitatório, caso não se enquadre como exceção) ou descentraliza a prestação a outro órgão da Administração Pública ou, mediante convênios, até para particulares. Adicionalmente, pode ainda, no caso de serviços, delegar sua realização mediante contratos de concessão e permissão, através de licitação (art. 175 da Carta Federal de 05/10/88) e, ainda, exarar ato de autorização.

Diante do complexo de atos administrativos e tomadas de decisões inerentes à atividade da administração, usualmente delegadas, nada mais natural que a preocupação do constituinte e/ou legislador em salvaguardar o Erário através de fiscalização que pode ser exercida pela própria administração - autocontrole, controle hierárquico e controle interno de cada Poder - e através do controle externo do Poder Legislativo, que pode ser prévio, pela Lei Orçamentária (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e concomitante ou “*a posteriori*”, com o auxílio do Tribunal de Contas.

A 1ª Constituição do Brasil, de 25/03/1824, já previa em seu artigo 170, que “um tribunal, debaixo do nome de tesouro nacional” regularia a administração, arrecadação e contabilidade da receita e despesa.

Em sua obra Contabilidade Governamental - Um enfoque administrativo, Martins (1991: 23) faz destaque à Constituição de 1824, informando no que se refere ao orçamento:

[...] A atribuição do Ministério da Fazenda de receber dos demais Ministérios os orçamentos relativos às despesas de suas repartições para apresentação à Câmara dos Deputados juntamente com todas as contribuições e rendas públicas, conferindo ao Poder Legislativo a competência para fixar, anualmente, as despesas públicas e repartir a contribuição direta.

Através do Decreto nº 966-A, em 07/11/1890 foi criado o 1º Tribunal de Contas do Brasil, por iniciativa de Ruy Barbosa. A 1ª Constituição da República (24/02/1891) já previa em seu art. 34, § 1º que competia ao Congresso Nacional, privativamente, “orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro” e, ainda, em seu art. 89: “É instituído um tribunal de contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso”.

A partir do Decreto que criou o tribunal de contas e da 1ª Constituição da República, passou a existir no Brasil o duplo controle da Administração Pública (interno e externo), porém não estavam nominados.

O Decreto Federal nº 15.783, de 08/11/1922, que aprovou o Regulamento Geral da Contabilidade da União, compreendendo todos os atos relativos às contas de gestão do patrimônio nacional e à inspeção e registro da receita e despesa federais, fica sob a direção da Contadoria Central da República e fiscalização do Tribunal de Contas.

Pela Constituição de 16/07/1934, em seu art. 99, competia ao Tribunal de Contas acompanhar a execução orçamentária e julgar as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos, bem como registrar, se perfeitos e acabados, os contratos que, por qualquer modo, interessassem à receita ou à despesa (art. 101). Tal competência foi mantida na Constituição de 1937, e ampliada pela Constituição de 1946 em seu art. 77, incisos e parágrafos, ao instituir o julgamento de aposentadorias, reformas e pensões.

Mas foi a Lei Federal (de caráter complementar) nº 4.320, de 17/03/64, que trouxe um avanço no controle dos atos da Administração Pública, bipartindo o controle em Interno - autocontrole - e Externo (Legislativo/Tribunais de Contas).

A Constituição de 1967 e sua Emenda Constitucional nº 1/69 ampliaram fortemente as competências dos Tribunais de Contas através do instituto da inspeção - poderoso instrumento de fiscalização concomitante de que dispõem os Tribunais de Contas (TCE - competência dos Tribunais de Contas).

A atual Carta trata também de um outro controle, de natureza privada, através da denúncia, como explicitado no art. 74, § 2º: “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”.

Esta ordem é norma geral, de caráter auto-aplicável às demais instituições que exercem, em caráter auxiliar, o controle externo, quer seja no âmbito estadual ou municipal.

2.1.2 Fiscalização

A competência para exercer a fiscalização - de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial - sobre a renúncia de receitas e a aplicação de subvenções; sobre a regularidade de contas e a legalidade, legitimidade e economicidade de atos e contratos praticados ou celebrados pela Administração Pública (inclusive os relativos a pessoal), em auxílio ao Congresso Nacional (TCU), às Assembléias Legislativas (TCE), Câmara Legislativa e Câmaras Municipais (TCE/TCM), mediante Controle Externo, é de cunho constitucional.

Ato contínuo, a auto-fiscalização é exercida pelo sistema de Controle Interno.

O conjunto de documentos probantes da aplicação ou destino dado aos recursos públicos, da assunção de direitos e obrigações (com reflexos financeiros ou patrimoniais), das receitas, de pagamentos e recebimentos etc. e que, por representarem situações de direito ou de fato, nascidas de atos ou contratos (arts. 87/89 da L. 4320/64) é de responsabilidade dos administradores e/ou demais responsáveis pela coisa pública, formalizado nos autos de suas contas.

É de suma importância destacar que, em havendo atos e contratos dos quais decorram gastos (pessoal inclusive) ou receitas, ou ainda dos quais decorram operações de crédito e assunção de direitos e obrigações (que impliquem em receitas ou despesas), ou seja, havendo contas, cabe a entes públicos superiores (Tribunais e Conselhos de Contas), constitucionalmente instituídos e com atribuições superiores, registrar, apreciar e julgar esses atos, contratos e contas. Assim, a Constituição imputou-lhes a competência para fiscalizá-los.

Segundo Veiga Filho (apud Campos, 1995), assim se constitui o Tribunal de Contas:

Um corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, é cercado de garantias contra quaisquer ameaças, para exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato, aparatosa e inútil (Campos, 1995:79).

Em sua definição de ciclo orçamentário, Martins (1991:76) identifica períodos distintos em que se “processam as atividades peculiares do processo orçamentário (...) o financeiro (à execução orçamentária) e a fase de avaliação e prestação de contas”.

Com já apresentado, o Poder Legislativo exerce a fiscalização prévia no ciclo orçamentário, na fase que antecede a execução do orçamento (exercício financeiro), cabendo ao Tribunal de Contas o controle *a posteriori*, ou seja, na fase final do ciclo orçamentário (avaliação e prestação de Contas), podendo ainda, acompanhar concomitantemente por inspeção.

Destarte, é atribuição do Tribunal julgar contas, isto é, documentação probante de atos, contrato e fatos resultantes da atividade financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional da Administração Pública (da gestão da coisa

pública), ou decidir sobre atos e contratos, como disposto nos arts. 71, 72 e 74 da Constituição Federal, enquanto o judiciário julga pessoas, manifestando-se (salvo raras exceções) se provocado - art. 989 CPC.

2.1.3 Competência

Boa parte da doutrina define a competência como o limite do órgão jurisdicional para exercer sua função.

A competência dos Tribunais de Contas é de índole constitucional; decorre de disposições expressas da Constituição Federal (arts. 71/75) ou dos princípios que esta estabelece e fortaleceu-se com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/00) que, em seu artigo 59 e incisos, incumbe as Cortes de Contas do controle concomitante e oportuno em alertar os Poderes e órgãos quanto aos limites e metas estabelecidos.

2.1.4 Competência constitucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Reforce-se que à Assembléia Legislativa cabe julgar privativa e anualmente as Contas do Governador, conforme preceitua o art. 99, inciso VIII, da Constituição Fluminense, de 05/10/89, atualizada e consolidada com as Emendas Constitucionais posteriores.

Compete ao TCE/RJ realizar em auxílio ao Controle Externo exercido pela Alerj e Câmaras Municipais, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de órgãos da administração direta e de órgãos e entidades da administração indireta e fundacional do Estado e dos Municípios (exceto os do Município do Rio de Janeiro).

Dentre as competências dos Tribunais de Contas, sobressai a ação fiscalizadora no tocante à área de pessoal que, em especial, é propiciada pelas competências estabelecidas no art. 71, incisos I a IV e VI, da Carta Federal (art. 123, incisos I a V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro), a saber:

I - Apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo chefe do Poder Executivo federal (Tribunal de Contas da União - TCU); do Estadual e do Municipal (Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ);

II - Julgar as contas dos administradores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos Três Poderes;

III - Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal a qualquer título (ressalvada a nomeação para cargos em comissão e a designação para funções de confiança), bem como os de sua inativação e, ainda, de fixação de remuneração de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos;

IV - Realizar inspeções - “a arma mais poderosa do Tribunal” - auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

VI- Fiscalização da aplicação dos recursos repassados pela União aos Estados e Municípios e dos Estados aos Municípios (Barros, 1993).

Como ponderado pelo ilustre Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Luis Roberto Barroso:

O Tribunal, ao apreciar o ato concessivo de aposentadoria, pode baixar o processo em diligência, submetendo ao administrador suas ponderações, inclusive quanto à majoração de proventos do servidor. Não tem, todavia, competência para impor ao administrador, sob pena de multa ou outras sanções, a modificação do ato que a Administração entenda correto, notadamente quando a ordem importe em aumento de despesas... (Barroso, 1996).

“A constitucionalização dos Tribunais de Contas decorre da submissão da atividade financeira do Estado ao princípio da legalidade”, assim sendo, “o Tribunal de Contas não age por delegação do Parlamento, mas *ex vi Constitutionis*” (Borja, 1997).

A Lei de Responsabilidade Fiscal aumenta a competência dos Tribunais de Contas que deverão estruturar-se para fazer o acompanhamento mensal das metas, limites e condições estabelecidas para os Poderes e Órgãos, devendo manifestar-se oportunamente (até como sinal de alerta) e não mais apenas *a posteriori* em relação à gestão, quando concluído o exercício.

Com efeito, a competência dos Tribunais de Contas foi melhor definida pelo seu instituidor, Rui Barbosa:

Um mediador independente posto de permeio entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, auxiliar de um e outro, que, comunicando com a legislatura e intervindo na administração, seja não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentárias por um voto oportuno. (Barbosa, 1949, p. 369).

2.2 – A descentralização do trabalho – o teletrabalho

Não se pode precisar a origem do teletrabalho. Estrada (2003) cita que os primeiros indícios de trabalho remoto de que se tem conhecimento são de 1857, quando J. Edgard Thompson, proprietário da Estrada de Ferro Penn, descobriu que poderia usar o sistema de telégrafo da empresa para gerenciar divisões remotas, desde que delegasse um controle substancial no uso de equipamento e de mão-de-obra. A organização seguia o fio do telégrafo e a empresa externamente móvel transformou-se num complexo de operações descentralizadas.

Um outro relato cita que, na Inglaterra, em 1962, foi criado por Stephane Shirley um pequeno negócio chamado Freelance Programmers, para ser administrado por ela em casa, escrevendo programas de computadores para empresas. Em 1964, a Freelance Programmers tornara-se a Fundação Internacional – F.I, com mais 4 pessoas trabalhando e, em 1988, tornou-se o F. I. Group PLC, com 1100 teletrabalhadores.

Para Fleury (2006:34), ao citar Hanzel Henderson, uma revolução não ocorre da mesma forma em todos os países. Fatores endógenos podem levar ao desenvolvimento mais lento, mas certamente diferenciados do ocorrido nas nações desenvolvidas.

As nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento, estão sendo arrastadas pelo fenômeno da globalização, ingressando de forma incipiente em um sistema de rede internacional que mobiliza a economia mundial e expõe as grandes diferenças entre os povos, desde a cultura global até os padrões de consumo e miséria, ou ficando alijadas desse mundo virtual, onde tudo é novidade.

Isso se pode depreender do que Fleury (2006) afirma, ao citar Hanzel Henderson:

Afirma [Henderson] ser impossível pensar a questão do desenvolvimento, nos dias atuais, a partir de processos de industrialização que se dariam em nações soberanas, porque países com problemas de fome, endividados e ecologicamente devastados começam a perceber que o modelo europeu de industrialização foi um caso único na história. Além disso, nos dias de hoje, a mudança social e a reestruturação geral das nações e de suas instituições estão sendo impelidas por pelo menos seis processos maciços de globalização: tecnologia e produção; trabalho, emprego e migração; finanças, informação e débito, e o fator novo de que o dinheiro e a informação agora se tornaram intercambiáveis; o alcance global das armas militares e a corrida armamentista; os impactos humanos sobre a biosfera planetária; a emergência de uma cultura global e padrões de consumo globais.

Nesse mundo globalizado em que os investimentos são transnacionais, mediante informações que chegam *on line* de todo os centros econômicos do mundo, fazendo o capital transitar em frações de segundos, diante de um toque no teclado ou no *mouse*, para o destino que ofereça menos risco, não há porque não possibilitar, não só o capital, mas também o resultado do fator de produção trabalho de poder tomar essa característica virtual, sem que se perca o padrão de qualidade desejado pelos clientes e pela sociedade cada vez mais carente de infra-estrutura básica.

Por traz dessas informações de investimentos, há vários profissionais que, de olho nas alterações da economia mundial, informam o melhor investimento no momento oportuno. Também não precisa ser diferente com relação ao fator trabalho, otimizando um mercado de trabalho global e qualificado.

Segundo De Masi (2000:178), “é difícil quantificar o fenômeno do teletrabalho e número de pessoas que teletrabalham”.

O mesmo autor cita, ainda, exemplos de empresas que adotam o teletrabalho (2000:179). Destaca que na “vida de todo dia, nas ruas, nos restaurantes, nos trens, por onde quer que andemos, cruzamos com alguém que está falando de trabalho, em contato com o próprio escritório, através do celular. São teletrabalhadores que nenhuma estatística abarca”.

Em uma síntese apertada, o que importa é a capacidade intelectual de pensar: “todo o resto é pura prótese” (De Masi, 2000).

Por vezes, leva-se para casa o trabalho na cabeça. Às vezes a solução vem “em plena noite, ou debaixo do chuveiro, ou ainda naquele estado intermediário

entre o sono e o despertar” – De Masi (2000:195). Aqui a diferença implícita entre teletrabalho e *telecommuting*, apresentada mais adiante segundo Jack Nilles.

Ainda conforme De Masi, em momento em que o mundo reclama cuidados para a preservação do meio-ambiente, “o caos urbano e a poluição levam a diminuir os deslocamentos”.

Adicionalmente, há uma maior exigência de interdisciplinaridade.

Para desempenhar uma tarefa, muitas vezes não basta estabelecer contatos com aquelas cinco ou seis pessoas do nosso próprio escritório, mas é preciso contatar pessoas, bibliotecas ou bancos de dados espalhados por todo o planeta.

Ou seja, o teletrabalho é você trabalhar onde quer que você se encontre, ou deseja estar. Esses trabalhos poderão ser realizados com caráter interdisciplinar e por objetivos.

A organização tem, com frequência, a forma de rede, uma rede de pequenas unidades, pequenas fábricas, pequenos escritórios, e a comunicação entre eles pode se dar mesmo a grandes distâncias, imersa em um macrossistema de redes, como melhor especifica Castells (2001), bem como se pode observar da figura 3, adiante:

Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo. (2001:498).

Ou seja, o processo de trabalho torna-se cada vez mais individualizado, e a mão-de-obra está desagregada no desempenho e reintegrada em resultado, pela multiplicidade de tarefas interconectadas em locais diferentes, a partir de uma nova divisão de trabalho mais baseada nos atributos / capacidades de cada trabalhador do que na organização de tarefas.

2.3 – o sistema de rede e o teletrabalho: uma nova revolução tecnológica

Para Soares (1995: 64-77), o desenvolvimento tecnológico acabou transformando o computador num objeto de culto na sociedade contemporânea, resgatando dos Séculos XVIII e seguintes o “culto das máquinas”. A preocupação maior

daquele autor, ao que parece, está na supervalorização dos computadores, em detrimento do trabalho humano.

Nos dias atuais, o fato apontado se faz presente numa fé sem precedentes nessa máquina, que não passa de um instrumento de trabalho, sempre precisando do homem para o seu funcionamento, dos seus componentes eletrônicos e mecânicos (*hardwares*) aos programas (*softwares*). A confiança é tamanha que as chefias e a clientela em geral passaram a pensar que apenas um toque no teclado ou no *mouse* resolve todos e quaisquer problemas. Se houve atraso, o sistema ficou “fora” ou ocorreu o famoso “congelou”, normalmente imputam logo a responsabilidade à falha humana: “*o computador nunca erra*”.

Ainda para Soares (1995: 77), com base na sua pesquisa em um grande centro de processamento de dados estatal, localizado em São Paulo e, na visão de seus trabalhadores e gerentes, a digitação foi apontada como o setor mais problemático e, por isso, foi o setor escolhido para a descentralização por teletrabalho.

Sua conclusão foi no sentido de “que o teletrabalho pode agravar os problemas de comunicação e criar uma estrutura organizacional mais rígida”. (Soares, 1995)

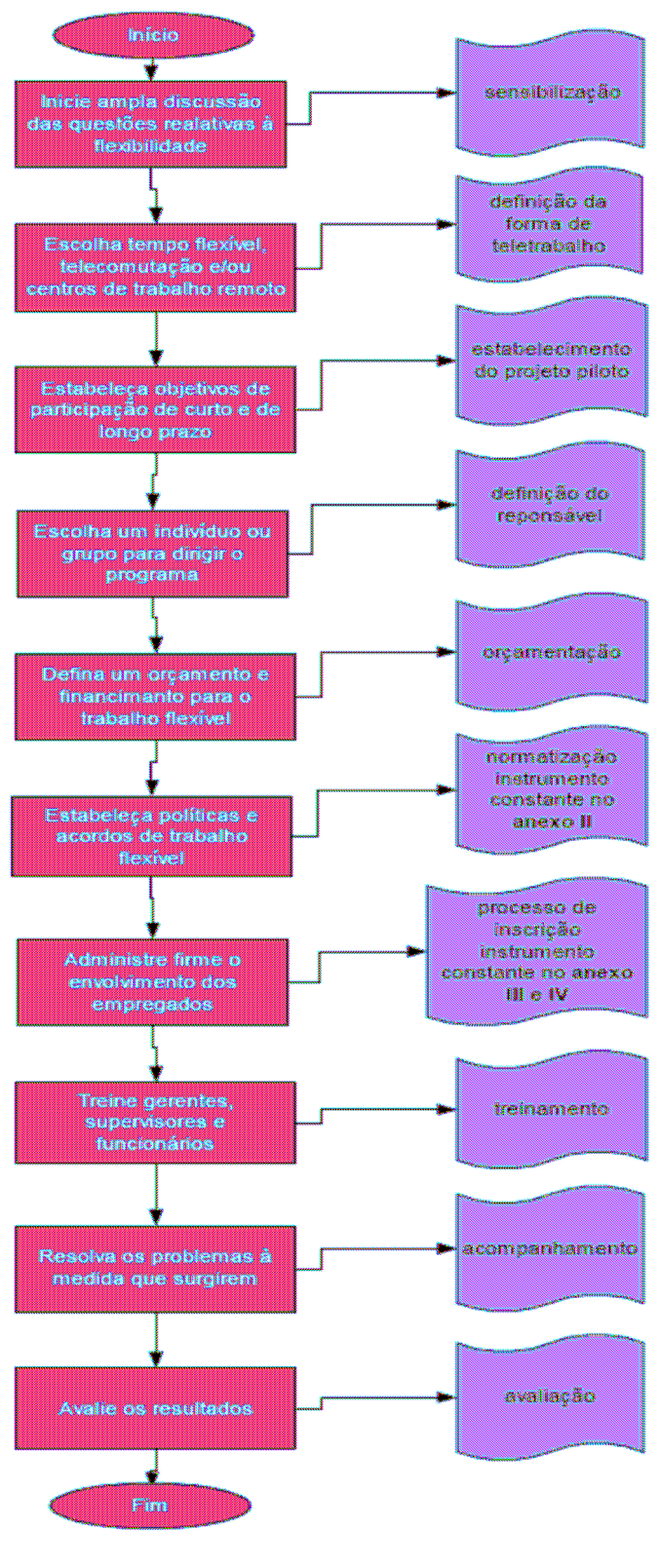
Fato é, que dificilmente se observa hoje centros de processamentos de dados ou mesmo organizações com *pool* de informática em que haja o setor de digitação, ou sequer profissionais com a função segregada de digitação.

Diferentemente, Kugelmass (1996:79) destaca que “todas as organizações nos Estados Unidos estão procurando maneiras de se tornar mais produtivas, atrair e reter melhores empregados, melhorar o serviço ao cliente, consertar o ambiente e atender aos regulamentos e aspirações sobre a qualidade do ar e aliviar as conseqüências dos desastres”, e aponta que os arranjos de trabalho flexível têm essas vantagens, dentre outras.

Ainda segundo Kugelmass (1996:79), “a telecomunicação, particularmente, parece melhorar o trabalho tanto de profissionais quanto de funcionários de escritórios”. Em termos gerais, o que se observa é que o moral mais elevado e a satisfação no trabalho entre os trabalhadores flexíveis têm aumentado a qualidade e a quantidade do trabalho, restando empregados valiosos pelos arranjos de horário flexível e com baixo índice de absenteísmo.

Kugelmass (1996) pretendeu, mediante um modelo que contempla dez passos (vide anexo I), responder as apreensões e mal-entendidos entre o alto escalão e seus coordenadores em relação ao teletrabalho, sugerindo, por conseguinte, um modelo operacional, como se apresenta abaixo:

Figura 2: Fluxo operacional do modelo de Kugelmass



Segundo Castells (2001:502), se trabalho, trabalhadores e classes trabalhadoras existem e até se expandem em todo o mundo, as relações sociais entre capital e trabalho sofreram uma transformação profunda. “Na essência, o capital é global. Via de regra, o trabalho é local”.

Figura 3: o sistema de rede



2.4 – O teletrabalho: nova oportunidade para o trabalho flexível

O que é teletrabalho? Para Sakuda (2001: 34), há uma confusão acadêmica não diferente da confusão na mídia de massa com relação a conceitos, havendo “conceitos diferentes com o mesmo nome, conceitos iguais com nomes diferentes, classificações incompatíveis e outras combinações confusas de nomes, conceitos e classificações”.

Sakuda (2001: 36) destaca a definição apresentada pela Comissão Européia como o uso de computadores e telecomunicações para mudar a geografia do trabalho, envolvendo diversos aspectos (econômico, social, cultural, organizacional, tecnológico, ambiental, legal e outros) e diversos atores (organização, indivíduos, governo, fornecedores de tecnologias de informação, sindicatos e outros). Em sua dissertação apresenta definições de outros autores.

Segundo o mesmo autor, para a European Commission (1996) e a European Information Technology Observatory (EITO, 1998), esta nova forma de trabalho inclui definições como as sintetizadas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Definições de teletrabalho da Comissão Europeia e de EITO	
European Commission, 1996	EITO, 1998
Uma nova divisão do tempo de trabalho entre um escritório perto do domicílio pessoal, o domicílio propriamente dito e o escritório central [...];	Trabalhar perto do domicílio em um telecentro;
Uma nova divisão do tempo de trabalho entre o domicílio, os clientes e os escritórios da organização empregadora [...]; e	Grupos de trabalho distribuídos em múltiplas localidades, algumas das quais pode ser os domicílios, outros em arranjos mais convencionais;
Trabalho em grupos geograficamente dispersos, mesmo dentro de uma mesma organização, ou reunindo pessoas de organizações diferentes para um mesmo projeto particular.	Independentemente do local, o indivíduo pode mover-se entre o escritório-base, clientes, parceiros de negócios, domicílios, etc., enquanto permanece em contato e com acesso às informações e serviços apropriados; Móvel, trabalho em um hotel, saguão de aeroporto, carro, trem ou avião.

Fonte: Sakuda (2001: 42).

Tratar de teletrabalho, em qualquer ramo da atividade econômica é otimizar infra-estrutura computacional e sistema de comunicação, fatores determinantes nas relações negociais nesse mundo globalizado que não veio a convite, mas se impôs.

Costa (2003: 9-22) faz essa análise mais percucientemente, como se observa:

O discurso do teletrabalho vai ao encontro de outros discursos típicos das teorias e práticas organizacionais e sociais atuais: flexibilização, competição globalizada, trabalho intensivo em conhecimento, autonomia e qualidade de vida, entre outros [...] embora o tratamento seja quase restrito às abordagens gerenciais – mas prática ainda limitada a pequena parcela da força de trabalho, mesmo nos países ditos desenvolvidos.

Dentre as definições apresentadas por Costa (2003), destacam-se a de Gray, Hodson e Gordon em *Teleworking Explained*:

O teletrabalho (...) envolve trabalhar remotamente em relação ao empregador, ou em relação a um local de trabalho tradicional, por uma parte significativa do tempo. O teletrabalho pode ser período integral ou parcial. O trabalho muitas vezes envolve o processamento eletrônico de informações, e sempre envolve uso de telecomunicações.

Costa (2003) destaca Castells (1999) que, citando Qvortup, faz distinção entre três categorias de trabalhadores:

Substituidores, os que substituem o serviço efetuado em ambiente de trabalho tradicional pelo serviço em casa.

Autônomos, trabalhando *on-line* de suas casas e,

Complementares, que trazem para casa trabalho complementar do escritório convencional; em alguns casos, esse trabalho complementar toma a maior parte da carga de trabalho, como acontece com os professores universitários, por exemplo.

Segundo De Masi (2000:204), o teletrabalho não é simplesmente uma descentralização espacial do trabalho para unidades autônomas, mas socialização que age tanto na dimensão espacial do trabalho como na sua organização, na sua cultura e na maneira como o trabalho é vivido individualmente.

Assim, o espaço da concorrência se expande a todo o planeta.

Para esse autor, é razoável a definição que apresenta o teletrabalho como um trabalho realizado longe dos escritórios empresariais e dos colegas de trabalho, com comunicação independente com a sede central do trabalho e com outras sedes, através do uso intensivo das tecnologias da comunicação e da informação, mas que não são, necessariamente, sempre de natureza informática.

As aziendas poderão aproveitar as vantagens de uma maior flexibilidade econômica e de uma maior flexibilidade organizacional, reduzindo os custos de locação e os custos com o transporte dos funcionários.

Conforme a OIT (Organização Internacional do Trabalho), teletrabalho é a forma de trabalho efetuado distante da oficina e do centro de produção, que permite a separação física e implica o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação¹.

O pai da *telecommuting*, Jack Nilles (1997), sugere a seguinte definição:

Teletrabalho: alguma forma de substituição à tecnologia da informação (tais como sistemas de telecomunicações e computadores) para relatórios de trabalho de viagem.

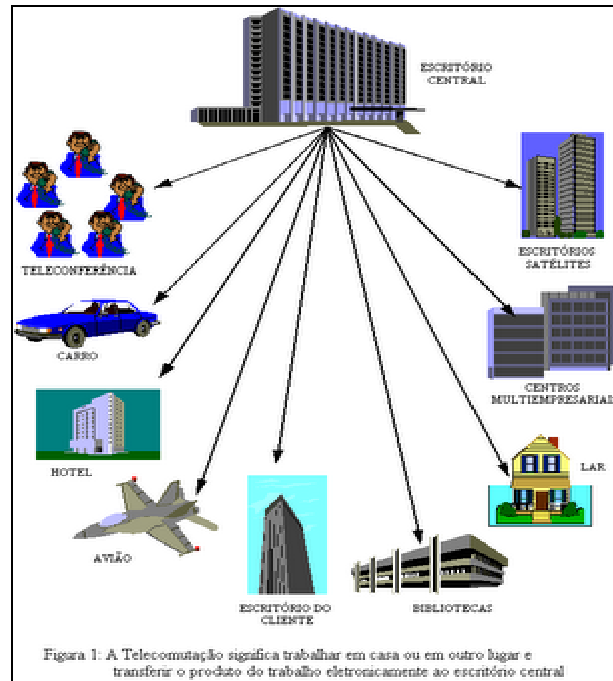
Figura 4: O teletrabalho



Telecommuting: levar o trabalho até os trabalhadores ao invés de levar os trabalhadores até o trabalho. Atividades periódicas fora do escritório principal, um ou mais dias na semana, tanto em casa, como em centros de trabalho. A ênfase neste modelo é a redução ou a eliminação do contato diário e nos ambientes de trabalho.

¹ www.teletrabalhador.com

Figura 5: A telecomutação



Telecommuting é uma forma de teletrabalho: todo *telecommuter* faz teletrabalho, mas nem todo teletrabalhador é um *telecommuter*.

O teletrabalho (*telework*) ocorre quando os assalariados trabalham remotamente, normalmente em suas residências. Esses trabalhadores podem realizar teletrabalhos durante todos os dias do mês, em determinados dias, ou ocasionalmente, sob determinadas circunstâncias. Contudo, a maioria realiza *telework* em um ou dois dias por semana (*Teleoffice*, 2001).

Diante da evolução do teletrabalho no Brasil, merece destaque a Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades – SOBRATT, fundada em 1999, com a finalidade de estudar, promover e desenvolver o teletrabalho e as teleatividades, base para a implementação de novas formas alternativas de organizar, distribuir e gerir o trabalho na nova economia e que contribuem para o aumento da produtividade, não se afastando da busca por uma melhor qualidade de vida, devendo, então, estabelecer uma relação mais justa entre o capital e o trabalho².

² Disponível em <http://www.sobratt.org.br>

Figura 6: O teletrabalho e qualidade de vida



Destaque-se que esta dissertação não visa à apresentação de indicadores de desempenho para o TCE/RJ, ficando, estes, como tema aberto para futuras pesquisas.

Vimos neste capítulo as perspectivas norteadoras do desenvolvimento da pesquisa, apresentando o teletrabalho como uma nova oportunidade para o trabalho flexível, haja vista o ambiente propício de um sistema de rede global que impulsiona toda a atividade negocial e laborativa.

2.5 – *E-government* e o teletrabalho: os membros ou agência de governo e o uso da tecnologia e da tecnologia da informação (TI)

Segundo Gilberto Dimenstein (2005: 28;70), as tecnologias de informação e comunicação, as mídias digitais e a internet assumiram uma aura futurista e messiânica.

Da inclusão digital à gestão do conhecimento, não pode a Administração Pública não passar despercebida pelos vários “es” (*e-commerce*, *e-learning*, *e-government*).

Redescobrir a inteligência hoje é condição para a espécie humana sobreviver a si mesma (...) sem a inteligência da inteligência, não há evolução.³

Para a família, o teletrabalho assume uma importância de solidez, volta ao lar. Cada vez mais empregados preferem ficar mais tempo com a família a subir na carreira.

O caso DuPont internacional é, para o autor, um exemplo disso. 42% dos seus funcionários informaram que não aceitam alterações na rotina de trabalho que impliquem mais tempo de serviço ou mudança de cidade.

Empregos estáveis são coisas do passado. Diante da rotatividade, os trabalhadores encaram seus empregos apenas como um lugar impessoal para ganhar dinheiro; assim, passam a ter na família sua única âncora emocional.

A DuPont chegou ao resultado que, em vez de trocar funcionários, lucraria muito mais com política humanitária; promoveu uma série de programas de valorização da família. “Empregados engajados no programa rendem mais e estão mais dispostos a trabalhar”.

Ainda segundo aquele autor, nos EUA 20 milhões de pessoas já trabalham em casa conectados por computadores a suas empresas. Muitas empresas estimulam a idéia, pois têm menos gastos com aluguel.

Mas o que tudo isso tem a ver com a Administração Pública?

Para Leonel Santos e Luis Amaral⁴, desde os anos 90 os governos nacionais, regionais e locais têm promovido projetos de governo eletrônico (*e-government*) com o objetivo de fornecer informação e serviços digitais para os cidadãos e para as empresas.

Essas tecnologias podem servir para a melhoria dos serviços ao cidadão, melhoria das relações com as empresas, melhor informação fornecida aos cidadãos, melhoria da gestão e da tomada de decisão.

Com a emergência das tecnologias da informação e da comunicação é possível ter acesso aos serviços públicos de qualquer lugar (em casa ou no escritório), a qualquer hora, de forma amigável, cômoda, transparente e barata.

³ Caderno Folha Sinapse, Folha de São Paulo, 23/07/2002.

⁴ Departamento de Sistemas de informação – Universidade do Minho

Mais que isso, as tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas para desenvolver novas estratégias e formas de incentivar um maior envolvimento dos cidadãos na gestão da coisa pública, sobretudo no âmbito da administração local (municipal).

Ainda segundo os autores, a maturidade do *e-government* avalia-se pelo grau de digitalização e integração dos serviços disponibilizados aos cidadãos, que devem ser orientados às necessidades dos agentes com que o governo se relaciona: cidadãos (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) e não à sua estrutura organizacional.

Nesse sentido, devem ser perseguidos quatro estágios:

- 1 – publicação de informação *on line* acerca do organismo público;
- 2 – interação entre o organismo público e o cidadão: *download* de formulários;
- 3 – interação nos dois sentidos: processamento de formulários, incluindo autenticação;
- 4 – Transação: tratamento, decisão e entrega (Pagamento).

Não basta a presença na *web* para o cidadão, mas sim a qualidade de serviço em detrimento da quantidade e diversidade da informação disponibilizada. Assim, os serviços devem ser simples e transparente, orientados aos serviços e às necessidades do cidadão e não à estrutura organizacional.

A privacidade, a segurança e a falta de respostas dos organismos públicos são os principais problemas apontados pelos autores.

Os autores indicam que o sucesso das iniciativas de governo eletrônico em Portugal (e não é diferente em outras Administrações Públicas das outras nações) é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, para a modernização, desburocratização e transparência e, principalmente, para a qualidade de vida do cidadão.

Fazendo um paralelo ao *e-commerce* (transações eficientes entre as partes), para André Luiz Lima de Figueiredo e José Dias Chaves Júnior, o *e-government* busca fazer a interação entre governo e cidadãos, de governo e empresas de negócios e

entre agências do governo de forma mais amigável, conveniente, transparente e econômica.

Destarte, segundo os mesmos autores, o *e-government* é, e promete ser, uma solução para se chegar a sociedades mais igualitárias e humanas, se bem utilizado como meio de usar a tecnologia para promover um governo mais humano, próximo ao seu povo e de facilitar a administração das nações, que devem representar a vontade dos cidadãos.

Para os autores, a maturidade do *e-government* brasileiro tem alcançado um grande avanço no sistema de votação de urnas eletrônicas e no sistema de cobrança da receita federal.

Para José Maria Jardim (1999), “políticas de informação governamental têm sido implementadas em diversos países sob a noção de governo eletrônico, ainda pouco estruturado do ponto de vista teórico”.

No Brasil, apesar das ações implementadas, existem limitações de ordem sócio-econômica e tecnológica que dificultam o acesso da maioria da população. Pode-se apontar como outro obstáculo ao Governo Eletrônico a deficiência na gestão das informações governamentais, estando o Governo Eletrônico mais presente na gestão interna da Administração Pública do que no atendimento ao cidadão.

Nesse sentido, o Governo Eletrônico deve incentivar mecanismos de gestão da informação governamental, produzindo e disponibilizando conteúdos que efetivamente impliquem melhores condições do exercício ao direito à informação, *accountability* e transparência. Deve-se buscar, por conseguinte, produzir mediações informacionais para que a sociedade civil tenha o controle de um Estado democrático.

Conclui o autor que se faz “necessária maior inserção da sociedade na definição das macro-políticas do Governo Eletrônico, maior interação com as diversas agências de informação governamental e ações estaduais e municipais”.

Para Jeremy Rifkin (1995: 257-259), um número crescente de empregados americanos trocaria parte de seus salários por mais tempo livre. Em pesquisa efetuada em 1993 pelo Instituto da Família e do Trabalho, os funcionários não estavam dispostos a se sacrificarem pelo trabalho.

Buscou-se saber o que seria melhor para o empregado: uma carreira que permitisse programar suas próprias horas de trabalho em tempo integral, dando maior atenção à família, mas com avanços mais lentos na carreira profissional ou, de outra

parte, carreira com horário rígido e menos atenção à família, mas com maior possibilidade de progresso rápido na carreira.

A grande maioria (78%) preferiu mais tempo livre ao progresso na carreira.

Os americanos, inclusive, abriam mão de parte de seus rendimentos para ter maior tempo livre com a família, segundo estudo do Departamento de Trabalho dos EUA.

Nessa troca do trabalho pelo lazer, o teletrabalho fomenta o *e-government*, facilitando a relação cidadãos X Governo, com maior visibilidade e efetividade da ação pública.

Mas, como implementar o *e-government* no órgão público?

A relação do TCE/RJ no governo eletrônico dá-se por três tipos de transações: G2G (*government to government*), quando se trata de uma relação intra ou intergovernos; G2B (*government to business*), mediante transações entre governos e fornecedores e G2C (*government to customer*), quando se trata de relações entre governos e cidadãos. Estas transações ocorrem pelos vários meios de comunicação, não apenas pela Internet, mas também por meio de telefonia móvel, televisão digital, *call centers* e outros tipos de aplicações ligadas ao computador. Isso reforça o pensamento de De Masi (2000).

A relação do TCE em meio eletrônico G2C não se limita ao relacionamento somente com cidadãos, mas também com os seus jurisdicionados e funcionários.

É justamente nesses dois últimos relacionamentos (TCE X jurisdicionados e TCE X auditores) que esse trabalho busca enfatizar o SICODI como facilitador dessa ação fiscalizatória.

2.6 – O Sistema de Comunicação Digital do TCE/RJ (SICODI)

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 63/90 – art. 16) dispõe que as decisões a cargo do TCE/RJ no exercício de sua competência constitucional podem ser: preliminar, provisória ou definitiva.

Preliminar, quando decide pela diligência, mediante comunicação, notificação, citações e sobrestamento, quando necessário o saneamento do processo.

Como se observa da introdução do Sistema de Comunicação Digital – SICODI, essas decisões preliminares bem como outros tipos de atos e decisões do Plenário não são mais encaminhados em papel aos jurisdicionados.

Assim sendo, o TCE/RJ revoluciona o sistema de tramitação e relacionamento com os responsáveis nos vários expedientes submetidos ao Tribunal. O facilitador é o sistema de comunicação digital – Sicodi, “ferramenta tecnológica para certificação eletrônica” muito difundida na Europa e nos Estados Unidos.

As decisões do TCE/RJ serão enviadas aos responsáveis via Internet (*e-mail*), trazendo economia de tempo e recursos humanos e financeiros, com maior comodidade aos jurisdicionados.

Esse instrumento funciona como um arquivo eletrônico de identificação do seu titular (pessoa física ou jurídica), contendo os principais dados (nome, *e-mail*, CPF ou CNPJ, chave pública e autoridade certificadora), dispondo de uma senha individual para acessar serviços virtuais com segurança da informação ou operação numa rede de computadores.

Como definido pelo então presidente (2006), trata-se de “um canal de comunicação direta, rápida, eficiente e confiável com prefeituras, câmaras, empresas, autarquias, sociedades de economia mista e secretarias”. Conclui-se, por conseguinte, que o Sicodi é um canal entre TCE e seus jurisdicionados das Administrações Direta e Indireta.

Como o próprio informativo (**TCE RJ Notícia**) aponta, o Sicodi não ficará adstrito ao envio das decisões da Corte de Contas aos seus jurisdicionados, mas “o novo sistema pavimenta e sinaliza uma estrada de mão dupla”, ou seja, os jurisdicionados também remetem as respostas (os documentos e esclarecimentos) via Sicodi, o que pode implementar uma nova era também nas auditorias e inspeções a cargo do Tribunal. Ou seja, os auditores, de qualquer ponto remoto, podem analisar e apresentarem seus pareceres técnicos para que as decisões possam ser também céleres, ou até mesmo, com informações transmitidas pelos técnicos do TCE/RJ *just in time*, possibilitando um melhor juízo de valor.

Mas, segundo MEIRELES (1999), ao administrador público somente é possível executar o que estiver previsto na lei (princípio da legalidade). O Tribunal de Contas, como guardião dos princípios que regem a Administração Pública, não poderia fazer o que não tem previsão legal.

A transmissão e recepção de informações via meio eletrônico estão previstos na Lei nº 10.259, de 12/07/01, fazendo constar em seu artigo 8º, § 2º como segue:

Art. 8º - As partes serão intimadas da sentença ...

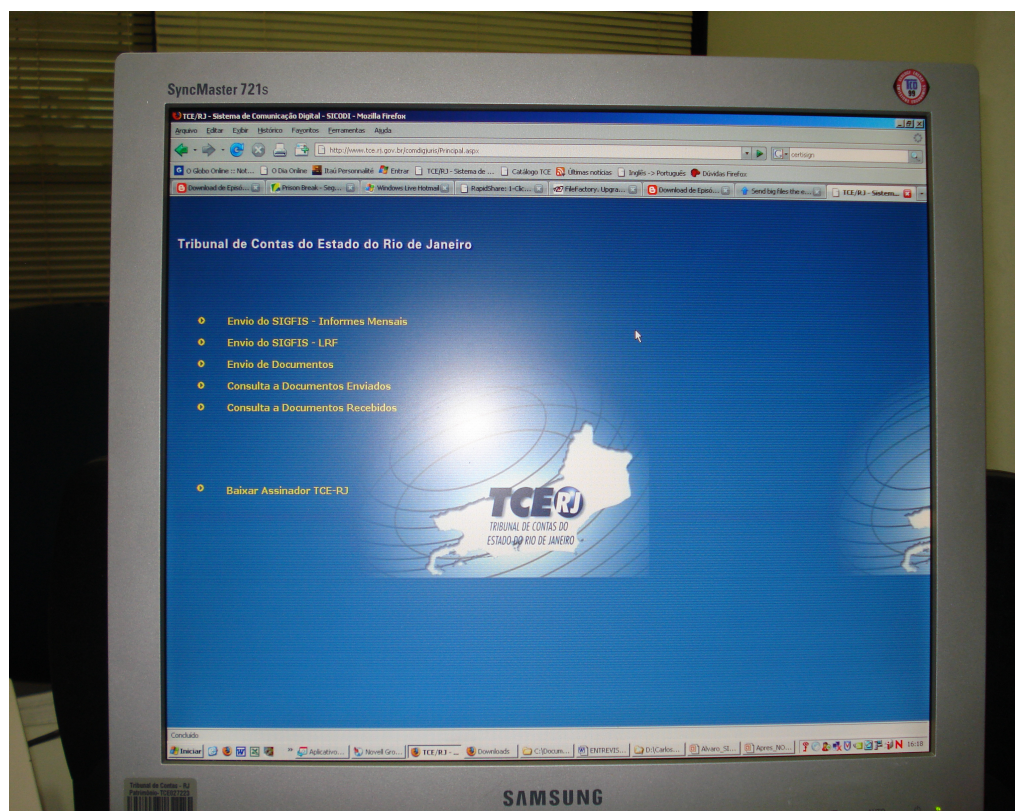
§ 2º - Tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de documentos e petições por meio eletrônico.

Desta feita, os relatórios de remessa obrigatória ao TCE/RJ, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), também podem ser encaminhados pelo sistema de comunicação digital.

Segundo Braga (2006), o Sicodi “é uma solução de Tecnologia da Informação (TI) moderna, ágil e segura, que visa dinamizar e otimizar o relacionamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro com seus jurisdicionados”.

Esse sistema, segundo o mesmo autor, poderá tornar a comunicação com os jurisdicionados mais transparente e segura, pois se trata de uma certificação digital de conteúdo de *e-mail* e assinatura digital, com registro, autenticação e validação de todas as correspondências, via correio eletrônico, trocadas entre as partes. Assim sendo, afigura-se como uma “carteira de identidade virtual” que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em uma rede de computadores.

Figura 7: SICODI e a fiscalização a cargo do TCE/RJ



Do todo apresentado, Braga (2006) conceitua o Sicodi como um canal direto, rápido, eficiente e confiável para o envio de citações, notificações, avisos, **pareceres, documentos relacionados** ao processo de gestão fiscal ou mesmo simples comunicações.

Dá-se destaque aos instrumentos em que constituem os pareceres e documentos suportes por serem materiais resultantes das auditorias e inspeções a cargo do Corpo Técnico do TCE/RJ.

2.6.1 – Certificação digital: a assinatura eletrônica

Como assegurar maior segurança, privacidade, integridade e autenticidade das mensagens?

Sabe-se que um dos problemas decorrentes da intensa utilização da rede internacional de computadores é a ação dos *hackers* (TCE notícia, 2006). Em diversas áreas tem sido fator inibidor da utilização das facilidades trazidas pela Internet. Nesse contexto, a certificação digital funciona como aliada poderosa contra os fraudadores.

Como os atos dos gestores públicos têm previsão legal, a certificação digital está prevista no Decreto Federal nº 3.996/2001, que com o acréscimo trazido pelo Decreto nº 4.414/2002, apresenta em seu artigo 3º que “as aplicações e demais programas (...) que admitirem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP – Brasil, devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou com requisitos de segurança mais rigorosos, emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP – Brasil”.⁵

Assim como na forma presencial a identificação se faz necessária, nas transações via Internet o certificado digital é a garantia da identidade das partes envolvidas. É um documento virtual de autenticidade da mensagem ou operação no meio eletrônico (TCE notícia, 2006).

O Código Civil (Lei nº 3.071, de 01/01/1916) previa que as declarações assinadas presumiam-se verdadeiras em relação aos signatários. Fazendo um paralelo com as normas vigentes, a certificação digital dá a mesma presunção de verdade, pois consiste em uma assinatura eletrônica, como instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001. A citada medida provisória criou a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, como garantidora da autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em meio eletrônico, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Assim, ficou definida a composição de uma cadeia de autoridades certificadoras: a Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, Autoridades Certificadoras – AC e Autoridades de Registro – AR. Dessa forma, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (autarquia federal) é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Uma vez percorrido sobre o seu aspecto legal, pode-se conceituar um certificado digital como um arquivo eletrônico que identifica quem é o seu titular, pessoa física ou jurídica, ou seja, um documento eletrônico de identidade. Assim como nas transações presenciais, na Internet o certificado digital surge como forma de garantir a identidade das partes envolvidas, haja vista as transações serem de forma eletrônica.

⁵ Ressalte-se que até o ano da edição e publicação do decreto nº 4.414/02, apenas o Serpro, a Serasa e a Certisign estavam credenciadas pela ICP – Brasil (TCE notícia, p. 11, 2006).

A certificação digital é ferramental de segurança extremamente eficaz, visando à integridade das informações que trafegam na Internet, identificando origem e destino.

A preocupação com a privacidade e segurança pode impedir o usufruto das facilidades da rede internacional de computadores. Utilizando a certificação digital aumenta a certeza de se estar fazendo uso da mais moderna tecnologia de segurança para proteger as informações pessoais e de empresas (pública ou privada).

Dessa forma, a certificação digital das transações eletrônicas garante:

- Privacidade nas transações: garantia de que terceiros não terão acesso às informações trocadas nas transações eletrônicas;
- Integridade das mensagens: garantia de que não haverá alterações no caminho percorrido pelas informações eletrônicas;
- Autenticidade: garantia da identidade da origem e do destino da informação;
- Assinatura digital: permite aferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento eletrônico;
- Não-repúdio: garantia de que somente o titular do certificado digital poderia ter realizado determinada operação⁶.

2.6.2 – Certificação digital: as autoridades certificadoras

As entidades vinculadas ao ICP – Brasil e suas funções são como seguem, enquanto certificadoras:

SERPRO – o Serviço Federal de Processamento de Dados foi a primeira Autoridade Certificadora credenciada pela ICP – Brasil. Em 1999, foi criado o Centro de Certificação Digital – CCD, visando a divulgar o uso da ferramenta da certificação para os segmentos com os quais trabalha.

SERASA – empresa S/A responsável por prover certificados digitais, principalmente para os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Adicionalmente, fornece soluções por base em certificações. Além de bancos privados, são parceiros da SERASA o Tribunal de Justiça de São Paulo, Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e Seguradora Indiana.

⁶ Site da Receita Federal : www.receita.fazenda.gov.br

CAIXA ECONOMICA FEDERAL – CEF – única autoridade certificadora digital, enquanto instituição financeira. Tem o controle de informações acerca do FGTS e Previdência Social, iniciativas inseridas no programa de conectividade social.

CERTISIGN – fundada em 1999, é uma empresa com o objetivo de desenvolver exclusivamente soluções de certificação digital para o mercado brasileiro.

AUTORIDADE CERTIFICADORA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (ACPR) – foi criada em abril de 2002 por iniciativa da Casa Civil. Destina-se à emissão de certificados para as instituições ligadas à Presidência da República, ministros de Estado, secretários executivos e assessores jurídicos.

AUTORIDADE CERTIFICADORA DA JUSTIÇA (ACJUS) – visa a dar o mesmo nível de segurança do papel para o meio eletrônico. É a primeira certificadora do Poder Judiciário, oriundo da junção do Conselho da Justiça Federal (CFJ), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os cinco Tribunais Regionais Federais.

AC – SINCOR – trata-se de autoridade certificadora vinculada ao Sindicato dos Corretores de Seguros do Estado de São Paulo (Sincor-SP). Uma das mais recentes autoridades credenciadas ao ITI.

2.7 – As três dimensões para avaliação do Sistema de Comunicação Digital do TCE/RJ (SICODI) – um experimento

Como sempre lembrado ao longo dessa dissertação, a Administração Pública não pode se afastar dos princípios constitucionais que a norteiam. Então, há de se buscar o desenvolvimento e otimização na gestão pública, mas compatibilizando, sempre, com esses princípios, dentre eles o da eficiência.

Para Motta (1972: 39-53), “toda ênfase para o desenvolvimento tem sido a de buscar a eficiência e a eficácia organizacional”. Eficiência, referindo-se à redução dos custos internos das organizações, e eficácia, à realização dos objetivos organizacionais.

Baseando-se nesses conceitos, torna-se restritivo para o alcance dos objetivos da Administração Pública, enquanto desenvolvimentista, buscando otimizar seu conceito de prestador de serviços continuados.

O mesmo autor destaca, nesse sentido, a idéia de efetividade, “significando o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social”. A

efetividade vai além do conceito de eficácia, que se limita aos objetivos temporais da organização.

Assim sendo, a efetividade busca, não somente o elo maior do fortalecimento institucional e da racionalidade administrativa, mas o comprometimento das organizações. Visa, assim, à inclusão do cidadão pelo seu lado humano, envolvido na mudança.

A idéia de efetividade, assim, refere-se à consecução dos objetivos econômicos-sociais que levaram à criação da organização. A premissa básica da efetividade organizacional é “estarem todos os membros da organização comprometidos com aqueles objetivos e não com os mutáveis objetivos organizacionais, principalmente os de sobrevivência”.

Pode-se, com esse fim, disponibilizar programas de treinamento dos administradores públicos, devendo combinar “treinamento gerencial com um treinamento bastante acentuado em políticas públicas (*public policy*) e desenvolvimento de responsabilidade e do comprometimento com a eficiência, a eficácia e a efetividade”.

Muito embora o apresentado por Motta (1972), quando se trata de avaliação, em qualquer área, não é fácil o consenso.

A avaliação de sistemas informacionais é um problema que se mantém sem resolução eficiente (AROUCK, 2002). A avaliação de sistemas é descrita, conforme WHITTAKER (2001) “como um problema de difícil solução”. Da literatura na área de sistemas da informação, parece que a unanimidade é no sentido da dificuldade e da complexidade de se proceder a avaliações que revelem resultados completos e objetivos.

Há de se levar em consideração que avaliação é entendida como um processo inerente à natureza humana, é uma atividade muito subjetiva, que não pode ser separada do intelecto humano, da história, da cultura e da organização social.

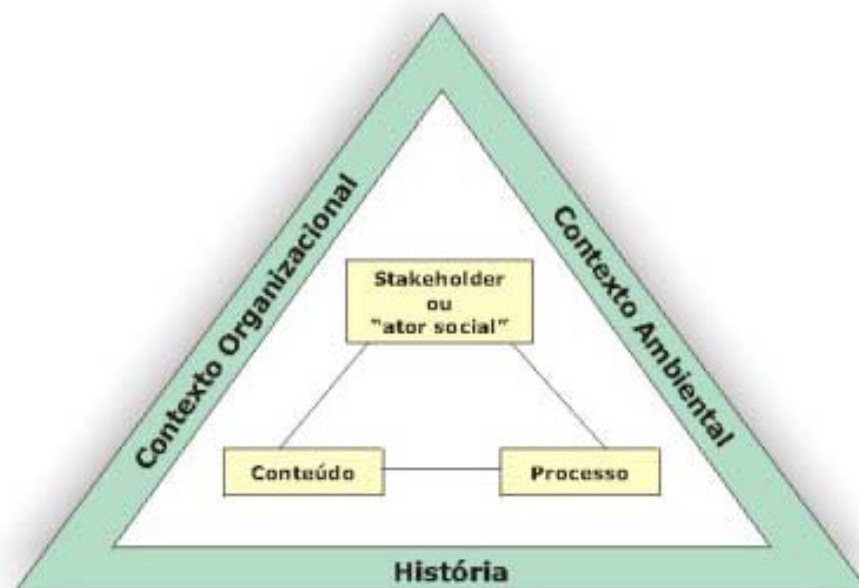
Nessa linha de pensamento, SERAFEIMIDIS (1997) propõe um *framework* para avaliação, na contramão da avaliação tradicional de sistemas de informação que tem como foco as medidas de eficácia e eficiência. Na concepção do citado autor, a avaliação passa-se por “um movimento conceitual de uma noção monolítica para uma noção pluralista de avaliação”.

Assim, SERAFEIMIDIS (1997) apresenta uma definição de avaliação de sistemas de informação como segue:

A avaliação de um sistema de informação é um julgamento de valor levado a cabo por uma ou mais pessoas em uma organização, com um objetivo específico, em um estágio específico de um ciclo de vida de um sistema, com o uso de um método específico.

Segundo o mesmo autor, os elementos-base para a estruturação do seu *framework* estão intimamente correlacionados, como apresentado na figura abaixo:

Figura 8: framework para avaliação de sistemas de informação proposto por SERAFEIMIDIS (1997)



Nessa forma de análise, o contexto responde o porquê da avaliação, ou seja, os fatores internos e externos a uma organização, definindo o propósito, o objetivo e o papel da avaliação de um sistema de informação. O conteúdo responde ao o quê da avaliação, referindo-se ao objeto da avaliação, os critérios e medidas utilizados. O processo responde à questão de como a avaliação é realizada, destacando suas técnicas e métodos usados para sua efetivação.

Os *Stakeholders*, nessa pesquisa, é traduzido como “atores sociais”, indicando o quem da avaliação, isto é, os indivíduos-chave em uma situação, seus papéis e posições, uma vez que a avaliação assume características particulares das pessoas que estão conduzindo-a, em um momento específico, por motivos específicos.

A história representa a dimensão tempo, isto é, o quando, estando presente para o entendimento das demais dimensões (contexto, conteúdo, processo, *stakeholder*) e suas interações, uma vez que não são fixas ao longo do tempo.

Vilela (2003), apresenta uma avaliação dos portais estaduais de Governo Eletrônico na *Web* e conclui que alguns critérios podem ser usados para a aferição da efetividade dos serviços disponibilizados.

A metodologia elaborada por Vilela (2003) utiliza três dimensões distintas (conteúdo, funcionalidade e usabilidade) para análise, de forma a promover a avaliação dos portais estaduais brasileiros para a prestação de serviços públicos e disseminação de informações e maior transparência na *Web*. Na mesma linha de raciocínio, efetuar-se-á a análise de avaliação do Sicodi, que se trata de um sistema acessado a partir do portal do TCE/RJ (*link*).

Necessário se faz, então, avaliar as dimensões conteúdo, segundo Vilela (2003), funcionalidade e usabilidade, conforme Nielsen e a ISO/IEC 9126-1 (NBR 13.596/96), podendo-se usar os seguintes critérios propostos:

Parâmetros e critérios para avaliação da dimensão conteúdo:

Abrangência / cobertura e propósito: visão geral, escopo, referências e outras fontes, indicação de versões em outros idiomas;

Atualidade: datas da última atualização das páginas;

Metadados: <metatag> em linguagem HTML;

Correção: responsabilidade pela precisão, referências corretas, ausência de erros de digitação, grafia ou gramática;

Autoridade / copyright: identificação da propriedade intelectual, menção das fontes, identificação dos responsáveis, meios de estabelecer contato;

Objetividade: conteúdo em linguagem clara, tom profissional, ausência de preconceitos no discurso e informação livre de publicidade.

Parâmetros e critérios para avaliação da dimensão usabilidade:

Planejamento visual / gráfico: adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critérios para uso de logotipos;

Navegação: itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias, ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, *links* identificados;

Acessibilidade: mapa do *site*, URL clara, possibilidade de acesso por outras mídias, recursos para portadores de deficiência.

Parâmetros e critérios para avaliação da dimensão funcionalidade:

Serviços: prestação de serviços *online*, troca de valores, disseminação de notícias e informações sobre políticas públicas, mecanismos de busca;

Comunicação / participação / feedback: promoção da comunicação em dois sentidos (por comunicação em dois sentidos entende-se o real diálogo entre governo e cidadãos, com verdadeira possibilidade de participação, através de soluções como fóruns, etc), e espaços de cooperação, como salas de discussão e *chats*;

Privacidade: especificação da política de privacidade e segurança;

Personalização: visão personalizada do conteúdo do portal, serviço de notificação;

Esquema de classificação das informações: congregação de informação de diferentes *sites*.

Os estudos de usabilidade estão insertos no contexto da Ciência da Computação como também no da Ciência da Informação, no que se refere ao estudo de necessidades de uso da informação e avaliação de sistemas (ALLEN, ELLIS e WILSON, 1999).

Segundo Nielsen (2000, p. 10), a avaliação da usabilidade de *sites* e aplicativos *Web* tem cada vez mais importância. Alguns métodos para a sua avaliação são a análise heurística, testes baseados em cenários, as ferramentas de *logs* e questionários diversos aplicados junto aos usuários, dentre outros:

A usabilidade assumiu uma importância muito maior na economia da Internet do que no passado (...) Os usuários experimentam a usabilidade de um *site* antes de se comprometerem a usá-lo e antes de gastarem dinheiro em possíveis aquisições.

A norma ISO 9241 apresenta a definição de usabilidade como sendo “a extensão em que um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação num contexto específico”.

No contexto geral, em se tratando da Ciência da Informação, os estudos da usabilidade se propõem a ser um instrumento para a viabilidade e/ou adequabilidade de sistemas de informação a partir de uma expectativa centrada no usuário, em suas necessidades, tarefas a serem executadas, condições de interação com o sistema, dentre outros fatores.

Desta forma, BARBOZA et. al. (2000), com base na norma ISO 9241, afirmam que há três maneiras de medir diretamente a usabilidade de um produto, não se deixando prescindir que a ênfase é dada à sua otimização:

- ❖ análise de suas características requeridas num contexto específico de uso;
- ❖ análise do processo de interação; e,
- ❖ análise da eficácia e eficiência que resultam do uso de um produto.

Em se tratando da análise de conteúdo, a tentativa do estabelecimento de critérios para a avaliação parece ser a busca de respostas para as perguntas cada vez mais repetitivas: como julgar a qualidade, autenticidade e valor das fontes de informação na *Web*? (ROSENBAUM, 1998) apud Vilela.

Segundo MOSTAFA & TERRA (1998), “a literatura mais séria sobre o assunto (avaliação de páginas *Web*) é assinada pelos conteudistas como bibliotecários e educadores, em geral por serem eles os profissionais tradicionalmente voltados para seleção e transferência de fontes informacionais”.

Desta forma, de uma maneira geral, esses profissionais não se afastam de alguns critérios, apresentando diferenciações no detalhamento de cada um desses critérios: autoridade, acuidade, objetividade, atualização e cobertura.

Com relação à funcionalidade dos portais governamentais, VILELA, citando DETLOR (2000), ressalta que existe pouca pesquisa empírica que possa guiar ou informar acerca do desenvolvimento dessas iniciativas de Governo Eletrônico, haja vista a relativa novidade da tecnologia dos portais. Nesse sentido, o *design* da interface dos portais devem ser como:

uma máquina de busca robusta e um diretório de empregados do governo que ajude os cidadãos a localizar a informação e os especialistas em determinado assunto, um mecanismo de personalização que viabilize a modificação da interface do portal para acomodar necessidades, usos e preferências individuais; um esquema de classificação extensivo de categorias de informação para facilitar a organização e acesso à informação; aplicações colaborativas como espaços para compartilhamento de documentos e áreas de comunicação para discussões compartilhadas; links para variadas fontes de informações internas e externas em questões relacionadas aos interesses dos cidadãos. (2003: 71)

A cada aspecto observado podem ser atribuídas notas, que, após análise estatística, visa a estabelecer uma medida quantitativa, possibilitando a avaliação em termos absolutos e relativos do *site* e do serviço disponibilizado.

2.8 – O teletrabalho e o direito brasileiro: o que muda na relação trabalhista do funcionalismo público?

O desenvolvimento científico-tecnológico gera cada vez mais o relacionamento virtual, redesenhando as formas de vida e trabalho, não somente como De Masi (2000) apresenta, mas também Estrada (2003) descreve, impondo um novo ritmo de desenvolvimento das atividades humanas, o que conduz à necessidade de uma redefinição de tempo e espaço, implicando novos processos na organização e execução do trabalho em si.

Ainda segundo Estrada (2003), *mutatis mutandis*, com os meios de comunicação existentes, o funcionário não necessita trabalhar somente em sua residência, podendo fazê-lo, inclusive em trânsito e em qualquer parte do mundo. A tendência natural será o distanciamento da atividade econômica do modelo de local próprio para execução de trabalho por parte das *aziendas*. A utilização dos meios de comunicação não se demonstra prejudicial à qualidade da atividade desenvolvida.

Qual o aspecto legal dessa forma de trabalho?

Não se pode deixar de reforçar que o trabalho é uma atividade profundamente social. O problema, conforme Estrada, está em como desenvolver sistemas de informação que o suporte socialmente.

Destarte, o trabalho contempla sua natureza intrínseca de flexibilidade de tempo e espaço, mediante a utilização de tecnologias da informação, possibilitando,

assim, uma abrangência extraterritorial, enquadrando-se na evolução exigida pela globalização.

Pode-se imaginar que a natureza jurídica do teletrabalho fere a noção de relação de emprego, quanto aos requisitos estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e, na Administração Pública, nos estatutos dos servidores públicos.

Uma análise superficial pode levar à conclusão de que o teletrabalho não satisfaz os requisitos de personalidade e subordinação, indispensáveis à caracterização das relações trabalhistas, como previsto nos artigos 2º e 3º da CLT.

Apesar disso, por analogia ao disposto no artigo 6º da CLT, pode-se afirmar que a natureza jurídica do desenvolvimento da atividade laboral mediante teletrabalho pode conter sentido civil ou comercial, dependendo de como se desenvolve a prestação de serviços.

Nos termos propostos por Estrada (2003: p.6), *“la simple incorporación de estas nuevas tecnologías de comunicación, por si solo no es suficiente para proclamar el aniquilamiento de los rasgos de subordinación y personalidad existentes en las relaciones de empleo en general”*.

Dessarte, no âmbito das relações trabalhistas, a natureza do teletrabalho pode-se dar de forma autônoma ou subordinada, bastando para tal o estabelecimento de objetivos e metas, mediante indicadores de desempenho que atendam os princípios que regem a Pública Administração, como disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, *caput, verbis*:

Art. 37 – A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ... (CF/88).

A Lei nº 8.112, de 11, dada à publicação em 12 de dezembro de 1990, assim como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, não vincula a subordinação a um local específico para execução das atribuições do cargo que o funcionário público esteja no exercício, quer a título efetivo, quer temporário (comissionado extraquadro ou contrato por prazo determinado – administrativo ou CLT).

A CLT ressalta em seu artigo 6º que “não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego”.

Nesse sentido, a tecnologia acaba criando uma nova forma de subordinação, pois mesmo que o servidor não esteja diretamente conectado, está indiretamente. Surge assim a “telesubordinação” ou “parasubordinação”, citada por Estrada (2003). Na telesubordinação existe subordinação à distância, contudo mais tênue. Ainda assim, a chefia hierarquicamente superior pode ter o controle das atividades dos servidores da mesma forma que o funcionário executa – pelo computador, pelos indicadores de desempenho, pelas metas acordadas, etc.

Na mesma linha de raciocínio, a Lei Complementar nº 63/90 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) dispõe as atividades de fiscalização a cargo da Corte de Contas, dentre elas, as inspeções.

A Lei nº 4.787/2006, que dispôs sobre o quadro de pessoal e o plano de carreiras do TCE/RJ, em nenhuma de suas regras obriga os funcionários executarem as funções a seu cargo em local definido pela Casa, pelo contrário, especifica as atribuições, devendo ser cumpridos os princípios que regem a Administração Pública, previstos no artigo 37 da Carta da República.

Nesse sentido, o teletrabalho torna-se mais um instrumento para a Gestão da coisa pública atingir a eficiência necessária ao cumprimento de suas funções constitucionais.

Estando presente a subordinação jurídica, presentes estarão os direitos de direção e controle da Administração em relação à atividade desenvolvida por seus funcionários, estando obrigados aos deveres de obediência, diligência e fidelidade, tudo nos termos do regulamento do estatuto.

Mesmo que no teletrabalho não haja uma ausência do poder de comando, o teletrabalhador gozará de mais autonomia e liberdade de ação, mas sempre haverá os parâmetros estabelecidos (indicadores de desempenhos e metas). A hierarquia e fiscalização rígida e centralizada passam a ser atenuadas. Da mesma forma, o conceito de subordinação deverá se ajustar à realidade, passando esta a ser concebida numa perspectiva de relação contratual.

Ainda em seu artigo 83, a CLT, considera como domicílio de trabalho do empregado, não somente o estabelecimento comercial do empregador, mas também a habitação do empregado ou oficina de família, desde que o empregador o remunere.

Ora, como cita Meirelles (1999), não há serviço público sem vencimento de caráter estipendial.

Vimos neste capítulo as perspectivas norteadoras do desenvolvimento da pesquisa, apresentando o teletrabalho como uma nova oportunidade para o trabalho flexível, haja vista o ambiente propício de um sistema de rede global que impulsiona toda a atividade negocial e laborativa, não havendo óbice no direito trabalhista e/ou administrativo ao servidor do controle externo para o exercício das atividades ao seu cargo, mediante teletrabalho, na efetivação da fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, como se comprova na pesquisa de campo.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as questões metodológicas, classifica a pesquisa e analisa as questões sobre a coleta de dados e seu tratamento, apontando as limitações do método.

Este estudo de caso do TCE/RJ segue a posição assumida por Jóia (2004), especialmente no sentido de que esse método de pesquisa inclua abordagem qualitativa e quantitativa, a fim de fundamentá-lo e torná-lo, mais consistente (p. 129). Em continuidade, a opção por uma pesquisa exploratória deve-se a duas razões principais:

- a) ao fato de o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – do qual é servidor o autor desta dissertação – apesar de ser entidade tradicional como órgão superior de administração de caráter eminentemente fiscalizatório, inclui pesquisa em suas diversas áreas de atuação. Entretanto, não se verificou a existência de estudos que abordem o teletrabalho aplicado, quer à *atividade-fim*, quer à *atividade-meio* no referido órgão;
- b) devido, ainda, à percepção decorrente de leitura sobre o tema teletrabalho, de que se trata de uma modalidade aguardando clarificação quanto às suas características, implicações e possibilidades de melhoria operacional, a qual é pouco conhecida e pouco explorada na organização.

Somou-se a essa decisão metodológica, a opção por seguir, articuladamente, uma linha descritiva de pesquisa, visando a, complementarmente, descrever as relações entre as necessidades do Tribunal, as atribuições de seus servidores em uma atividade específica que é o exercício do controle externo (auditoria independente sobre a gestão e as prestações de contas) e a modalidade de teletrabalho, em busca de uma nova visão das relações de trabalho quanto à produtividade, rapidez, precisão e implicações sociais do chamado trabalho remoto, dentro e fora dos limites do tribunal.

Essa natureza de trabalho, voltada para uma nova forma de atendimento às necessidades de agilidade e precisão dos serviços do Tribunal, solicita uma investigação aprofundada, que ilustre e dê realismo à mesma, através de uma quantidade de dados e informações compatíveis com a complexidade das relações envolvidas (JOIA, 2004, p.128)

Sendo a linha exploratória considerada adequada quando a situação ainda é por demais nova (JOIA, 2004, p.128), à “familiarização” e “explicitação” (Gil, 1991, p.45) de situações-problema, e a linha descritiva, interessante no caso de relações sociais, incluindo interesses práticos (p.46) fica justificada a escolha das referidas abordagens.

A dispersão dos sujeitos implicados no problema da pesquisa solicita, do pesquisador, procedimentos investigativos de campo, envolvendo uma população diversificada que é definida nos seguintes termos: técnicos do controle externo (atividade-fim), inspetores, inspetores-gerais (supervisores) e subsecretários (gerentes), visando ao conhecimento dos instrumentos adotados para o exercício da fiscalização e, ainda, técnicos da área de informática, visando a conhecer melhor o SICODI e a possibilidade de otimizar a fiscalização do TCE/RJ mediante o teletrabalho.

Para a coleta de dados junto aos sujeitos, respeitando a diversidade apresentada, foram utilizados questionários aos auditores da área de fiscalização de atos de pessoal, visando a conhecer seu comportamento e, em seguida, apresentar uma análise quantitativa para conclusões dos dados coletados (Gil, 1996), cujo modelo de questionário é parte integrante dos anexos a esta dissertação.

Para esse fim, buscou-se, primeiramente, para o desenvolvimento do tema, analisar a predisposição dos analistas e técnicos de controle externo

(atividade-fim) como teletrabalhadores, para então, prosseguirmos na análise da efetividade do sistema de comunicação digital (Sicodi).

Além disso, foram realizadas entrevistas com servidores responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas e pelo serviço de protocolo para se obter informações adicionais que explicassem as dispersões observadas com relação às opiniões dos usuários internos e externos sobre o sistema SICODI, nas dimensões funcionalidade e usabilidade.

Durante os contatos presenciais introdutórios e as entrevistas, o pesquisador procurou manter uma atitude participante, evitando, porém, interferir na conduta dos entrevistados.

Assim sendo, o tema dessa pesquisa é um estudo e busca apontar como o sistema de comunicação digital do TCE/RJ (SICODI) pode efetivar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE. Inicialmente, porém, deve-se fazer uma análise sistêmica que gere informações para que o TCE/RJ (bem como outros órgãos de fiscalização superior) possa tomar decisões para implantação do teletrabalho, considerando o comportamento do pessoal envolvido e a infra-estrutura instalada.

Nessa pesquisa, foram utilizadas técnicas de formulários e questionários para coleta de dados dos servidores públicos envolvidos com a atividade-fim (controle externo), nos cargos de analistas e técnicos de controle externo, auxiliando o desenvolvimento do tema na predisposição dos mesmos como teletrabalhadores, para então, prosseguirmos na análise da efetividade do sistema de comunicação digital (Sicodi).

Para melhor compreender a dispersão apresentada entre as respostas dos usuários internos em relação aos usuários externos, quando da avaliação do Sicodi, procedeu-se entrevista com perguntas abertas aos servidores do protocolo e da área de desenvolvimento de sistemas.

Diante do problema de pesquisa apresentado, em nada atenderia responder se o sistema de comunicação digital (SICODI) pode ser instrumento de efetivação da fiscalização a cargo do TCE/RJ, sem, contudo, analisar se as tarefas dos cargos de analistas e técnicos da área-fim apresentam características que possam ser teletrabalhadas, bem como se o perfil dos auditores possibilitam o trabalho remoto.

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada em duas partes, a saber:

3.1 – Da viabilidade de implantação do teletrabalho na área de fiscalização de gastos de pessoal – primeira fase

Com base na contribuição dos autores: Nilles (1997), Trope (1999) e Rifkin (1995), a representação gráfica dessa primeira parte está melhor representada no quadro 2, abaixo:

Quadro 2: Avaliação da Viabilidade de Implantação do Teletrabalho no TCE/RJ.

AMBIENTE ORGANIZACIONAL	
Variáveis -Independentes – VI	Variáveis Dependentes - VD
TRIBUNAL DE CONTAS – RJ	
Tarefas do cargo	
	VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO TELETRABALHO
FUNCIONÁRIOS	
Características do perfil	

Adaptado – (Joselma O. Pinto, 2003)

Segundo Pinto (2003), a avaliação requer dois tipos de análise. Uma relacionada ao TCE/RJ, investigando-se se as tarefas do cargo (Variável critério – variável independente – VI) são passíveis de serem teletrabalhadas. Outra relacionada ao servidor, com relação às características do perfil (variável critério – variável independente – VI), analisando se apresentam características de teletrabalhador.

Assim, pode-se verificar a viabilidade da implantação do teletrabalho no domicílio – variável dependente – VD – para os cargos levantados no TCE/RJ.

Destarte, a avaliação pressupõe como variáveis determinantes da viabilidade do teletrabalho no TCE/RJ as tarefas do cargo e características do perfil dos auditores, conforme discorrido pela autora.

3.1.1 – Análise das tarefas do cargo

Segundo Nilles (1997), para se obter o sucesso na implantação do Teletrabalho no domicílio, algumas avaliações prévias são necessárias. Uma delas é o grau de eficiência com que as tarefas da função ou cargo podem ser realizadas no domicílio e quanto desse trabalho precisa ser feito na empresa. Joselma (2003) cita que, em alguns casos, chega-se à conclusão de que há possibilidade de trabalhar em casa parte do tempo.

Para melhor entendimento, Meirelles (1999) define:

Funções são os encargos atribuídos aos órgãos, cargos e agentes. O órgão normalmente recebe a função *in genere* e a repassa aos seus cargos *in specie*, ou a transfere diretamente a agentes sem cargo, com a necessária parcela de poder público para o seu exercício. Toda função é atribuída e delimitada por norma legal. Essa atribuição e delimitação funcional configuram a competência do órgão, do cargo e do agente, ou seja, a natureza da função e o limite de poder para o seu desempenho; cargo é o lugar reservado ao agente; e o agente é a pessoa física que exercita as funções do órgão.

Segundo Houaiss (2001), **função** é a obrigação a cumprir, o papel a desempenhar pelo indivíduo ou por uma instituição, a atividade específica do cargo assumido; **cargo** é a incumbência ou compromisso de alguém, responsabilidade ou obrigação.

Para Carneiro (1970), os funcionários que assumem determinado cargo precisam conscientizar-se, a todo o momento, das características do seu cargo e da natureza das tarefas que integram o cargo, da sua complexidade, dos deveres e do grau de responsabilidade funcional.

A variável tarefas do cargo será avaliada considerando-se os atributos tempo e localidade, não se afastando das atribuições previstas na Lei nº 4787, de 26 de junho de 2006 (DO de 30/06/2006), como se apresenta abaixo:

Quadro 3: Atributos da variável tarefas do cargo

ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA
Tempo	Período que os funcionários necessitam para realizar determinada tarefa (art. 41)
Localidade	Espaço onde o funcionário executa a tarefa, considerando (art. 5º da Lei Complementar nº 63/90): contato direto com outros funcionários; dependência de locais específicos e fixos; e, dependência de locais alternados ou variáveis.

Adaptado – (Joselma, 2003)

Mediante esta variável (tarefas do cargo), avalia-se o percentual de tempo gasto na realização das tarefas e o percentual de independência de localidade específica.

Como sugerido por Pinto (2003), os cálculos proposto por Nilles (1997) são decisivos para análise dos dados, tendo-se como percentual mínimo aceitável o de 60% da consolidação dos atributos **tempo e localidade**, para que se possa considerar o cargo passível de ser teletrabalhado.

3.1.2 – Análise das características do perfil do servidor

A análise das características do perfil é variável que não se pode prescindir para a implantação do teletrabalho no domicílio. Algumas características pessoais dos funcionários são determinantes para que se tornem teletrabalhadores.

Entende-se por características os fatores que caracterizam ou distinguem a personalidade de um indivíduo quanto às suas atribuições referentes a um serviço (Enciclopédia Brasileira de Mérito, 1963).

O perfil permite avaliar as características psicológicas de uma pessoa.

Seguindo o paradigma proposto por Joselma (2003) utilizado nesta pesquisa, as características do perfil formam-se dos atributos demonstrados no quadro abaixo:

Quadro 4: Atributos da variável: características do perfil

ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA
Automotivação	Demonstração de interesse e entusiasmo capazes de contagiar os colegas
Autodisciplina	Capacidade de controlar-se a si próprio, de impor-se um comportamento apropriado.
Confiança	Crença nas próprias qualidades e na potencialidade de resolver problemas com eficácia.
Flexibilidade	Capacidade de adequar-se às novas circunstâncias e abertura a novos conhecimentos.
Independência	Capacidade de tomar decisões por conta própria, responsavelmente.
Bom senso	Demonstração de equilíbrio nas suas colocações, nas emoções e nas atitudes.
Confiabilidade	Capacidade de despertar a confiança de outrem pela ponderação de suas colocações e atitudes.
Adaptabilidade	Capacidade de ajustar-se a qualquer ambiente sem problemas.

Assim, a avaliação das **características do perfil** identifica se os funcionários em exercício dos cargos avaliados como passíveis de serem teletrabalhados, estão aptos a serem teletrabalhadores. Segundo a autora, esta afirmativa observa-se quando as alternativas **sempre** ou **frequentemente** (quadro 5) ocorrerem em maior quantidade para os atributos pesquisados.

Na mesma linha de pesquisa apresentada por Rifkin (1995), buscou-se saber o que seria melhor para os servidores: uma carreira que permitisse programar suas próprias horas de trabalho em tempo integral, dando maior atenção à família, mas com avanços mais lentos na carreira profissional ou, de outra parte, carreira com horário rígido e menos atenção à família, mas com maior possibilidade de progresso rápido na carreira.

Questionou-se, também, se abririam mão de parte de seus rendimentos para terem maior tempo livre com a família e, ainda, se aceitariam promoção em troca de menor tempo livre com a família.

3.1.3 – Determinação da viabilidade

A análise positiva de o cargo ser apto ao teletrabalho é determinante para a viabilidade de se implantar o teletrabalho no domicílio, apurando-se esse resultado mediante a análise das tarefas do cargo. Ato contínuo, analisa-se a possibilidade de os

servidores detentores dos cargos de analista e técnico de controle externo terem perfil adequado ao teletrabalho, resultado a ser apurado da análise procedida a partir dos atributos definidos no quadro 3. Primeiramente, analisar-se-á a dependência da análise dos cargos serem aprovados; na sequência, a avaliação do perfil dos servidores.

3.2 – A análise do SICODI mediante norma ISO/IEC nº 9.126 – 1 (NBR nº 13.596) – segunda fase

A segunda parte dessa pesquisa consiste em analisar se o Sistema de Comunicação Digital do TCE/RJ (SICODI) viabiliza a implantação do teletrabalho nas atividades de fiscalização da área de pessoal, em suas frentes de trabalho, quais sejam: análise processual dos atos de concessão de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões), admissão (todo o procedimento que se inicia com o edital de abertura até o ato), contratos e inspeções⁷.

Como já apresentado, diante da revolução tecnológica pela qual o mundo tem passado, na área de informática, tanto no que se refere a *hardware* quanto a *software*, tudo é de obsolescência rápida, decorrendo, daí, uma análise dinâmica (Vilela, 2003). Torna-se, por conseguinte, desafiador a um estudo dessa natureza colaborar para que se possa ousar lançar mãos de um instrumento já usado para fins de comunicação entre TCE/RJ e jurisdicionado de uma forma mais ampliativa, alcançando a sua atividade-fim, ou seja, as inspeções e auditorias dos atos de gestão relacionados com os servidores públicos, desde a admissão até a sua aposentadoria, visando a otimizar os recursos públicos de forma eficiente em sua visão mais ampla: eficiência, eficácia e efetividade (Brasil. Constituição Federal, 1988).

Busca-se, dessa forma, a apresentação de um conjunto de **parâmetros e critérios** específicos para a avaliação do Sicodi enquanto ferramental para efetivação do teletrabalho na competência constitucional conferida ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Diante do avanço tecnológico e a demanda da sociedade cada vez maior por serviços públicos de qualidade em sua quantidade necessária para atingimento de todos os cidadãos-cliente que buscam a prestação desses serviços, naturalmente a ação dos órgãos fiscalizadores tende a demandar instrumentos que possam otimizar ao

⁷ A arma mais eficiente do Tribunal de Contas, como sempre defendido pelo Professor Carlos Ramos de Barros (in COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1996).

máximo os escassos recursos públicos e o capital intelectual dos funcionários à frente dessas atividades.

Nesse sentido, certamente novos parâmetros e critérios, além dos propostos, devem ser avaliados, tendo o presente trabalho, no máximo, o escopo de motivador de novas pesquisas, de forma a viabilizar outras avaliações que possam expandir a sua abrangência.

Observa-se, portanto, que o primeiro momento já foi superado, qual seja, a avaliação da área de pessoal, seus técnicos envolvidos, cargos e carreiras, preocupando-se na viabilidade da implementação do teletrabalho por esse prisma.

O segundo momento, que ora se inicia, embora não menos importante, talvez não seja tão ousado, haja vista o sistema de comunicação digital já existir e estar em uso. Porém, o que se busca avaliar é se atende os parâmetros e critérios necessários da tecnologia da informação, características e diretrizes de uso para que se possa implementar a fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro remotamente, tendo como normatização a NBR nº 13.596 (ISO/IEC 9.126 – 1).

Para tanto, lança-se mão da visão apresentada por Vilela (2003) quando da análise de alguns portais governamentais brasileiros para prestação de serviços e disseminação de informações. No presente estudo, trata-se de uma ação de governo para cidadãos (G2C), governo para jurisdicionado, na ação de fiscalização (G2G) e governo para empregados – seus auditores (G2E).

Lançam-se mãos, também, dos pesos apresentados por Vilela (2003), haja vista ser um trabalho já apresentado por profissionais da área de informática e comprometidos em sua labuta diária.

3.2.1 – Composição da amostra

Para esse segundo momento, estabeleceu-se como objetivo obter a percepção de cada cliente-usuário do Sistema de Comunicação Digital – SICODI, ou seja, o jurisdicionado (cliente externo), a Secretaria das Sessões – SSE, responsável pela emissão dos ofícios aos clientes externos, e o protocolo geral – CPGE, responsável pela recepção das respostas (clientes internos).

Junto à Coordenadoria de Informática, buscou-se a divisão de desenvolvimento de sistemas, para apresentar a adequação do Sicodi à norma ISO/IEC nº 9.126 – 1 durante as fases de desenvolvimento e implementação.

Ouviru-se, assim, na área de desenvolvimento de sistemas, mediante entrevista com perguntas abertas, a pessoa de seu coordenador. O coordenador da CPGE também foi ouvido em entrevista, além de se obter respostas ao questionário fechado.

Diante do arcabouço teórico referente à área de sistemas informacionais, o que se observa é que a prestação de serviços públicos na *web* é fenômeno relativamente recente e ainda de pouca produção científica disponível para a melhor fundamentação de pesquisas que promovam sua avaliação (DIAS, 2001; DETLOR, 2002). Diante disso, trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo como grande desafio obter alguma colaboração visando a apresentar o Sicodi como instrumento otimizador das atividades de fiscalização a cargo do TCE/RJ, indicando as atividades de fiscalização dos atos relativos a pessoal como etapa de um projeto piloto.

Dessa forma, novos parâmetros e critérios, além dos sugeridos nessa pesquisa, deverão ser avaliados, esperando-se, contudo, que possam ser agregados ao escopo do presente trabalho, viabilizando novas avaliações.

Enquanto no primeiro momento foi apresentada uma síntese dos parâmetros e critérios a partir da ISO/IEC nº 9.126 – 1 para avaliação do Sicodi, nesse segundo momento busca-se testar a aplicação desses critérios, obtendo a percepção, como já foi dito, dos usuários do sistema (internos e externos), bem como da área de desenvolvimento do sistema (coordenadoria de informática). Destarte, a pesquisa apresenta características de um estudo descritivo, vez que o sistema é analisado e, em seguida, são descritos os dados observados.

As perguntas seguem o modelo adaptado de Vilela (2003), bem como as bases conceituais de Nielsen (1997) e a norma ISO/IEC 9126 – 1.

Para os usuários externos, buscamos os jurisdicionados que mais fazem uso do sistema de comunicação digital – SICODI, isto é, a frequência de uso. Para os usuários internos, usamos como critério os responsáveis pela remessa (SSE) e recepção dos documentos digitalizados (CPGE).

Assim sendo, com relação à amostra desta pesquisa, buscou-se avaliar o Sicodi como instrumento implementador do teletrabalho nas atividades de fiscalização a cargo do TCE/RJ, na percepção dos seus usuários internos e externos com relação aos serviços já disponibilizados, bem como a visão da área de sistema quando do seu (do Sicodi) desenvolvimento.

3.3 – UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa é composto por analistas e técnicos que exerçam atividades de auditoria e inspeções no controle externo (*atividade-fim*) do TCE/RJ.

Os funcionários do controle externo que farão parte da amostra serão escolhidos por acessibilidade e tipicidade, em conformidade com a conceituação de Vergara (2006). Esses servidores são os que exercem cargo de chefia, ou não, dentre os que executam o trabalho de campo, os de supervisores (inspetores-gerais) e os de gerência (subsecretários), bem como técnicos do Centro de Processamento de Dados – CPD – envolvidos no projeto SICODI.

Da segunda etapa da pesquisa, limitamos o escopo aos usuários externos mais frequentes e aos usuários internos responsáveis pelo envio e recebimento de documentos e/ou informações. Adiante, adotamos a entrevista com a Coordenação de Desenvolvimento de Sistema, para uma percepção da utilização do SICODI como instrumento otimizador do teletrabalho nas ações de fiscalização a cargo do TCE/RJ.

Por certo que não há como afirmar o *quantum* dessa amostra, pois existem usuários que deixaram de responder aos questionários, ora por impedimentos alheios à sua vontade, ora por visão deturpada da relação órgão fiscalizador e fiscalizado.

Embora a metodologia desta pesquisa não seja exclusivamente qualitativa, este ponto reporta à preocupação de Vieira (2004, p.22): por um lado, para reconhecer que população e amostra merecem cuidado e, por outro, para compreender que “em pesquisa qualitativa”, pode não caber uma “forma tradicional” de lidar com essa questão. Certamente essa questão terá alguma implicação na possibilidade de generalização. Em relação a essa dificuldade, o autor indica a importância de análise cuidadosa dos dados coletados e uma descrição exaustiva dos resultados, o que ele considera fundamental à pesquisa qualitativa. Essa atenção especial, somada à articulação de diferentes métodos, pode oferecer possibilidades de, se não uma ampla transferibilidade, condições para clarificar a que casos e/ou situações semelhantes os resultados desta pesquisa poderão servir (p.23, 25).

3.4 – COLETA DE DADOS

Coletar dados é juntar as informações indispensáveis ao desenvolvimento dos raciocínios apresentados nos objetivos (Santos, 1999). De fato, essa parte consiste

em por em prática os procedimentos planejados para se alcançar os objetivos, seguindo o cronograma pré-estabelecido: a execução do projeto.

Há variados instrumentos à disposição para efetivar a pesquisa, e vários modos de operacionalização.

A validade e confiabilidade são os critérios almejados para que a pesquisa possa tornar visível a realidade pesquisada. Nesse sentido, os instrumentos de coleta de dados buscam demonstrar a presença ou ausência de um fenômeno e possibilitar a quantificação e ou qualificação dos fenômenos presentes.

Na primeira parte da pesquisa, buscou-se a adoção dos procedimentos abaixo:

1. Pesquisa com os servidores do Controle Externo, da área de fiscalização de pessoal, do Tribunal de Contas do ERJ;
2. Pesquisa documental em informes estatísticos que tratem do trânsito e dos meios de transportes coletivos disponíveis no Município e Estado do Rio de Janeiro;
3. Pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas em Relações Humanas, teses, dissertações, trabalhos desenvolvidos pela Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Televidades – SOBRATT e pelo TCE.

Com relação ao item um, utilizou-se a entrevista escrita (questionário), com perguntas fechadas e semifechadas, visando a obter do entrevistado o maior grau de detalhe possível, não se distanciando do foco.

Os instrumentos são:

➤ **Formulário – tarefas desempenhadas pelo cargo**

O formulário visa verificar a correspondência dos cargos e suas tarefas definidas na Lei nº 4787/2006, constando somente análise dos cargos de analista e técnico de controle externo.

Segundo a Lei citada, compete ao Analista de Controle Externo as atribuições definidas no artigo 11, exigindo nível superior de escolaridade (3º grau completo), como transcrito abaixo:

Art. 11 - Compete ao Analista - Área de Controle Externo desenvolver as seguintes ações de controle externo, necessárias ao exercício, pelo Corpo Deliberativo, das funções institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

I - emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

II – executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

III - executar todos os demais atos de fiscalização de competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir ao Corpo Deliberativo a necessária apreciação ou julgamento.

Ao técnico de controle externo, cabe desempenhar as atividades previstas no artigo 16 da citada norma, bem como a regulamentação disposta na Resolução nº 249/06, como apresentado:

Art. 16 - Compete ao Técnico desenvolver, dentre outras que lhe forem conferidas em regulamento, as atividades de apoio técnico necessárias às ações de controle externo, ao acompanhamento e desenvolvimento organizacional e ao cumprimento das decisões dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Os cargos em questão da Lei nº 4787/2006 são organizados da seguinte forma:

Devem ser seguido o conjunto de normas que disciplinam o trabalho do servidor, especialmente o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro, aprovados pelo Decreto-Lei 220, de 18/07/1975 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.479, de 08/03/1979;

Uma jornada básica de 40 (quarenta) horas semanais, excetuando os casos previstos em regulamentação interna;

É fixada a gratificação especial de controle externo, atribuída em função da complexidade inerente às atividades desempenhadas, ocorrendo as progressões em seu tempo e as promoções mediante apresentação de especialização específica e após avaliação de comissão definida nos termos da lei (art. 25 da Lei nº 4787/06); e,

Aos servidores ocupantes dos cargos de carreiras de Analista de Controle Externo, de Técnico de Controle Externo, e de Auxiliar de Controle Externo, poderá ser atribuído Adicional de Qualificação Funcional – AQF, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos através de ações de capacitação, em áreas de interesse do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na forma estabelecida em regulamento, além de outras vantagens previstas em lei (art. 29 da precitada lei).

➤ **Questionário 1 – Análise dos cargos: analista e técnico de controle externo**

As perguntas foram elaboradas por fulcro no questionário análise de função, de Nilles (1997), em conformidade com a avaliação do primeiro instrumento (formulário – tarefas desempenhadas pelo cargo). Seguindo o paradigma adotado por Joselma (2003), o questionário é o apresentado no modelo constante do anexo II.

➤ **Questionários 2 e 3 – Análise das características do perfil do servidor respondente**

Esse instrumento destina-se avaliar as características do perfil do servidor que exerce as funções de controle externo na área de fiscalização dos gastos de pessoal, nos cargos de Analista e Técnico de Controle Externo. Elaborado para averiguar se os servidores dessa área apresentam os atributos adequados para teletrabalhadores, tem como pilar as características dos fundamentos de Nilles (1997).

Muito embora Kugelmass (1996) cite que todo o trabalhador pode ser um teletrabalhador, o que se observa é que há uma relação de existência de um perfil mais adequado ao teletrabalho. Desnecessário apresentar que o teletrabalhador precisa de conhecimentos básicos de informática.

Segundo Nilles (1997), nem todo trabalhador é bom candidato ao teletrabalho, haja vista as características que são peculiares ao teletrabalho: diminuição de controles explícitos; estilo de supervisão alterado; o servidor teletrabalhador precisa aproveitar essa característica para aumentar sua produtividade e sua qualidade de vida. Não prescinde, assim, de um grau significativo de organização casa-trabalho (ou qualquer local que queira e as metas a alcançar), como apresentado por Mello (1999).

A indicação utilizada é qualitativa nominal, medindo os atributos considerando suas relações de equivalência (=, ≠) (Sâmara e Barros, 1997). Desta forma, apresenta as seguintes pontuações para as alternativas:

Quadro 5: Pontuação das alternativas

ESCALA DE 4 PONTOS			
SEMPRE	FREQUENTEMENTE	RARAMENTE	NUNCA
3	2	1	0

Tendo por fundamento os princípios apresentados por Nilles (1997), são avaliados 8 (oito) atributos relativos às características do perfil do servidor e 11 (onze) questões que possibilitam a avaliação desses atributos.

A pesquisa em questão é, em sua essência, descritiva. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, definir as relações entre as variáveis. Uma vez que possibilita a análise estatística mediante tabelas, adotou-se um enfoque quantitativo.

Tendo por fulcro o disposto por Rifkin (1995), complementam a pesquisa as informações sobre o quanto é importante a qualidade de vida decorrente do maior tempo livre, mesmo que acarrete uma morosidade na progressão do cargo na carreira, ou mesmo que tenha que abrir mão de uma remuneração maior, pelo exercício de cargo em comissão, com maiores responsabilidades.

É mister destacar que essa pesquisa não visa à avaliação de possíveis resistências por parte do órgão ou dos funcionários quanto à implantação do teletrabalho. Seguindo os princípios de Kugelmass (1996), a resistência pode ser proposta de tema de outras pesquisas, em especial no nível de gerência.

Na segunda parte da pesquisa, adotaram-se os pesos apresentados por Vilela (2003), no modelo utilizado pelos profissionais da área de informática.

Foi elaborado, portanto, um conjunto de parâmetros e critérios para avaliação do SICODI quanto à remessa e ao recebimento dos documentos e esclarecimentos por parte dos jurisdicionados, a partir da revisão literária do texto legal e dos resultados de entrevistas e questionários.

Assim, os parâmetros e critérios de avaliação estão divididos em três dimensões: análise do conteúdo, da usabilidade e da funcionalidade. Cada dimensão é decomposta em parâmetros de análise e respectivos critérios de avaliação.

Para o fim almejado, procedeu-se à:

- elaboração de tabelas dos parâmetros relativos a cada dimensão;
- definição de critérios de avaliação para cada parâmetro;
- adequação dos critérios à ISO/IEC 9126 – 1, no que concerne às dimensões usabilidade e funcionalidade;
- lista conclusiva de parâmetros e critérios de avaliação do sistema.

Os parâmetros e critérios definitivos das dimensões conteúdo, usabilidade e funcionalidade são apresentados nos questionários que suportam esta segunda parte da pesquisa, constantes do anexo V.

A pontuação foi definida como sugerido por Vilela (2003), vale dizer, os critérios de avaliação são organizados em grupos de nível 2 (os parâmetros) e estes, em grupos de nível superior, que são as dimensões de análise de conteúdo, usabilidade e funcionalidade (nível 1).

Destarte, a nota final de um parâmetro é a média ponderada das notas dos critérios pertencentes àquele parâmetro, como apresentado a seguir:

$$M_{pp} = \frac{\sum(P_c \times N_c)}{\sum P_c}$$

Onde: M_{pp} = média aritmética ponderada do parâmetro

P_c = peso de um critério do grupo;

N_c = nota de um critério do grupo.

Assim, a nota final da dimensão é a média aritmética ponderada das notas dos parâmetros e é representada como segue:

$$M_{pd} = \frac{\sum(P_p \times N_p)}{\sum P_p}$$

Onde: M_{pd} = média aritmética ponderada da dimensão;

P_p = peso de um parâmetro;

N_p = nota de um parâmetro.

Os pesos atribuídos aos parâmetros e critérios refletem os níveis de importância dos mesmos, na visão de especialistas pesquisados por Vilela (2003) e, no presente caso, assumiram os seguintes valores:

Quadro 6: Pesos para avaliação do sistema de comunicação digital - Sicodi

VALOR DO PESO	IMPORTÂNCIA
1	Baixa
2	Média
3	Alta

As notas refletem a qualidade daquele item e, na presente pesquisa, assumiram os seguintes valores:

Quadro 7: Notas para avaliação do sistema de comunicação digital – Sicodi

NOTA	SIGNIFICADO
0	Item ruim ou incompleto
1	Item regular
2	Item bom
3	Item muito bom
4	Item completo

Destaque-se que em alguns casos não foi possível pontuar os critérios, vez que se referem à simples questão de estarem ou não presentes. Assim, usa-se a pontuação 0 (zero) para o não, ou 4 (quatro), para o sim.

3.5 – TRATAMENTO DE DADOS

Ao se discutir sobre uma metodologia para nortear uma pesquisa, é decisivo pensar no que se pretende pesquisar e qual o objetivo a alcançar. Uma reflexão mais detida pode, não só explicar a maneira como vemos o mundo, mas também como

podemos melhorá-lo (somar para melhorar as condições de vida). Deixando de lado uma posição positivista, podemos tratar o problema basicamente por três grandes métodos principais. Segundo Vergara (2006: 12-15), o método fenomenológico, o hipotético-dedutivo e o dialético. Cada método, distintamente, apresenta pontos de vista próprios, adaptando-se a diferentes tipos de pesquisa.

Para Gil (1987:33) – citando Husserl – as ciências são de duas espécies: de fatos, com fundamento na experiência sensível e de essências ou eidéticas, “às quais compete a intuição essencial”. Segundo o mesmo autor, as ciências dos fatos se baseiam em ciências de essências – a lógica e matemática e “em cada um dos fatos há uma essência permanente”. Cada pesquisa tem a sua metodologia e uma amostra a ser analisada, amostra essa por conveniência, ou não. Tendo por base o que nos ensina Gil (1987), o problema de pesquisa que se propõe sugere a adoção de procedimentos de estatística descritiva (tabulação e gráficos) como instrumento facilitador da análise dos dados coletados.

Além disso, conforme já foi observado, a análise das relações interpessoais sugere uma avaliação qualitativa, o que pode compreender uma postura fenomenológica, pois mesmo nas ciências dos fatos cabe o uso do método fenomenológico. Segundo Gil (1987), o método fenomenológico, como apresentado por Edmund Husserl, propõe-se a estabelecer uma base segura, liberta de pressuposições, para todas as ciências. Para Husserl, a suprema fonte de todas as afirmações racionais é a “consciência doadora originária”.

Sem a pretensão de obter o rigor do método fenomenológico nesta dissertação, tentar avançar para as próprias coisas e captar o essencial do fenômeno relacional fortemente envolvido no problema deste estudo, na realidade concreta do TCE/RJ, pode contribuir para um novo olhar ao que está sendo vivido, na verdade, incluindo o pesquisador, o que está sendo convivido. Esse convivido é um todo complexo, não é um conjunto de fenômenos em uma organização. Thiry-Cherques (2004) esclarece que a organização é ela mesma uma estrutura e como tal espelha “relações entre seus elementos componentes”, mesmo que seja frágil e confusa, uma estrutura é própria da organização, ela não existe sem esse atributo (p.110). Por essa razão consideramos importante investigar as relações implicadas no teletrabalho, porque ele é uma das formas em que essa estrutura se mostra, embora única, em ações diversificadas. Nesses termos, apreender esse fenômeno, não enquanto técnico, mas

relacional e buscar interpretá-lo a partir de uma postura fenomenológica de inclusão, pode contribuir para iluminar a organização TCE/RJ em sua dinâmica, diante dessa nova tecnologia com base no fenômeno relacional.

3.6 – LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A análise das relações interpessoais sugere uma avaliação qualitativa.

Assim, apresentamos as seguintes dificuldades e limitações para a implementação da pesquisa:

- ✓ o método está limitado pela seleção dos indivíduos para participarem das entrevistas, haja vista a impossibilidade de serem entrevistados todos os inspetores-gerais, os subsecretários e os técnicos de controle externo e da informática do TCE/RJ;
- ✓ a pouca experiência do pesquisador em lidar com um número elevado de dados obtidos, situações relacionais complexas, além de dúvidas sobre a condução de entrevistas;
- ✓ escolha e viabilidade de acessos aos entrevistados escolhidos, dentro do limite temporal do estudo.

No que se refere à pesquisa documental:

- ✓ o fator limitador está relacionado ao fato da viabilidade em levantar dados em órgão governamental e eventuais dificuldades em obter a autorização para tal;
- ✓ a limitação da abrangência da pesquisa a algumas inspetorias e subsecretarias do controle externo (restrita aos processos de pessoal - aposentadoria) deixando à parte outras divisões importantes e a maioria dos departamentos que exercem o controle interno (*atividade-meio*), em função do tempo disponível e da limitação de recursos para a pesquisa, o que não permitirá generalizações das conclusões extraídas do estudo a outros órgãos da Administração Pública;

Quanto às entrevistas, as limitações relacionam-se:

- ✓ à possibilidade de os grupos selecionados para a entrevista não definirem uma amostra representativa do universo estudado, não se podendo, também, apresentar conclusões gerais;

- ✓ a algumas informações sobre pontos importantes apresentados pelos entrevistados poderem ser falsas, ou reticentes, por razões conscientes (medo, por exemplo) ou inconscientes. O grau de confiança passado pelo entrevistador pode também ser decisivo nesse aspecto;
- ✓ à exigência de habilidade do pesquisador para interagir com o pesquisado, conduzindo a entrevista sob a forma de diálogo, buscando reconduzir a exploração ao tema e manter-se atento a possíveis desvios relativos à autenticidade do relato.

Neste capítulo foram apresentados os itens referentes à metodologia da pesquisa em seus aspectos: tipo de pesquisa, universo e amostra, seleção dos sujeitos, coleta e tratamento de dados e as limitações do método.

4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 – Da viabilidade de implantação do teletrabalho (quanto ao perfil dos servidores e das tarefas do cargo) – primeira fase da pesquisa

Este item visa a apresentar o campo de pesquisa, os dados coletados e as informações obtidas após análise e discussão dos resultados nessa primeira parte da pesquisa.

O campo de pesquisa é o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com seu histórico e competência já sobejamente percorridos no item 2.1.

A área de atuação selecionada foi a de fiscalização dos gastos de pessoal decorrentes dos atos de admissão (de qualquer tipo), aposentadoria e reforma (bem como transferência para reserva) e auditorias (inspeções *in loco*). Essas inspeções visam acompanhar no jurisdicionado (secretarias, suas fundações e autarquias, nos governos municipais e estadual – exceto o município do Rio de Janeiro), coletando documentos que comprovem indícios ou evidências de irregularidades na aplicação dos recursos públicos, imputando, se for o caso, responsabilidades e determinando o ressarcimento do dano ao Erário, se for o caso.

Quadro 8: quantitativo de servidores da área de fiscalização dos atos de pessoal – Inspetorias de Controle de Pessoal – IGP's – TCE/RJ

INSPETORIAS	TOTAL	PERCENTUAL
1ª IGP	23	41,1%
2ª IGP	18	32,1%
3ª IGP	15	26,8%
TOTAL IGPS	56	100,0%

Fonte: elaboração do autor a partir do livro de ponto IGP – TCE/RJ – fevereiro / 2008

4.1.1 – Sujeitos da pesquisa

Como citado quando da especificação da amostra, os sujeitos são os servidores da atividade-fim do TCE/RJ, isto é, aqueles que efetuam análise processual de atos e contratos, como também aqueles que executam trabalho de campo e os que exercem cargos de chefia (inspetores-gerais e subsecretários) da área de fiscalização dos gastos de pessoal. Da atividade-meio, os técnicos de informática envolvidos com o projeto SICODI e os responsáveis pelo recebimento dos documentos e/ou esclarecimentos via Sicodi (CPGE), no protocolo geral.

Os cargos selecionados para análise são os de analista de controle externo e técnico de controle externo, buscando aferir suas funcionalidades em vista do teletrabalho no domicílio.

O método para a escolha foi pautado na amostragem não probabilística, e “proposital”, buscando obter o máximo de dados para análise (Merriam, 1988).

Dos servidores das Inspetorias de Controle de pessoal do TCE/RJ, 37 compõem a amostra do estudo, o que representa 66,07% do total, como se apresenta:

Quadro 9: Correspondência dos respondentes com o quantitativo de servidores por Inspetoria de pessoal – perfil

INSPETORIAS	RESPONDENTES	PERCENTUAL	% TOTAL DE SERVIDORES
1ª IGP	17	45,95%	30,36%
2ª IGP	11	29,73%	19,64%
3ª IGP	09	24,32%	16,07%
TOTAL IGPS	37	100,0%	66,07%

Fonte: elaboração do autor a partir do livro de ponto IGP – TCE/RJ – fevereiro / 2008

4.1.2 – Da coleta dos dados

A coleta dos dados ocorreu no mês de fevereiro de 2008, tendo sido distribuídos os instrumentos pessoalmente para os respondentes das inspetorias selecionadas. Foram selecionadas as Inspetorias de Controle de Pessoal (IGP's) pelas características dos atos de gestão de pessoal envolvidos e, também, pelo maior grau de acessibilidade e apoio organizacional.

A participação foi espontânea. Dos 56 servidores lotados nas IGP's, 37 responderam os questionários e, desses, a maior representatividade está com a 1ª IGP, em que houve 30,36% do total da amostra de retorno de resposta aos questionários.

4.1.3 – Da disposição dos dados

Como já apresentado anteriormente, temos como variáveis-critérios (variáveis independentes): tarefas do cargo, passíveis de análise do ponto de vista da organização Tribunal de Contas, e características do perfil dos auditores, passíveis de análise a partir da percepção dos servidores. Desta forma, apresentam-se os resultados em duas categorias: servidores e TCE/RJ.

Os dados foram trabalhados utilizando-se planilha eletrônica (EXCEL) para descrever os resultados obtidos mediante tabelas a partir de fonte de dados decorrentes da pesquisa de campo.

Seguem abaixo os resultados referentes às variáveis gênero e idade:

4.1.3.1 – Gênero

Do total de respondentes, 37,84% são mulheres (14) enquanto 62,16% são homens (23).

Tabela 1: distribuição dos respondentes por gênero

INSPETORIAS	1ª IGP	2ª IGP	3ª IGP	TOTAL	PERCENTUAL
Masculino	9	7	7	23	62,16%
Feminino	8	4	2	14	37,84%
TOTAL	17	11	9	37	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor – inspetorias de controle de pessoal – TCE/RJ, fevereiro / 2008

4.1.3.2– Idade

Tabela 2: faixa etária dos respondentes

IDADE	fi	fr	f%
28 =<X< 32	1	0,029412	2,94%
32 =<X< 36	5	0,147059	14,71%
36 =<X< 40	9	0,264706	26,47%
40 =<X< 44	8	0,235294	23,53%
44 =<X < 48	5	0,147059	14,71%
48 =<X < 52	1	0,029412	2,94%
52 =<X =< 56	5	0,147059	14,71%
Somatória	34	1,000001	100,01%

Fonte: Elaborado pelo autor – inspetorias de controle de pessoal – TCE/RJ, fevereiro / 2008

A predominância está compreendida no intervalo de 36 a 44 anos, respondendo por 50% da amostra pesquisada.

Observa-se, contudo, que 3 (três) dos respondentes omitiram as idades, tendo sido desconsiderados da análise.

4.1.3.3– Tarefas do cargo

Os resultados referentes à variável tarefas do cargo foram obtidos por meio dos seguintes instrumentos:

Observação: tarefas desempenhadas pelo cargo

Foi efetuada uma pesquisa por observação das atividades diárias das três inspetorias de controle de pessoal, fazendo um comparativo com as tarefas descritas na norma que disciplina as atribuições dos cargos de técnico e de analista de controle externo, qual seja, Lei nº 4787, de 26 de junho de 2006 (DO de 30/06/2006). Foram observadas as atividades desempenhadas por cada servidor lotado em cada inspetoria.

Após comparação das atividades com as prescritas nos artigos 11 e 16 da citada lei, formulou-se questionário para análise dos cargos de técnico e analista de controle externo.

➤ **questionário 1: análise dos cargos de técnico e analista de controle externo**

Os dados do questionário foram planilhados em sistema EXCEL, recebendo um tratamento estatístico para cálculo dos percentuais relativos ao tempo efetivo para a realização da tarefa e ao tempo necessário da presença do respondente em seu local de trabalho, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 10: análise dos cargos de técnico e analista de controle externo – inspetorias de controle de pessoal – TCE/RJ

CARGO: Analista / Técnicos de Controle Externo				
A	B	C	D	E
TAREFA	PORCENTAGEM DO CARGO	PORCENTAGEM DA DEPENDÊNCIA DO LOCAL DA TAREFA	PORCENTAGEM DA DEPENDÊNCIA TANTO DO LOCAL COMO DO CARGO	INDEPENDENCIA DO LOCAL
Emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelos gestores públicos, estaduais e/ou municipais;	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
Emitir parecer sobre atos de aposentadorias e pensões;	45,8%	19,6%	9,0%	36,8%
Emitir parecer sobre editais de concurso público;	5,5%	5,6%	0,3%	5,2%
Emitir parecer sobre atos de admissão de pessoal, a qualquer título;	9,8%	7,6%	0,7%	9,0%
Emitir parecer sobre atos de reconhecimento de dívidas de gastos de pessoal;	1,08%	6,1%	0,1%	1,7%
Emitir parecer sobre denúncias de irregularidades encaminhadas ao TCE/RJ;	3,2%	4,2%	0,1%	3,1%
Executar inspeções e auditorias a cargo do TCE/RJ;	10,3%	9,7%	1,0%	9,3%
Executar todos os demais atos de fiscalização de competência do TCE/RJ.	21,9%	9,7%	2,1%	19,8%
TOTAL DE INDEPENDÊNCIA DO LOCAL				85,0%
FATOR REALIDADE (média de dias por semana no escritório)			3	
INDEPENDÊNCIA PRÁTICA MÉDIA (potencial de dias/semana de trabalho em casa)				2

Análise do Cargo capacitado para realização do teletrabalho – Adaptado – (Joselma Oliveira Pinto, 2001)

Para 27 respondentes, as tarefas avaliadas podem ser teletrabalhadas, haja vista a média obtida para a independência do local, da ordem de 85%, quando o percentual mínimo apontado por Nilles (1997) é de 60%. Esse número de respondentes representa 72,97% da amostra considerada.

A somatória dos dados da coluna *independência do local* foi de 85% para os cargos de controle externo das inspetorias de controle de pessoal – IGP's, o que, segundo Nilles (1997), pode-se concluir que as tarefas dos cargos analisados podem ser consideradas possíveis de serem teletrabalhadas. As informações obtidas após processamento dos dados demonstram que, para uma semana de 5 (cinco) dias úteis de trabalho, os servidores poderão trabalhar onde quer que desejem, na residência ou não, durante 2 (dois) dias da semana.

Para esses 72,97% dos servidores pesquisados, as tarefas inerentes aos cargos de analista e técnico de controle externo não dependem de um local específico para serem executadas, pois, reforce-se, a somatória da coluna *independência do local* foi igual ou superior a 60% para 27 dos respondentes.

➤ Questionários 2 e 3: análise das características do perfil do respondente

Os dados receberam tratamento da estatística descritiva, mediante análise qualitativa dos dados, conforme valores atribuídos a cada alternativa de resposta para os oito atributos avaliados pelo questionário 2 e os 4 avaliados pelo questionário 3 (anexo III). Da análise efetivada, foram encontradas as seguintes frequências das alternativas e percentuais correspondentes.

Tabela 3: características do perfil do respondente

ATRIBUTOS	SEMPRE		FREQUENTEMENTE		RARAMENTE		NUNCA	
	fi	f%	fi	f%	fi	f%	fi	f%
Automotivação	9	10,0%	20	9,5%	7	7,7%	1	6,3%
Autodisciplina	6	6,7%	19	9,0%	8	8,8%	4	25,0%
Confiança	12	13,3%	16	7,6%	7	7,7%	2	12,5%
Flexibilidade	16	17,8%	19	9,0%	-	0,0%	2	12,5%
	6	6,7%	23	11,0%	5	5,5%	3	18,8%
Independência	6	6,7%	21	10,0%	10	11,0%	-	0,0%
	2	2,2%	7	3,3%	26	28,6%	2	12,5%
	11	12,2%	21	10,0%	5	5,5%	-	0,0%
Bom senso	3	3,3%	20	9,5%	14	15,4%	-	0,0%
Confiabilidade	1	1,1%	28	13,3%	7	7,7%	1	6,3%
Adaptabilidade	18	20,0%	16	7,6%	2	2,2%	1	6,3%
TOTAL	90		210		91		16	

As alternativas “sempre” e “frequentemente” para os atributos apontam que o respondente apresenta características do perfil adequadas para ser teletrabalhador. Na contramão, “raramente” e “nunca” indicam que não apresenta características do perfil apropriadas.

Como se pode notar na consolidação abaixo, os atributos de maior frequência foram independência, flexibilidade e bom senso, nessa ordem.

Tabela 4: Percentual consolidado do perfil dos respondentes

ATRIBUTOS	SEMPRE / FREQ.		RARAM. / NUNCA	
	fi	f%	fi	f%
Independência	86	28,7%	25	23,4%
Flexibilidade	41	13,7%	33	30,8%
Bom senso	35	11,7%	2	1,9%
Adaptabilidade	29	9,7%	8	7,5%
Confiabilidade	29	9,7%	8	7,5%
Automotivação	28	9,3%	9	8,4%
Confiança	27	9,0%	10	9,3%
Autodisciplina	25	8,3%	12	11,2%
TOTAL	300		107	

Fonte: Elaborado pelo autor – inspetorias de controle de pessoal – TCE/RJ, fevereiro / 2008

O resultado dessa pesquisa confirma a potencialidade dos respondentes da área de pessoal para o teletrabalho, o trabalho flexível e independente de qualquer local para sua realização.

Podemos dizer, portanto, que 73,71% dos servidores que participaram da pesquisa apresentam os atributos do perfil adequado para teletrabalhadores, uma vez considerada a somatória das respostas às opções “sempre” e “frequentemente”.

Do questionário 3 (anexo III), observa-se que se confirma a característica do perfil dos cargos avaliados, pois de um total de 37 respondentes, 35 admitem optar por um tipo de carreira mais flexível, que os permita programar suas próprias horas de trabalho em tempo integral, com maior atenção à família, ainda que a promoção e/ou progressão na carreira profissional ocorra mais lentamente.

O que foi apresentado por alguns respondentes, mas que não foi apresentado de forma expressa no questionário, pois seguiu o paradigma proposto por Rifkin (1995), é o fato de permitir tempo integral, não obrigatoriamente para atenção maior à família, mas a si mesmo. Os fatos relacionados a essa colocação desviam-se de

nossos objetivos, motivo porque podem ficar como sugestão para pesquisas futuras da área de gestão de pessoas.

A tabela abaixo sintetiza o que foi apurado, como segue:

Tabela 5: características do perfil dos respondentes

CONSOLIDAÇÃO GERAL

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE				
ATRIBUTOS	hor. Flexíveis	hor. Rígidos	Sim	Não
Alternativa de carreiras	35	2	-	-
Maior responsabilidade e menor tempo livre	-	-	15	22
Menor remuneração por maior tempo livre	-	-	17	20
Menor ou igual a 2%	-	-	4	33
Maior que 2% e menor que 5%	-	-	5	32
Maior ou igual a 5%	-	-	8	29
Totalização	35	2	49	136

Os servidores da área de pessoal guardam as características para teletrabalhadores, tanto que 59,46% dos pesquisados responderam que **não** aceitam maiores responsabilidades que acarretem menor tempo livre, muito embora não aceitem menor remuneração por maior tempo livre. Tal fato não parece se vincular a teletrabalhar suas atividades, ou não, mas sim a fatores pessoais de ordem econômica ou financeira. Ainda assim, um bom quantitativo abre mão de parte de sua remuneração por maior tempo livre, respondendo o maior percentual de redução de remuneração (5%) por 21,62% dos entrevistados.

4.1.4 – Achados da 1ª fase da pesquisa

Com relação à primeira parte dessa pesquisa que visa à análise das características do cargo e do perfil dos técnicos e analistas de controle externo da área de fiscalização dos gastos de pessoal (inspetorias de controle de pessoal – IGP's) do TCE/RJ, a avaliação aponta para a viabilidade de se teletrabalhar as funções dos cargos de técnico e analista de controle externo das IGP's, em conformidade com as características apresentadas por Nilles (1997), tendo por escopo trabalho desenvolvido por Joselma (2003), na Serpro.

Claro está que alcançamos a primeira fase da pesquisa na área de fiscalização de gastos de pessoal do TCE/RJ, no exercício do controle externo (CF/88), o que nos permite, agora, partirmos para a comprovação do objetivo principal, qual seja, verificar se o sistema de comunicação digital do Tribunal de Contas RJ (SICODI) pode efetivar o teletrabalho no exercício das funções de ordem constitucional do TCE/RJ, na área de pessoal.

4.2 – Da viabilidade do sistema de comunicação digital – SICODI – como instrumento para efetivação do teletrabalho – segunda fase da pesquisa

É mister destacar que o foco dessa segunda fase da pesquisa não se distancia do escopo inicial, qual seja, a área de fiscalização dos atos de pessoal.

Para esta segunda fase da pesquisa, foram distribuídos os questionários com os parâmetros e critérios definidos e já apresentados ao longo desse trabalho a 8 (oito) órgãos jurisdicionados dentre os de maior frequência no uso do Sicodi, enquanto usuários externos.

Dos usuários internos, foram selecionados os coordenadores da área de desenvolvimento de sistemas; do serviço de protocolo (CPGE), responsável pelo recebimento dos documentos e informes digitalizados; e da secretaria das sessões (SSE), responsável pela remessa de ofícios comunicando as decisões do Tribunal de Contas.

Para o coordenador de desenvolvimento de sistemas foi procedida entrevista com perguntas abertas, assim como para o coordenador do serviço de protocolo. Adicionalmente, foi apresentado questionário para os usuários internos da SSE e do CPGE, como apresentado no anexo V.

Quadro 11: quantitativo de usuários do Sicodi pesquisados.

USUÁRIOS	TOTAL	PERCENTUAL
jurisdicionados	8	72,7%
CPGE	2	18,2%
SSE	1	9,1%
TOTAL IGPS	11	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor – e-mails enviados – abril / 2008

Do total de jurisdicionados, obtivemos respostas referentes a todas as dimensões, parâmetros e critérios de apenas 5 (cinco) órgãos, o que, adicionados aos três usuários internos, representam 72,73% da amostra.

Em seguida, estão elencados os comentários acerca do Sicodi, divididos em relação às três dimensões de análise propostas nessa pesquisa. Para facilitar a análise, consolidamos os quadros em usuários internos, externos (jurisdicionados) e consolidação geral, apresentados de forma a permitir a visualização da pontuação atribuída a cada critério, parâmetro e dimensão.

4.2.1 – Dimensão CONTEÚDO

4.2.1.1 – usuários internos ao TCE/RJ

Tabela 6 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **conteúdo**, para usuários internos.

USUÁRIO INTERNO: CONSOLIDADO

TABELA 06 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Conteúdo, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	3	3	
	Abrangência/	Critério 2	3	3	
	Cobertura e	Critério 3	3	3	2,83
C	Propósito	Critério 4	2	2	
	(peso 2)	Critério 5	1	3	
O	2		12		
	Atualidade	Critério 1	3	1	0,75
N	(peso 3)	Critério 2	3	0,5	
	3		6		
T	Metadados	Critério 1	2	2,5	2,50
	(peso 3)	Critério 2	3	2,5	
E	3		5		
	Correção	Critério 1	3	3	
Ú	(peso 2)	Critério 2	2	3	3,00
	2	Critério 3	2	3	
D			7		
	Autoridade/	Critério 1	2	2	
O	Copyright	Critério 2	2	3	2,80
	(peso 3)	Critério 3	3	3	
	3	Critério 4	3	3	
			10		
	Objetividade	Critério 1	3	1,5	
	(peso 3)	Critério 2	3	1	
	3	Critério 3	3	1	1,56
		Critério 4	3	1	
		Critério 5	3	3	
	16	Critério 6	2	2	
Nota final da dimensão =	2,16		17		

4.2.1.2 – Usuários externos – jurisdicionados do TCE/RJ

Tabela 7 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **conteúdo**, para usuários externos.

USUÁRIO EXTERNO: CONSOLIDADO

TABELA 07 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Conteúdo, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	3	3,2	
	Abrangência/	Critério 2	3	2,6	
	Cobertura e	Critério 3	3	3,4	3,05
C	Propósito	Critério 4	2	3	
	(peso 2)	Critério 5	1	3	
O	2		12		
	Atualidade	Critério 1	3	1,4	1,80
N	(peso 3)	Critério 2	3	2,2	
	3		6		
T	Metadados	Critério 1	2	2,6	2,84
	(peso 3)	Critério 2	3	3	
E	3		5		
	Correção	Critério 1	3	3	
Ú	(peso 2)	Critério 2	2	3,4	3,11
	2	Critério 3	2	3	
D			7		
	Autoridade/	Critério 1	2	2,2	
O	Copyright	Critério 2	2	1,4	1,92
	(peso 3)	Critério 3	3	2,6	
	3	Critério 4	3	1,4	
			10		
	Objetividade	Critério 1	3	2,2	
	(peso 3)	Critério 2	3	1,2	
	3	Critério 3	3	1	2,00
		Critério 4	3	1,4	
		Critério 5	3	3,4	
	16	Critério 6	2	3,2	
Nota final da dimensão =	2,38		17		

4.2.1.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários

Tabela 8 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **conteúdo**, para usuários internos e externos.

USUÁRIOS: CONSOLIDADO GERAL

TABELA 08 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Conteúdo, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	3	3,14	
	Abrangência/	Critério 2	3	2,71	
	Cobertura e	Critério 3	3	3,29	2,99
C	Propósito	Critério 4	2	2,71	
	(peso 2)	Critério 5	1	3,00	
O	2		12		
	Atualidade	Critério 1	3	1,29	1,50
N	(peso 3)	Critério 2	3	1,71	
	3		6		
T	Metadados	Critério 1	2	2,57	2,74
	(peso 3)	Critério 2	3	2,86	
E	3		5		
	Correção	Critério 1	3	3,00	
Ú	(peso 2)	Critério 2	2	3,29	3,08
	2	Critério 3	2	3,00	
D			7		
	Autoridade/	Critério 1	2	2,14	
O	Copyright	Critério 2	2	1,86	2,17
	(peso 3)	Critério 3	3	2,71	
	3	Critério 4	3	1,86	
			10		
	Objetividade	Critério 1	3	2,00	
	(peso 3)	Critério 2	3	1,14	
	3	Critério 3	3	1,00	1,87
		Critério 4	3	1,29	
		Critério 5	3	3,29	
	16	Critério 6	2	2,86	
Nota final da dimensão =	2,31		17		

Como se pode observar, a dispersão entre as notas finais da dimensão em relação a cada usuário não apresenta uma dispersão muito grande, posicionando-se em torno de 2 (dois) pontos, ou seja, para os usuários o conteúdo das informações disponibilizadas no sistema SICODI é considerado bom.

4.2.2 – Dimensão USABILIDADE

4.2.2.1 – usuários internos ao TCE/RJ

Tabela 9 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **usabilidade**, para usuários internos.

USUÁRIO INTERNO: CONSOLIDADO

TABELA 09 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Usabilidade, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	2	3	
	Inteligibilidade	Critério 2	2	3	
	(peso 2)	Critério 3	3	3	
U	2	Critério 4	1	3,5	
		Critério 5	3	2,5	
S		Critério 6	3	3	2,90
		Critério 7	3	3	
A		Critério 8	1	2,5	
		Critério 9	3	3	
B		Critério 10	2	2,5	
		Critério 11	3	3	
I			26		
	Apreensibilidade	Critério 1	3	1,5	
L	(peso 3)	Critério 2	3	1	
	3	Critério 3	2	1	1,04
I		Critério 4	3	1	
		Critério 5	2	0,5	
D			13		
	Operacionalidade	Critério 1	3	1	
A	(peso 3)	Critério 2	3	0,5	
	3	Critério 3	3	0,5	
D		Critério 4	3	1	
		Critério 5	3	1	
E		Critério 6	2	1	0,95
		Critério 7	2	1,5	
		Critério 8	3	0,5	
		Critério 9	3	3	
		Critério 10	3	1	
		Critério 11	2	0	
	8	Critério 12	2	0	
Nota final da dimensão =	1,47		32		

4.2.2.2 – usuários externos ao TCE/RJ

Tabela 10 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **usabilidade**, para usuários externos – jurisdicionados.

USUÁRIO EXTERNO: CONSOLIDADO

TABELA 10 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Usabilidade, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	2	2,8	
	Inteligibilidade	Critério 2	2	3,2	
	(peso 2)	Critério 3	3	2,6	
U	2	Critério 4	1	2,4	
		Critério 5	3	2,6	
S		Critério 6	3	2,4	2,60
		Critério 7	3	2,2	
A		Critério 8	1	2,6	
		Critério 9	3	2,4	
B		Critério 10	2	2,8	
		Critério 11	3	2,8	
I			26		
	Apreensibilidade	Critério 1	3	2	
L	(peso 3)	Critério 2	3	1	
	3	Critério 3	2	1,6	1,42
I		Critério 4	3	1,4	
		Critério 5	2	1	
D			13		
	Operacionalidade	Critério 1	3	3	
A	(peso 3)	Critério 2	3	2,4	
	3	Critério 3	3	2,6	
D		Critério 4	3	2,6	
		Critério 5	3	3,2	
E		Critério 6	2	2,4	2,33
		Critério 7	2	2	
		Critério 8	3	2,8	
		Critério 9	3	3	
		Critério 10	3	2	
		Critério 11	2	0,4	
	8	Critério 12	2	0	
Nota final da dimensão =	2,05		32		

4.2.2.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários

Tabela 11 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **usabilidade**, para usuários internos e externos.

USUÁRIOS: CONSOLIDADO GERAL

TABELA 11 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Usabilidade, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
		Critério 1	2	2,857143	
	Inteligibilidade	Critério 2	2	3,142857	
	(peso 2)	Critério 3	3	2,714286	
U	2	Critério 4	1	2,714286	
		Critério 5	3	2,571429	
S		Critério 6	3	2,571429	2,69
		Critério 7	3	2,428571	
A		Critério 8	1	2,571429	
		Critério 9	3	2,571429	
B		Critério 10	2	2,714286	
		Critério 11	3	2,857143	
I			26		
	Apreensibilidade	Critério 1	3	1,857143	
L	(peso 3)	Critério 2	3	1	
	3	Critério 3	2	1,428571	1,31
I		Critério 4	3	1,285714	
		Critério 5	2	0,857143	
D			13		
	Operacionalidade	Critério 1	3	2,428571	
A	(peso 3)	Critério 2	3	1,857143	
	3	Critério 3	3	2	
D		Critério 4	3	2,142857	
		Critério 5	3	2,571429	
E		Critério 6	2	2	1,93
		Critério 7	2	1,857143	
		Critério 8	3	2,142857	
		Critério 9	3	3	
		Critério 10	3	1,714286	
		Critério 11	2	0,285714	
	8	Critério 12	2	0	
Nota final da dimensão =	1,89		32		

Como se pode observar, há uma dispersão sensível entre as notas finais da dimensão em relação aos usuários internos (1,47) e aos usuários externos (2,05), o que não se observa tanto em relação à consolidação geral (1,89), que se posiciona próxima aos 2 (dois) pontos. Ou seja, para os usuários externos o uso do ferramental disponibilizado pelo sistema SICODI é considerado bom.

Em relação aos usuários internos, torna-se fácil entender a nota baixa (item regular) a partir da entrevista concedida pelo servidor dos Serviços de Protocolo – CPGE, pois o sistema dificultou as atividades desenvolvidas pela divisão. Além de recepcionar os documentos ou informações gerando um número automaticamente, a tramitação ainda é feita em expediente físico, inclusive com encadernação própria. Se o sistema tramitasse em meio virtual o procedimento seria bem mais célere, podendo a Coordenaria de Prazos e Diligências – CPR – acessar todos os documentos a partir do Sicodi, o que não é feito hoje.

Feita a correlação com os processos iniciais, os documentos seguiriam sua tramitação normal e virtualmente. Assim sendo, como se pode observar, a dispersão entre as notas finais consolidadas da dimensão posiciona-se em torno de 2 (dois) pontos, ou seja, para os usuários o sistema apresenta-se como de fácil uso, sendo a característica considerada boa. Assim, “poderá o Sicodi otimizar as atividades de fiscalização”, tornando a sua ação efetiva, sem a necessidade de conversão dos informes virtuais em procedimentos administrativos para sua tramitação.

Como se pode inferir das entrevistas, o sistema criou maior agilidade na comunicação entre o TCE/RJ e seus jurisdicionados (órgãos fiscalizados), “com a eliminação, ou drástica redução, do uso de correios e de viagens usadas para trocas de documentos entre o TCE/RJ e os jurisdicionados”.

Conforme apresentado pelo servidor da área de desenvolvimento, “como todo sistema, o SICODI precisa passar por um tempo de maturação”, o que se tem “conseguido nesta fase inicial, onde atende as expectativas de comunicação ágil e segura”.

4.2.3 – Dimensão FUNCIONALIDADE

4.2.3.1 – usuários internos ao TCE/RJ

Tabela 12 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **funcionalidade**, para usuários internos.

USUÁRIO INTERNO: CONSOLIDADO

TABELA 12 Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Funcionalidade, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
	Adequação (peso 2) 2	Critério 1	3	0,5	
		Critério 2	2	0	
		Critério 3	2	0	
F		Critério 4	2	0	
		Critério 5	2	0	0,82
U		Critério 6	2	0	
		Critério 7	2	0	
N		Critério 8	2	4	
		Critério 9	2	3	
C				19	
	Acurácia (peso 2) 2	Critério 1	2	4	
I		Critério 2	3	4	
		Critério 3	3	0	
O		Critério 4	2	0	1,44
		Critério 5	1	0	
N		Critério 6	3	2	
		Critério 7	2	0	
A		Critério 8	2	0	
				18	
L	Interoperabilidade (peso 3) 2	Critério 1	2	1	
		Critério 2	3	1	1,00
I		Critério 3	3	1	
				8	
D	Conformidade (peso 2)	Critério 1	2	3	3,00
A	2			2	
	Segurança de acesso (peso 3)	Critério 1	3	0	-
D		Critério 2	3	0	
	3			6	
E					
	11				
Nota final da dimensão =	1,14				

4.2.3.2 – usuários externos ao TCE/RJ

Tabela 13 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **funcionalidade**, para usuários externos – jurisdicionados.

USUÁRIO EXTERNO: JURISDICIONADO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO

TABELA 13

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão Funcionalidade, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
	Adequação (peso 2) 2	Critério 1	3	2	
		Critério 2	2	0,6	
		Critério 3	2	0,6	
F		Critério 4	2	1,4	
		Critério 5	2	1,8	1,22
U		Critério 6	2	1	
		Critério 7	2	0,6	
N		Critério 8	2	1	
		Critério 9	2	1,6	
C				19	
	Acurácia (peso 2) 2	Critério 1	2	1,8	
I		Critério 2	3	2	
		Critério 3	3	1,4	
O		Critério 4	2	1,6	1,34
		Critério 5	1	1,2	
N		Critério 6	3	1,2	
		Critério 7	2	0,8	
A		Critério 8	2	0,4	
				18	
L	Interoperabilidade (peso 3) 2	Critério 1	2	1,2	
		Critério 2	3	1,4	1,43
I		Critério 3	3	1,6	
				8	
D	Conformidade (peso 2) 2	Critério 1	2	3,2	3,20
A				2	
	Segurança de acesso (peso 3) 3	Critério 1	3	3,4	3,40
D		Critério 2	3	3,4	
				6	
E					
	11				
Nota final da dimensão =	2,23				

4.2.3.3 – Consolidação geral das respostas dos usuários

Tabela 14 – Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão **funcionalidade**, para usuários internos e externos.

USUÁRIO: CONSOLIDADO GERAL

TABELA 14

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão
Conteúdo, para o SICODI

Dimensão	Parâmetro/ Peso	Critério	Peso	Nota	Nota final do parâmetro
	Adequação (peso 2) 2	Critério 1	3	1,571429	
		Critério 2	2	0,428571	
		Critério 3	2	0,428571	
F		Critério 4	2	1,142857	
		Critério 5	2	2	1,11
U		Critério 6	2	0,857143	
		Critério 7	2	1,142857	
N		Critério 8	2	0,714286	
		Critério 9	2	1,428571	
C			19		
	Acurácia (peso 2) 2	Critério 1	2	1,571429	
I		Critério 2	3	2,142857	
		Critério 3	3	1,142857	
O		Critério 4	2	1,428571	1,19
		Critério 5	1	0,857143	
N		Critério 6	3	1	
		Critério 7	2	0,571429	
A		Critério 8	2	0,285714	
			18		
L	Interoperabilidade (peso 3) 2	Critério 1	2	1,571429	
		Critério 2	3	1,428571	1,52
I		Critério 3	3	1,571429	
			8		
D	Conformidade (peso 2)	Critério 1	2	2,857143	2,86
				0	
A	2		2	0	
	Segurança de acesso (peso 3)	Critério 1	3	3,285714	3,14
D		Critério 2	3	3	
	3		6		
E					
	11				
Nota final da dimensão =	2,07				

Observa-se, também, em relação à dimensão funcionalidade, que há uma dispersão sensível entre as notas finais relativas aos usuários internos (1,14) e aos usuários externos (2,23), o que não se observa tanto em relação à consolidação geral (2,07), que se posiciona próxima aos 2 (dois) pontos. Ou seja, para os usuários externos o funcionamento do ferramental disponibilizado pelo sistema SICODI é considerado bom.

Em relação aos usuários internos, da mesma forma que a dimensão usabilidade, torna-se fácil entender a nota baixa (item regular) a partir da entrevista concedida pelo servidor dos Serviços de Protocolo – CPGE, pois o sistema dificultou as atividades desenvolvidas pela divisão.

Em sua entrevista, coadunando-se com as disposições apresentadas, pela da área de desenvolvimento de sistemas, o entrevistado do serviço de protocolo apresenta que o SICODI está em sua fase inicial, em pleno desenvolvimento. Faz-se necessário que sejam ouvidos os atores envolvidos com o sistema: seus usuários internos e externos. Assim sendo, o sistema poderá evitar a tramitação que é procedida hoje, ainda em expediente físico, inclusive com encadernação própria.

Se o sistema tramitar em meio virtual o procedimento será bem mais célere, “otimizando, inclusive a disponibilização dos relatórios de auditorias e inspeções *just in time*, favorecendo as tomadas de decisões do Corpo Deliberativo, enquanto corpo de decisões estratégicas”.

Como apresentado pelo servidor do desenvolvimento de sistemas, o sistema é de fácil uso, “constituído por dois módulos”. O que parece, é que se buscou facilitar as atividades desenvolvidas pelos usuários externos – o que é positivo para os auditores quando em serviço de campo – mas depende, ainda, de desenvolver o sistema para auxiliar os usuários internos na redução da conversão em papéis e tramitação em meio físico, efetivando a tramitação virtual.

Como se pode inferir das entrevistas, o sistema criou maior agilidade na comunicação entre o TCE/RJ e seus jurisdicionados (órgãos fiscalizados), podendo ser um instrumento decisivo para o auditor em campo ou onde quer que esteja, para o envio de relatórios em meio rápido e seguro.

Ainda segundo o servidor da área de desenvolvimento de sistemas do TCE/RJ, o sistema de comunicação digital é uma solução de tecnologia da informação – TI, atual, ágil e segura, criada para dinamizar e otimizar o relacionamento do TCE/RJ

com seus jurisdicionados, tornando-se um “canal direto e confiável para o envio de: citações; notificações; avisos; pareceres e comunicações em geral entre o TCE-RJ e seus jurisdicionados”.

Ainda da entrevista com o servidor de desenvolvimento de sistemas, foi apresentada como sendo a finalidade da criação do Sicodi “a maior agilidade na comunicação entre o TCE-RJ e seus jurisdicionados”, seguindo as diretrizes estabelecidas pela norma ISO/IEC 9126 – 1, em suas características e sub-características.

De acordo ainda com o servidor, de modo a minimizar a possibilidade de violação dos documentos, “o SICODI só aceita documentos assinados digitalmente o que confere segurança de autoria e confiabilidade, já que os documentos são criptografados”.

Conforme o entrevistado, podem ser agregadas novas funcionalidades ao sistema. “O acompanhamento das inspeções pode ser uma das novas funcionalidades, pois garantiria a comunicação segura e confiável entre os técnicos do TCE-RJ em seus trabalhos de campo e a sede”.

4.2.4 – Achados da 2ª fase da pesquisa

Uma vez comprovada a compatibilização do perfil dos servidores do TCE/RJ e das tarefas (atribuições) desempenhadas pelos cargos de analistas e técnicos de controle externo em relação ao teletrabalho, pôde-se, ato seguinte, perseguir comprovar a viabilidade do sistema de comunicação digital como instrumento potencial para a fiscalização dos atos de pessoal na gestão da coisa pública.

O sistema de comunicação digital (SICODI) é uma solução de tecnologia da informação que “vem ao encontro das expectativas da sociedade em relação ao Tribunal no cumprimento do seu dever constitucional”, inserindo-se como instrumento otimizador da ação fiscalizatória a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Destarte, em seus trabalhos de campo, os analistas e técnicos de controle externo do TCE/RJ poderão contar com um instrumento eficiente e seguro para remessa de seus relatórios de auditorias e inspeções, bem como de documentos suportes digitalizados, tornando a fiscalização da gestão de pessoal mais célere na formação de

juízo de valor para os supervisores, gerentes e membros do corpo estratégico da Corte de Contas.

Diante da fase em que se encontra o sistema – “ainda em maturação”, nas palavras do servidor de desenvolvimento de sistemas, o SICODI pode sim ser o instrumento de efetivação da fiscalização a cargo do TCE/RJ mediante o teletrabalho. Deve-se, contudo, voltar a atenção para o usuário interno que demanda uma melhoria na forma de tramitação, evitando a geração de processos em sua forma física, criando rotinas e procedimentos para sua tramitação virtual.

5 – Considerações finais

Como se observa do trabalho desenvolvido, a efetivação do teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE/RJ mediante o uso do sistema de comunicação digital – SICODI foi analisada sob dois enfoques: primeiro, o perfil dos cargos de analistas e técnicos de controle externo e o perfil dos técnicos envolvidos na fiscalização dos atos de pessoal; segundo, em uma análise mais voltada para a conformidade do sistema SICODI à norma internacional ISO/IEC 9126 – 1 (NBR 13.596), em suas características e sub-características.

A avaliação de sistemas de informação, como apresentado pelos vários autores, é realmente uma questão ainda distante de um consenso. Reduzir a subjetividade, certamente, será busca constante e incessante quando o objeto de avaliação for informacional.

Para não subestimar a influência marcante da subjetividade, os pesos atribuídos a cada critério, a cada parâmetro de cada dimensão foram buscados no trabalho de Villela (2003), no qual a subjetividade foi flagrantemente marcante.

Como reforça SERAFEIMIDIS (1997), o processo de avaliação de sistemas é carregado de subjetividade e influenciado tanto pelo contexto ambiental quanto pelo contexto em que estão insertos os avaliadores.

Essa subjetividade também foi fortemente observada quando do recebimento das respostas ao questionário submetido aos usuários internos e externos, quando do julgamento de valor por uma única pessoa, momento em que não se afasta o respondente de uma série de elementos que compõem a sua estrutura intelectual e seu

contexto, não se furtando de sua história em nome da objetividade (SERAPEIMIDIS, 1997).

Certamente, afirmações na área de sistemas do tipo “nosso sistema merecia ser melhor avaliado” certamente surgirão, mas o que se pode ressaltar a essa angústia está na resposta do servidor de desenvolvimento de sistemas do TCE/RJ: “o Sicodi está em processo de maturação”.

O nosso estudo é no sentido de que o processo deve ser continuamente refeito e aprimorado – de estabelecimento de critérios e de busca de uma metodologia de avaliação que seja resultado de três mãos: sejam ouvidos os usuários internos (SSE e CPGE), os usuários externos (jurisdicionados e auditores em trabalho de campo – teletrabalhadores) e a coordenadoria de sistemas, enquanto responsável pelo desenvolvimento e melhoria do sistema, em conformidade com as normas nacionais e internacionais, não se prendendo somente ao aspecto da legalidade da ação fiscalizatória, mas também em rotinas e procedimentos que otimizem a comunicação dos jurisdicionados e dos seus técnicos durante as jornadas de teletrabalho.

Como se constatou, os analistas e técnicos da área de fiscalização de atos de pessoal têm nas tarefas dos cargos um potencial para teletrabalho de 2 (dois) dias, apresentando um perfil de teletrabalhadores.

Constatou-se, também, que o sistema de comunicação digital – SICODI é um instrumento que pode otimizar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE/RJ, trazendo em seu bojo segurança para os trabalhos de campo nas auditorias em relação ao envio dos relatórios como também no de documentos para suporte dos mesmos.

Apesar das limitações a que está sujeito esse tipo de pesquisa e destacadas ao longo do desenvolvimento, pode-se acreditar que foi alcançado o objetivo deste trabalho, tendo-se estabelecido uma listagem de critérios que possibilitaram uma avaliação inicial do Sicodi enquanto instrumento de efetivação do teletrabalho nas fiscalizações a cargo do TCE/RJ.

Constatou-se, também, que os instrumentos usados para coletas de dados para a primeira fase da pesquisa mostraram-se eficientes ao apresentar os cargos selecionados como aptos ao teletrabalho, bem como possuírem seus exercedores o perfil adequado ao teletrabalhador.

Foi constatado, assim, em conformidade com o referencial teórico e a análise das tarefas do cargo e do perfil dos servidores ocupantes dos cargos de analistas

e técnicos de controle externo responsáveis pela fiscalização de atos de pessoal, que se pode teletrabalhar essa competência do TCE/RJ, podendo a administração da Corte de Contas adotar os procedimentos necessários para a formação e implementação de projeto, o que, certamente, será fonte de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Milton Costa. Comunicação Digital. **TCE RJ Notícia**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 47, p. 14-15, abr. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, 04/05/2000. <http://www.mare.gov.br>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v1. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRO, Cláudio Moura. **Prática da Pesquisa Social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

COSTA, Isabel de Sá Affonso da. **Poder/saber e subjetividade na construção do sentido do teletrabalho**. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, Escola Brasileira de Administração de Pública e de Empresas, 2003.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FIGUEIREDO, André L. Lima; JUNIOR, José D. Chaves. **E – Government: governo eletrônico**. s.d. disponível em <http://www.dsc.ufcg.edu.br/~andrel/graduacao/ufpb/E-government.pdf>. (em 31/03/2008)

FLEURY, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In Fleury, Sonia. **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, Cap. 1. Parte 1.

FRAGA, Valderez Ferreira. **Gestão pela formação humana: uma abordagem fenomenológica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, Tomás de A. A Nova Administração Pública e a Abordagem da Competência. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 34(3):125-140, maio/jun.2000

HIRATA, Helena. Os Mundos do Trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: Casali, A.; Rios, I.; Teixeira, J.E. & Cortella, M.S. (orgs.). **Empregabilidade e Educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica: 1997.

HOHBONDER, George et all. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Thompson, 2003.

<http://diariodorio.com/irritao-com-o-trnsito/> (em 31/03/2008)

<http://diariodorio.com/programa-de-trnsito-do-rjtv/> (em 31/03/2008)

http://kantoximpi.blogspot.com/2007/04/teletrabalho-uma-via-para-liberdade-ou_07.html (em 31/03/2008)

http://www.blogdasemana.globolog.com.br/archive_2007_10_03_3.html (em 01/04/2008)

<http://www.dlt.pt/teletrabalho62.asp> (em 31/03/2008)

<http://www.geocities.com/CapeCanaveral/Lab/2482/> (em 31/03/2008)

http://www.masternewmedia.org/pt/colaboracao_on_line/teletrabalho/teletrabalho-o-que-precisa-de-saber-se-quiser-trabalhar-em-casa-on-line-20070601.htm (em 31/03/2008)

<http://www.receira.fazenda.gov.br> (pesquisado em 24/04/2008)

<http://www.redes.xl.pt/103/900.shtml> (em 31/03/2008)

<http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v21n4/04.pdf> (pesquisado em 01/04/2008)

<http://www.tiandro.com/News/artigos/teletrabalho.html> (em 31/03/2008)

<http://www1.worldbank.org/publicsector/egov/> (em 31/03/2008)

<http://www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=120> (em 31/03/2008)

<http://www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=113> (em 31/03/2008)

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999, p.239.

JARDIM, José Maria; MARCONDES, Carlos Henrique. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**; v.4, n.2, abr.2003. disponível em http://www.dgzero.org/out00/Art_02.html . (em 31/03/2008)

JOIA, Luiz Antonio. Geração de modelos teóricos a partir de estudo de casos múltiplos. In VIEIRA, M. F. M. E ZOUAIN, D. M. Orgs. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: :FGV, 2004.

KUGELMASS, Joel. **Teletrabalho: novas oportunidades para o trabalho flexível**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Lino. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Paulo E. Matos. A sociedade tecnoglobal e o trabalho. In Martins, Paulo e Pieranti, Octavio. **Estado e gestão pública: visões do Brasil Contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, Cap. 1. Parte 1.

Meirelles, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1999.

MELLO, Alvaro. **Teletrabalho (Telework): o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora**. Rio de Janeiro: Quali5tymark Ed, 1999.

MOSTAFA, Solange P.; TERRA, Marisa. **As fontes eletrônicas de informação: novas formas de comunicação e de produção do conhecimento**. São Paulo: São Paulo em perspectiva, Fundação SEADE, v. 12, n. 4, out/dez 1998.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnao; HAMEL, Gary. The Core Competence of the Corporation. **Harvard Business Review**. Boston, p.79-91, may/june 1990.

RAMOS, Marise N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo: Makron Books, 1995.

RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro: promulgada em 5 de outubro de 1989. atual. - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 1994. (CDI)

ROPÉ, Françoise & TANGUY, Lucie (orgs.). **Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa.** Campinas: Papirus, 1997.

SAKUDA, Luiz Ojima. **Teletrabalho: Desafios e Perspectivas.** São Paulo: **Fundação Getúlio Vargas**, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

SCHWARTZ, Gilson. **Folha de São Paulo.** Caderno Folha Sinapse, 23/07/2002.

SOARES, Ângelo. Teletrabalho e Comunicação em Grandes CPDs. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 64-77, mar./abr. 1995.

TELEOFFICE. Disponível em www.teleoffice.com.br. Newsletter **Teletrabalho**, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Programa de formação AFCE-CE: auditorias, inspeções e acompanhamentos. Brasília, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Programa de formação AFCE-CE: legislação de pessoal e atos sujeitos a registro.** Brasília, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Admirável e inevitável mundo novo da era digital. **TCE RJ Notícia**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 47, p. 14-15, abr. 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Competência dos Tribunais de Contas.** (grupo de servidores/professores do TCE/RJ - coordenado pelo professor Carlos Ramos de Barros), 1996.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei de responsabilidade fiscal.** http://www.tce.rs.gov.br/fra_lrf.htm

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Marcelo F. Milano e ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WHIDDETT, Steve & HOLLYFORDE, Sarah. **The Competencies Handbook.** London, Institute of Personnel and Development, 1999.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: por uma nova lógica.** São Paulo: Atlas, 1999.

ANEXOS

ANEXO I : Dez passos para implementação do Trabalho Flexível de Kugelmass

➤ ***Primeiro passo: Inicie ampla discussão das questões relativas à flexibilidade***

Inclui o levantamento dos conflitos entre trabalho e a necessidade de cuidar da família; de atividades que os funcionários realizam nas horas livres, de seus problemas de transporte e de outros que geram interesse pelo trabalho flexível. O melhor ponto de partida corresponde ao levantamento de interesses entre funcionários e gerentes, provocando mudanças e avaliações do estado de ânimo e das preocupações do emprego comum. Os objetivos do processo compreendem revelar as opiniões dos funcionários e da administração, identificar os problemas que possam justificar um programa de trabalho flexível e abrir as mentes para os benefícios potenciais da reestruturação dos horários e dos locais de trabalho. Essas discussões não só reforçam as relações entre os funcionários, mas também criam expectativas de mudanças para as quais a administração precisa se preparar.

➤ ***Segundo passo: Escolha tempo flexível, telecommutação e/ou centros de trabalho remoto***

Descreve os primeiros passos na organização de um centro de trabalho remoto ou trabalho a distância como analíticos e determinantes de:

- custos das instalações remotas em comparação aos da matriz;
- ganhos potenciais em produtividade;
- aumentos potenciais da retenção dos trabalhadores no emprego;
- acesso potencial a novos mercados de trabalho;
- impacto sobre o transporte.

➤ ***Terceiro passo: Estabeleça objetivos de participação de curto e de longo prazo***

Para Kugelmass (1996), um começo inadequado pode comprometer o potencial de um programa, desencorajando participações futuras. Portanto, recomenda-se iniciar um processo em escala reduzida e limitar o número de departamentos e/ou de participantes. “Começar pequeno tem a virtude óbvia de concentrar os recursos, facilitar a visão geral e limitar os riscos reais e imaginados” Kugelmass (p.157,1996).

➤ ***Quarto passo: Escolha um indivíduo ou grupo para dirigir o programa***

Um programa de trabalho flexível, para se organizar, precisa de um responsável. As funções do coordenador apresentam-se a seguir:

- orientar sobre o programa;
- apoiar técnica e administrativamente;
- monitorar o progresso das ações;
- avaliar benefícios e custos;
- realizar avaliações periódicas;
- solucionar problemas eventuais.

➤ ***Quinto passo: Defina um orçamento e financiamento para o trabalho flexível***

Realizar um orçamento para o programa de teletrabalho constitui tarefa bastante complexa. O processo identifica fontes de financiamento, define estratégias de captação, autoriza gastos e divide os custos entre a organização e os funcionários participantes.

Em muitos casos, o trabalho flexível muda os custos, alguns para mais, outros para menos. Deve-se, pois, criar categorias orçamentárias de telecomunicação e áreas de despesas potenciais, assim discriminadas:

- custos indiretos do programa;
- segurança das instalações e dos serviços públicos;
- custos indiretos do departamento;
- escritório geral;
- processamento de dados;
- telecomunicações;
- gerenciamento de documentos impressos;
- escritório doméstico.

➤ ***Sexto passo: Estabeleça políticas e acordos de trabalho flexível***

Uma política de ampla participação garante que os benefícios do trabalho flexível colham-se em toda a organização e distribuam-se com justiça. O contrato de *trabalho flexível* constitui um instrumento adequado para se listarem as providências que trabalhadores flexíveis ou trabalhadores remotos precisam tomar antes que o acordo alternativo tenha início⁶.

➤ **Sétimo passo: Administre firme o envolvimento dos empregados**

A empresa deve explicar para a força de trabalho o que pretende obter com a flexibilidade. Esse processo se consegue através da distribuição de material de leitura, foros abertos, de palestrantes convidados e de distribuição de fitas de vídeo. A organização que possuir uma biblioteca pode separar materiais sobre trabalho flexível, incluindo livros, brochuras e artigos de revistas e jornais especializados. Os empregados interessados em participar do teletrabalho devem-se inscrever por meio do preenchimento de um instrumento, explicando como seu cargo se adapta ao horário flexível ou a telecomunicação⁷.

O autor apresenta, ainda, um instrumento para auxiliar no processo de seleção do teletrabalho⁸. Mesmo que um participante responda satisfatoriamente às perguntas do questionário de inscrição, podem existir muitas razões administrativas plausíveis para que não se aceite por causa do cargo, da pessoa que o ocupa ou por barreiras técnicas.

➤ **Oitavo passo: Treine gerentes, supervisores e funcionários.**

O autor acredita que um treinamento eficiente dos gerentes e dos trabalhadores flexíveis torna-se essencial na etapa de preparação para as mudanças pelas quais a organização logo irá passar. O treinamento constitui um instrumento de antecipação e de solução de questões antes que se transformem em problemas.

➤ **Nono passo: Resolva os problemas à medida que surgirem**

Configura-se essencial conferir o *status* de um protótipo de trabalho flexível durante toda sua duração. A maneira mais eficiente de realizá-lo compreende uma série de reuniões com gerentes, supervisores, participantes e não-participantes.

A experiência de muitos programas de *trabalho flexível* estabelecido comprova o valor de se realizarem reuniões de grupos específicos, depois de alguns meses da inauguração dos arranjos de *trabalho flexível*.

➤ **Décimo passo: Avalie os resultados**

O autor acredita que a contratação de um profissional independente para realizar a avaliação formal de um *trabalho flexível* torna-se fundamental. A avaliação formal possibilita melhores informações e um avaliador independente consegue respostas mais francas nas pesquisas e entrevistas. A avaliação propõe perguntas relacionadas aos objetivos iniciais do programa a diversos atores: gerentes, supervisores,

empregados participantes e não participantes e, até mesmos, clientes. A avaliação deve revelar, por exemplo, se:

- Foram alcançadas as metas de número de participantes, de diversidade e de produtividade;
- o horário flexível e a telecommutação produziram resultados satisfatórios;
- algumas situações fracassaram;
- algumas metas mostraram-se irrealistas e as expectativas altas demais;
- o nível real de adesão diferiu muito do previsto;
- problemas tecnológicos prejudicaram ou favoreceram os arranjos flexíveis;
- os benefícios excederam aos custos;
- o treinamento resultou eficiente;
- o serviço ao cliente mostrou-se satisfatório.

Mudando o que se deve ser mudado, esse anexo é resultante de síntese de Joselma Pinto em seu estudo de casos no SERPRO, a viabilidade da implantação do teletrabalho no domicílio, o que se evita ser repetitivo.

ANEXO II: ANÁLISE DOS CARGOS (CARREIRAS DO CONTROLE EXTERNO)

Prezado (a) Colega,

Sou aluno de mestrado da FGV – Fundação Getulio Vargas, visando ao título de mestre em Administração Pública. Estou realizando a pesquisa da minha dissertação com foco no TCE/RJ – Inspetorias de Controle de Pessoal (IGPs). O objetivo da pesquisa é identificar a possibilidade de o sistema de transmissão de dados (SICODI) efetivar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE/RJ, após apontada a possibilidade de implantação dessa sistemática de trabalho na nossa divisão de controle de pessoal.

Este questionário tem como objetivo **coletar informações sobre características das tarefas inerentes aos cargos da carreira de controle externo (analistas e técnicos)**, para que se avalie sua adequação ao teletrabalho. Para isso, sua colaboração é fundamental no preenchimento das questões a seguir.

É importante que você responda à questão. As respostas deste formulário serão tratadas de maneira confidencial. Os resultados serão apresentados de modo a não permitir a identificação dos funcionários.

Agradeço antecipadamente sua colaboração solicitando a devolução do formulário com a maior brevidade possível. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Virgílio de Oliveira Souza

E-mail: virgils@tce.rj.gov.br

Tel: (21) 2759-2295

Trabalho: (21) 3231-5348 / 4111

ANÁLISE DOS CARGOS

CARGO: Analista / Técnicos de Controle Externo				
A	B	C	D	E
TAREFA	PORCENTAGEM DO CARGO	PORCENTAGEM DA DEPENDÊNCIA DO LOCAL DA TAREFA	PORCENTAGEM DA DEPENDÊNCIA TANTO DO LOCAL COMO DO CARGO <i>preenchido pelo pesquisador</i>	INDEPENDENCIA DO LOCAL <i>preenchido pelo pesquisador</i>
Emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelos gestores públicos, estaduais e/ou municipais;				
Emitir parecer sobre atos de aposentadorias e pensões;				
Emitir parecer sobre editais de concurso público;				
Emitir parecer sobre atos de admissão de pessoal, a qualquer título;				
Emitir parecer sobre atos de reconhecimento de dívidas de gastos de pessoal;				
Emitir parecer sobre denúncias de irregularidades encaminhadas ao TCE/RJ;				
Executar inspeções e auditorias a cargo do TCE/RJ;				
Executar todos os demais atos de fiscalização de competência do TCE/RJ.				
TOTAL DE INDEPENDÊNCIA DO LOCAL				
FATOR REALIDADE (média de dias por semana no escritório)				
INDEPENDÊNCIA PRÁTICA MÉDIA (potencial de dias/semana de trabalho em casa)				

Análise do Cargo capacitado para realização do teletrabalho – Adaptado – (Joselma Oliveira Pinto, 2001)

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS:

B - PORCENTAGEM DA FUNÇÃO

Cada tarefa desempenhada no seu serviço possui um percentual de tempo gasto.

Você deve analisar o seu cargo e informar o percentual de cada tarefa executada, para que esse somatório não ultrapasse 100 % do seu tempo disponível. O período de tempo será de uma semana, tendo, portanto, como referência 40 horas.

Exemplo: ***Preparação de relatório*** – Quantas horas, durante a semana, você utiliza para elaborar um relatório de assunto relacionado à sua atividade. Se você utiliza 10 horas, isso corresponde a 25% de utilização de sua carga horária.

C - PORCENTAGEM DA DEPENDÊNCIA DO LOCAL DA TAREFA

Algumas tarefas para serem executadas necessitarão de um local específico para a sua realização. Neste campo você deve informar a porcentagem de tempo necessária para realizar tarefas em local específico, bem como a porcentagem correspondente ao tempo de realização de outras tarefas correspondentes no seu próprio local de trabalho.

FATOR REALIDADE

Informar neste campo a quantidade de dias, para as parcelas das tarefas que possuem dependência de localidade e que podem ser organizadas de modo a se agruparem em um, dois, três ou quatro dias por semana, em média. Coloque o número de dias por semana que você precisa para dedicar-se a essas parcelas de tarefas.

Exemplo: Digite cem por cento para uma tarefa que precise ser executada em um lugar específico, e o percentual de tempo para tarefas conseqüentes. Digite zero para tarefas realizadas totalmente fora do ambiente de trabalho.

ANEXO III: ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE

Prezado (a) Colega,

Sou aluno de mestrado da FGV – Fundação Getulio Vargas, visando ao título de mestre em Administração Pública. Estou realizando a pesquisa da minha dissertação com foco no TCE/RJ – Inspetorias de Controle de Pessoal (IGPs).

O objetivo da pesquisa é identificar a possibilidade de o sistema de transmissão de dados (SICODI) efetivar o teletrabalho na fiscalização a cargo do TCE/RJ, após apontada a possibilidade de implantação dessa sistemática de trabalho na nossa divisão de controle de pessoal.

Este questionário tem como objetivo **coletar informações sobre o perfil dos funcionários**, para que se avalie sua adequação ao teletrabalho. Para isso, sua colaboração é fundamental no preenchimento das questões a seguir.

É importante que você responda à questão. As respostas deste formulário serão tratadas de maneira confidencial. Os resultados serão apresentados de modo a não permitir a identificação dos funcionários.

Agradeço antecipadamente sua colaboração solicitando a devolução do formulário com a maior brevidade possível. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Virgílio de Oliveira Souza

E-mail: virgils@tce.rj.gov.br

Tel: (21) 2759-2295

Trabalho: (21) 3231-5348 / 4111

CORRESPONDÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE, EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES AVALIADAS NO INSTRUMENTO (QUESTIONÁRIO 2)

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE

CARGO:		SEXO: F () M ()		
IDADE:		INSPETORIA:		
CARGO:	Efetivo comissionado ()	Efetivo não comissionado ()	Outra situação ()	
Perguntas	Sempre	Freqüentemente	Raramente	Nunca
1–Você tem facilidade de se adaptar a novos grupos de trabalho?	()	()	()	()
2 – Você trabalha em equipe e gera resultados coletivos satisfatórios?	()	()	()	()
3 – Você redireciona o enfoque do seu trabalho consultando profissionais?	()	()	()	()
4 – Você sente necessidade de supervisão de seus superiores para concluir os seus trabalho?	()	()	()	()
5 – Você cumpre os prazos de realização do seu trabalho?	()	()	()	()
6 – Você estabelece e cumpre um cronograma de trabalho com todas as etapas necessárias?	()	()	()	()
7 – A sua opinião é acatada por todos os colegas que estão envolvidos com o mesmo trabalho que o seu?	()	()	()	()
8 – Você se mostra capaz para trabalhar em qualquer lugar mesmo que não seja aquele rotulado como seu?	()	()	()	()
9 – Você está sempre pronto a mudar de cargo (função) ou de trabalho?	()	()	()	()
10 – Você é sempre procurado pelos colegas ou superiores para emitir opiniões sobre algum problema da empresa?	()	()	()	()
11 – Você desperta entusiasmo, interesse ou curiosidade nas pessoas?	()	()	()	()

Análise das Categorias do Perfil do Respondente – adaptado - (Joselma Oliveira Pinto, 2001)

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS:

Preencher os dados: cargo ocupado no TCE/RJ, tipo de cargo, sexo, idade e inspetoria.

Neste questionário, quanto a sua forma, as perguntas são fechadas. Elas oferecem ao informante algumas opções de resposta, esperando que ele, o informante, se enquadre na pergunta.

Marque com um X uma única resposta para cada pergunta.

ANEXO IV: CORRESPONDÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE, EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES AVALIADAS NO INSTRUMENTO (QUESTIONÁRIO 3)

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO RESPONDENTE

<i>Perguntas</i>	<i>Alternativas</i>
1– Qual das alternativas de carreira você escolheria?	<p>() uma que permitisse programar suas próprias horas de trabalho em tempo integral, dando maior atenção à sua família, mas com avanços mais lentos na carreira profissional;</p> <p>() outra com horário mais rígido e menor atenção à família, mas com maior possibilidade de progresso rápido na carreira.</p>
2 – Você aceitaria uma promoção que envolvesse maior responsabilidade, implicando menor tempo com a família?	<p>() SIM;</p> <p>() NÃO.</p>
3 – Você abriria mão de parte de sua remuneração em troca de maior tempo livre?	<p>() SIM;</p> <p>() NÃO.</p>
4 – Se sim, até quantos porcentos?	<p>() menor ou igual a 2% (% ≤2);</p> <p>() maior que 2% e menor ou igual a 5% (2 < % ≤5);</p> <p>() maior que 5% (%>5); Quantos? _____.</p>

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS:

Preencher os dados: cargo ocupado no TCE/RJ, tipo de cargo, sexo, idade e inspetoria.

Neste questionário, quanto a sua forma, as perguntas são fechadas. Elas oferecem ao informante algumas opções de resposta, esperando que ele, o informante, se enquadre na pergunta.

Marque com um X uma única resposta para cada pergunta.

ANEXO V: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SICODI

Prezado(a) Senhor(a),

Sou aluno de mestrado da FGV – Fundação Getúlio Vargas, visando ao título de mestre em Administração Pública. Estou realizando a pesquisa da minha dissertação com foco no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), tendo por campo de pesquisa os trabalhos desenvolvidos pelas Inspetorias de Controle de Pessoal – IGP's.

O objetivo da pesquisa é identificar a possibilidade de o sistema de comunicação digital (SICODI) ser instrumento otimizador da fiscalização a cargo do TCE/RJ, após apontada a possibilidade de implantação dessa sistemática de trabalho na nossa divisão de controle de pessoal.

Este questionário tem como objetivo **coletar informações sobre o ajustamento do sicodi às dimensões, subcaracterísticas e critérios de avaliação de produto de software diante das diretrizes de qualidade instituídas pela Norma ISO/IEC Nº 9.126 – 1 (NBR Nº 13.596/1996), bem como outras apontadas no referencial teórico pesquisado.**

Para isso, sua colaboração é fundamental no preenchimento das NOTAS para cada critério de cada subcaracterística.

As notas variam de 0 (zero) a 4 (quatro), como apresentado no quadro abaixo.

NOTA	SIGNIFICADO
0	Item ruim ou incompleto
1	Item regular
2	Item bom
3	Item muito bom
4	Item completo

É importante que você responda cada questão. As respostas deste formulário serão tratadas de maneira confidencial, não havendo necessidade de sua identificação. Os resultados serão apresentados de modo a não permitir a identificação dos colaboradores.

Agradeço antecipadamente sua colaboração solicitando a devolução do formulário com a maior brevidade possível. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Virgílio de Oliveira Souza

E-mail: virgils@tce.rj.gov.br

Tel: (21) 2759-2295

Trabalho: (21) 3231-5348 / 4111

DIMENSÃO USABILIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da usabilidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)		
Ordem	Heurísticas de Nielsen	Inteligibilidade (é fácil entender o conceito e aplicação?)	Apreensibilidade (é fácil aprender a usar?)	Operacionalidade (é fácil de operar e controlar?)
1	Existe uma adequação de estilos de fonte e outros atributos de formatação de texto, como tamanhos, cores etc. ao conteúdo		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
2	Os caracteres encontram-se os mais legíveis possíveis, levando-se em conta a utilização de contraste e cores de plano de fundo.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
3	A área de navegação está alocada em um local bastante destacado, permitindo sua imediata identificação.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
4	Está presente um <i>link</i> ativo na própria <i>homepage</i> .		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
5	Os termos utilizados para definir as opções de recepção e envio de informações claros, sendo fácil diferenciar as categorias de informação.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
6	Os ícones são utilizados de forma a efetivamente ajudar os usuários a reconhecer imediatamente uma classe de itens.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
7	Os links são claramente diferenciados, de forma a tornar fácil a compreensão de seu conteúdo.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
8	Instruções genéricas que não são reveladoras, havendo necessidade de explicação, ao invés de um link, não estão presentes.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
9	A presença de links é indicada claramente.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
10	Caso um link acione um outro aplicativo qualquer, há indicação explícita do que ocorrerá.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
11	Componentes da interface com o usuário são utilizados respeitando-se as suas características funcionais.		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da usabilidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO USABILIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da usabilidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)		
Ordem	Heurísticas de Nielsen	Inteligibilidade (é fácil entender o conceito e aplicação?)	Apreensibilidade (é fácil aprender a usar?)	Operacionalidade (é fácil de operar e controlar?)
1	Recursos para facilitar a utilização, como indicadores de novas informações disponíveis, ferramentas de busca, etc. estão disponíveis e são facilmente identificáveis.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
2	Recursos para facilitar a apreensão do funcionamento da aplicação, como por exemplo, seções de ajuda, estão disponíveis e facilmente identificáveis.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
3	Instruções de uso são fornecidas.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
4	Instruções essenciais aparecem antes que os <i>links</i> requeiram a interação do usuário.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
5	Há indicação da existência de uma interface humana disponível para dar suporte à utilização, caso necessário.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da usabilidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO USABILIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão usabilidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da usabilidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)		
Ordem	Heurísticas de Nielsen	Inteligibilidade (é fácil entender o conceito e aplicação?)	Apreensibilidade (é fácil aprender a usar?)	Operacionalidade (é fácil de operar e controlar?)
1	A rolagem horizontal é evitada.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
2	Os elementos mais críticos são identificados e visíveis.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
3	O <i>layout</i> permite o ajustamento a diversas resoluções da tela.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
4	Os logotipos são utilizados criteriosamente.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
5	Itens estão agrupados de modo que as categorias semelhantes ou relacionadas estão próximas entre si.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
6	Não estão disponíveis no ambiente sicodi ícones diferentes par o mesmo tipo de link, dificultando o estabelecimento de significado.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
7	São permitidos links coloridos para indicação de atividades executadas e não-executadas.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
8	O acesso direto às tarefas de alta prioridade é oferecido no ambiente do sistema.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
9	O acesso é claro e não apresenta dificuldades de digitação para o usuário.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
10	O sistema pode ser acessado na maior parte do tempo, se que esteja “fora do ar”.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
11	O conteúdo do sistema pode ser acessado através de outras mídias, como celulares ou palm-tops, informando isso aos usuários.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
12	O sistema oferece recursos especiais para acesso de pessoas portadoras de deficiência.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da usabilidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO FUNCIONALIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da funcionalidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)				
Nº	Serviços/comunicação/participação/feedback/privacidade/personalização/Interoperabilidade/classificação das informações.	Adequação (propõe-se a fazer o que é apropriado?)	Acurácia (faz o que foi proposto de forma correta?)	Interoperabilidade (interage com os sistemas especificados?)	Conformidade (está de acordo com as normas, leis?)	Segurança de acesso (evita acesso não autorizado aos dados?)
1	O sistema oferece informações e viabiliza a prestação de serviços públicos <i>on line</i>		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
2	O sistema destina espaço para disseminação de notícias sobre atividades do TCE.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
3	O sistema destina espaço para disseminação de informações sobre políticas do TCE.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
4	Estão disponíveis aplicações colaborativas para compartilhamento de documentos.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
5	O sistema está em um ambiente de comunicação em dois sentidos (real diálogo entre TCE e Jurisdicionado, com possibilidade de participação?)		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
6	O sistema oferece espaços de cooperação.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
7	O sistema incentiva a troca de conhecimentos específicos, interagindo outros usuários e governo.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
8	O usuário pode criar uma visão personalizada do conteúdo do programa		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
9	O sistema agrega recursos tecnológicos, oferecendo uma interface adequada às demandas mais frequentes do usuário.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO FUNCIONALIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade – SICODI

CrITÉRIOS		Subcaracterísticas da funcionalidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)				
Nº	Serviços/comunicação/participação/feedback/privacidade/personalização/Interoperabilidade/classificação das informações.	Adequação (propõe-se a fazer o que é apropriado?)	Acurácia (faz o que foi proposto de forma correta?)	Interoperabilidade (interage com os sistemas especificados?)	Conformidade (está de acordo com as normas, leis?)	Segurança de acesso (evita acesso não autorizado aos dados?)
1	O sistema oferece informações e formulários on line (disponíveis para download).	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
2	O sistema viabiliza a realização de pesquisas de informações (acesso a bases de dados).	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
3	O sistema possibilita a troca de conhecimentos entre o usuário e os técnicos do TCE.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
4	O sistema pode avisar ao usuário quando um novo conteúdo de seu interesse foi inserido.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
5	o sistema provê uma interface unificada para oferta de informações e serviços do TCE, cujo esquema de classificação das informações é o espelhamento da estrutura hierárquica do TCE.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
6	o sistema provê uma interface unificada para oferta de informações e serviços do TCE, cujo esquema de classificação das informações se baseia em uma estrutura de assuntos ou temas.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
7	o sistema provê uma interface unificada para oferta de informações e serviços do TCE, cujo esquema de classificação das informações se baseia em grupos de audiência.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
8	o sistema provê uma interface unificada para oferta de informações e serviços do TCE, cujo esquema de classificação das informações se baseia em life-events.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO FUNCIONALIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da funcionalidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)				
Nº	Serviços/comunicação/participação/feedback/privacidade/personalização/Interoperabilidade/classificação das informações.	Adequação (propõe-se a fazer o que é apropriado?)	Acurácia (faz o que foi proposto de forma correta?)	Interoperabilidade (interage com os sistemas especificados?)	Conformidade (está de acordo com as normas, leis?)	Segurança de acesso (evita acesso não autorizado aos dados?)
1	O sistema apresenta um mecanismo de busca que facilite a requisição de informações mais exatas e específicas.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
2	O sistema provê acesso a fontes de dados heterogêneas, de forma transparente para o usuário.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
3	O sistema congrega informações de diferentes sistemas, não se configurando um catálogo de links.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO FUNCIONALIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da funcionalidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)				
Nº	Serviços/comunicação/participação/feedback/privacidade/personalização/Interoperabilidade/classificação das informações.	Adequação (propõe-se a fazer o que é apropriado?)	Acurácia (faz o que foi proposto de forma correta?)	Interoperabilidade (interage com os sistemas especificados?)	Conformidade (está de acordo com as normas, leis?)	Segurança de acesso (evita acesso não autorizado aos dados?)
1	O sistema está estruturado de acordo com uma política de desenvolvimento estabelecida pelo TCE/RJ.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO FUNCIONALIDADE

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão funcionalidade – SICODI

Critérios		Subcaracterísticas da funcionalidade – Norma NBR 13.596/96 (ISO/IEC 9126-1:2001)				
Nº	Serviços/comunicação/participação/feedback/privacidade/personalização/Interoperabilidade/classificação das informações.	Adequação (propõe-se a fazer o que é apropriado?)	Acurácia (faz o que foi proposto de forma correta?)	Interoperabilidade (interage com os sistemas especificados?)	Conformidade (está de acordo com as normas, leis?)	Segurança de acesso (evita acesso não autorizado aos dados?)
1	O sistema especifica uma política de privacidade e segurança dos dados fornecidos pelos usuários.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
2	O sistema utiliza recursos de criptografia e meio seguro.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	O sistema está de acordo com o propósito / missão do TCE/RJ.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX
2	O conteúdo e o link se adequam às necessidades do público-alvo.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX
3	O sistema inclui apenas informações necessárias e úteis.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX
4	A cobertura do conteúdo não se sobrepõe		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX
5	A quantidade de informação é significativa, não excessiva, distribuída de forma balanceada.		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	O sistema apresenta informação quanto à frequência das atualizações.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
2	O sistema contextualiza as iniciativas dos programas do TCE/RJ.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	Cabeçalhos são claramente descritivos e inteligíveis. Há, se necessário, descrições coerentes e concisas.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
2	Cada tela do sistema recebe título corretamente.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	O sistema contém texto em estilo de linguagem clara e consistente com a sintaxe e o público-alvo.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
2	O conteúdo usa um tom positivo e profissional.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
3	A linguagem não mostra posições tendenciosas.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	A menção das fontes da informação apresentada é um procedimento padrão.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
2	Faz-se referência ao editor, redator ou responsável pela elaboração dos conteúdos.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
3	O conteúdo é elaborado por profissionais das áreas de informação e/ou comunicação.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
4	Consta endereço eletrônico do webmaster.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

DIMENSÃO CONTEÚDO

Pesos e notas dos critérios, dos parâmetros e da dimensão conteúdo – SICODI

Nº	CRITÉRIOS / PARÂMETROS	Abrangência / cobertura e propósito	atualidade	Metadados	Correção	Autoridade / copyright	objetividade
1	Existe um índice de conteúdo do sistema.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
2	Há um link para perguntas e respostas mais freqüentes.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
3	Existem links para outras fontes de informação sobre os assuntos abordados.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
4	O conteúdo reflete as parcerias, anunciando sistemas que trabalham interligados.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
5	O conteúdo está organizado logicamente, de acordo com as necessidades do usuário.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
6	O sistema é compatível é executável no ambiente do público-alvo.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	
	Média da subcaracterística.	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

Adequação às subcaracterísticas da funcionalidade – Adaptado – (Renata Moutinho Vilela, 2003)

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS:

B – AVALIAÇÃO DE CADA CRITÉRIO DE CADA SUBCARACTERÍSTICA DE QUALIDADE ISO/IEC Nº 9.126 – 1 (NBR Nº 13.596/1996) E CONTEÚDO.

As notas variam de 0 (zero) a 4 (quatro), como apresentado no quadro:

NOTA	SIGNIFICADO
0	Item ruim ou incompleto
1	Item regular
2	Item bom
3	Item muito bom
4	Item completo

É importante que você aponte uma única nota para cada critério, em cada dimensão, por subcaracterística. Acaso apresentado mais de uma nota para um critério, considerar-se-á a maior.

As notas devem ser apontadas nos campos que não contenham “x”, referentes a cada dimensão de análise da subcaracterística.

O campo de média não deve ser preenchido.

ANEXO VI: LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI COMPLEMENTAR Nº 63

1º de agosto de 1990

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Competência e Jurisdição

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º - Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, órgão de controle externo, compete, na forma estabelecida nesta lei:

I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, os fundos e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

II - exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes do Estado e das demais entidades referidas no inciso anterior.

Art. 2º - No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções, auxílios e a renúncia de receitas.

Art. 3º - Compete, também, ao Tribunal de Contas:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, nos termos do art. 36, desta lei;

II - acompanhar a arrecadação da receita a cargo do Estado e das entidades referidas no art. 1º, inciso I, desta lei, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III - apreciar, para fins de registro, na forma do Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, transferências para a reserva remunerada, reformas e pensões, e das respectivas fixações de proventos e suas alterações, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório e, ainda, a das transformações das aposentadorias por invalidez em seguro-reabilitação;

IV - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades;

V - aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas ou de despesa, inclusive a decorrente de contrato, as sanções previstas nos arts. 61 a 67, desta lei, e determinar a atualização monetária dos débitos apurados;

VI - decidir sobre denúncia de irregularidade que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, nos termos dos arts. 58 a 60, desta lei;

VII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada pelos titulares dos Três Poderes, ou por outras autoridades, na forma estabelecida no Regimento Interno, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, sendo que a resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto;

VIII - decidir sobre recursos interpostos às suas decisões;

IX - realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de Comissão Técnica ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas e demais entidades referidas no art. 1º, inciso I, desta lei, inclusive para a verificação da execução dos contratos;

X - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

XI - prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, ou por qualquer de suas Comissões, sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

XII - emitir, quando solicitado pela Comissão Permanente de Deputados, pronunciamento conclusivo sobre a matéria de que trata o art. 124, da Constituição Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias;

XIII - impor multas por infração da legislação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, de normas estatutárias correlatas, por inobservância de prazos legais, regulamentares ou por ele fixados, e por descumprimento de sua decisão, bem como propor a aplicação, aos responsáveis, de outras penalidades administrativas;

XIV - decidir, em grau de recurso, sobre as multas impostas por autoridade administrativa, no âmbito do controle interno;

XV - prolatar decisão com eficácia de título executivo, nos casos de imputação de débito ou multa, nos termos do art. 123, § 3º da Constituição Estadual;

XVI - propor, por intermédio da autoridade competente, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, julgados em débito;

XVII - verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos editais de licitação, na forma estabelecida em ato próprio;

XVIII - verificar a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, ou receitas, decorrentes de atos de aprovação de licitação, de contratos ou de instrumentos assemelhados;

XIX - aplicar as penalidades previstas nesta lei, no caso de constatar despesa ilegal, ilegítima ou antieconômica, decorrentes de contrato já executado, não submetido, em tempo hábil, a seu exame;

XX - verificar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, como disposto em ato próprio do Tribunal;

XXI - determinar instauração da tomada de contas especial, nos casos previstos no art. 10, desta lei;

XXII - exercer o controle dos atos administrativos, nos termos dos arts. 79, 80 e 81 da Constituição Estadual;

XXIII - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

XXIV - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembléia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder respectivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se a Assembléia Legislativa ou o Poder competente, no prazo comum de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da comunicação do Tribunal de Contas, não efetivarem as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - O Tribunal de Contas poderá declarar, por decisão da maioria absoluta de seus membros, a inidoneidade de contratado ou adjudicatário da administração pública, direta, indireta ou fundacional, na forma do Regimento Interno.

Art. 4º - compete, ainda, ao Tribunal de Contas:

I - exercer o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre aplicação de leis pertinentes a matéria de suas atribuições e organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

II - eleger o Presidente e o Vice-Presidente e dar-lhes posse;

III - conceder licença, férias e outros afastamentos aos Conselheiros, dependendo de inspeção por junta médica a licença para tratamento de saúde, por prazo superior a 6 (seis) meses, bem como deliberar sobre direitos e obrigações que lhes sejam aplicáveis;

IV - elaborar e alterar seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização e funcionamento;

V - organizar seus Órgãos Auxiliares, na forma estabelecida no Regimento Interno, e prover-lhes os cargos, funções e empregos, observada a legislação pertinente;

VI - encaminhar à Assembléia Legislativa projeto de lei sobre sua organização e funcionamento, sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções do Quadro de Pessoal de seus Órgãos Auxiliares, a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como propor a aprovação do Estatuto do seu pessoal;

VII - encaminhar à Assembléia Legislativa, trimestralmente, relatório de suas atividades, dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes ao término de cada período mencionado;

VIII - elaborar sua proposta orçamentária, observadas as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e encaminhá-la à Assembléia Legislativa, depois de aprovada pelo Plenário;

IX - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa suas contas, no prazo de 60 (sessenta) dias da abertura da sessão legislativa, acompanhadas do relatório anual de suas atividades;

X - exercer, de forma descentralizada, através de Delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções, a fiscalização das unidades da administração direta, indireta e fundacional, conforme estabelecido em ato próprio.

CAPÍTULO II

A JURISDIÇÃO

Art. 5º - O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa, em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.

Art. 6º - A jurisdição do Tribunal abrange:

I - qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o art. 1º, inciso I, desta lei, e que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

II - os que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

III - os responsáveis pela aplicação dos recursos provenientes de compensações financeiras ou indenizações recebidas pelo Estado, resultantes do aproveitamento, por terceiros, de seus recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e minerais, bem como da exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural da bacia sedimentar terrestre e da plataforma continental;

IV - os responsáveis pela aplicação dos recursos tributários arrecadados pela União e entregues ao Estado, nos termos do art. 159, incisos I e II, da Constituição Federal, dos recursos de outra natureza, exceto dos repassados pela União ao Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, consoante o disposto no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal;

V - os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção, ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou de outra entidade pública estadual;

ANEXO VII: PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

▼ **Texto da Lei [Em Vigor]**

LEI Nº 4.787, DE 26 DE JUNHO DE 2006.

DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL E O PLANO DE CARREIRAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ.

Art. 2º - As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores ativos e, no que couber, aos servidores inativos e aos pensionistas dos servidores falecidos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II
DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 3º - O Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro compreende os cargos de provimento efetivo, que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, e os de provimento em comissão.

Art. 4º - Compõem o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o cargo isolado de Procurador do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e as carreiras de:

- I** – Analista de Controle Externo;
- II** - Técnico de Controle Externo;
- III** – Auxiliar de Controle Externo;
- IV** – Procurador do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - A carreira de Analista de Controle Externo é integrada pelos cargos de Analista – Área de Controle Externo e Analista – Área Organizacional.

§ 2º - A carreira de Técnico de Controle Externo é integrada pelos cargos de Técnico.

§ 3º - ...

§ 4º - ...

Art. 5º - ...

Art. 6º - Os cargos das carreiras de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo são escalonados em 1ª, 2ª e 3ª Categorias ...

§ 1º ...

§ 2º - ...

§ 3º - Os cargos das carreiras de que trata o *caput* deste artigo poderão ser divididos em especialidades, na forma disposta em regulamento.

Art. 7º - ...

Art. 8º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

CAPÍTULO III DAS CARREIRAS

Art. 9º - ...

Seção I Do Analista de Controle Externo Subseção I Do Ingresso

Art. 10 - ...

Subseção II Das Atribuições e das Vedações

Art. 11 - Compete ao Analista - Área de Controle Externo desenvolver as seguintes ações de controle externo, necessárias ao exercício, pelo Corpo Deliberativo, das funções institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

I - emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

II – executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

III - executar todos os demais atos de fiscalização de competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de forma a permitir ao Corpo Deliberativo a necessária apreciação ou julgamento.

Art. 12 - Compete ao Analista – Área Organizacional ...

Art. 13 - Normas complementares ao exercício das atribuições dos ocupantes dos cargos da carreira de que trata esta Subseção serão estabelecidas em regulamento.

Art. 14 - Aplicam-se aos ocupantes dos cargos de Analista – Área de Controle Externo, além de outras estabelecidas em lei, as seguintes vedações:

I – exercer atividade profissional ou representação legal direta ou indiretamente, ainda que por meio de pessoa jurídica:

a) com a Administração Pública direta e indireta que esteja sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

b) com Partidos Políticos;

c) com pessoa física ou jurídica que esteja ou tenha estado sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, nos últimos 3 (três) anos.

II – exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

Seção II

Do Técnico de Controle Externo

Subseção I

Do Ingresso

Art. 15 - ...

Subseção II

Das Atribuições

Art. 16 - Compete ao Técnico desenvolver, dentre outras que lhe forem conferidas em regulamento, as atividades de apoio técnico necessárias às ações de controle externo, ao acompanhamento e desenvolvimento organizacional e ao cumprimento das decisões dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**ANEXO VIII: INSTRUMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL
DAS ENTIDADES SOB JURISDIÇÃO DO TCE/RJ**

DELIBERAÇÃO N º 190

29 de junho de 1995.

Disciplina o exame dos Atos referentes a Aposentadorias, Pensões, transferências para Reserva Remunerada, Reformas e fixações de proventos, bem como dos Atos posteriores que alterem a fundamentação, tendo em vista a legislação pertinente e o disposto na Lei Complementar nº 63/90, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no artigo 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 63, de 1º de agosto de 1990 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) e no artigo 5º, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação nº 167, de 10 de dezembro de 1992; e

CONSIDERANDO que a Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989, no seu artigo 123, inciso III; a Lei Complementar nº 63, de 1º de agosto de 1990 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), no seu artigo 38, incisos II e III; o Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Deliberação nº 167, de 10 de dezembro de 1992, no seu artigo 47, incisos II e III, atribuem competência ao Tribunal de Contas para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de aposentadoria, transferência para reserva remunerada, reforma, pensão e de fixação de proventos e suas alterações;

CONSIDERANDO a freqüência de omissões e falhas observadas nos processos de pessoal encaminhados ao Tribunal de Contas, pelos Órgãos sob sua jurisdição;

CONSIDERANDO que algumas refixações de proventos são encaminhadas ao Tribunal desnecessariamente por falta de normas regulamentares;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de uniformização dos procedimentos adotados no exame e instrução processual, assim como a de racionalização das normas de encaminhamento dos processos pelas entidades e Órgãos jurisdicionados,

DELIBERA:

Do Encaminhamento

Art. 1º - Serão remetidos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para apreciação de sua legalidade, observando-se as normas estabelecidas nesta Deliberação, os Atos concessórios de:

I - aposentadorias, transferências para Reserva Remunerada, Reformas, e conseqüentes fixações de proventos, Pensões, Indenizações, bem como de revisões posteriores que modifiquem a fundamentação legal da concessão ou das parcelas que compõem os proventos, ressalvadas aquelas que não alterem o fundamento do ato concessório;

II - transformação de aposentadoria por invalidez em seguro-reabilitação, conforme previsto no art. 89, §§ 10 e 11, da Constituição Estadual, ou na Lei Orgânica do Município sob sua jurisdição;

§ 1º - A exigência deste artigo, tanto na esfera Estadual como na Municipal, aplica-se aos servidores das entidades da administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, assim como aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Para efeito do disposto no inc. I, consideram-se revisões posteriores que alteram o fundamento da Concessão, as decorrentes de atos que:

- a) incluam ou excluam vantagens financeiras a determinado servidor inativo;
- b) transformem a inativação com proventos proporcionais em inativação com proventos integrais;
- c) modifiquem parcela de direito pessoal decorrente de incorporação de cargos em comissão ou funções gratificadas.

§ 3º - Os demais atos administrativos, emanados do Estado ou de Município, decorrentes de Planos de Cargos e Salários, aumentos de vencimentos, e quaisquer outros não indicados nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior, deverão ficar arquivados nos órgãos respectivos, à disposição do Tribunal de Contas, para serem examinados por ocasião das inspeções.

§ 4º - A responsabilidade da remessa dos processos a que se referem os incs. I e II deste artigo cabe ao Governador, Prefeitos, Presidentes da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Alçada, das Câmaras Municipais, aos Procuradores-Gerais de Estado, de Justiça e da Defensoria Pública, e às autoridades com delegação de poderes para praticarem tal ato.

Do Prazo de Remessa

Art. 2º - O prazo de remessa de atos referidos nos incs. I e II do art. 1º é de 120 dias, contados da data de autuação do processo no protocolo de origem, na forma do disposto nos arts. 89, § 8º da Constituição Estadual, e 38, § 1º da Lei Complementar nº 63, de 01.08.90.

Dos Elementos de Informação e Prova Documental

DOS ATOS DE APOSENTADORIA, TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA E REFORMA

Art. 3º - É indispensável ao registro dos atos de Aposentadorias, transferências para Reserva Remunerada, Reformas e conseqüentes fixações de proventos, a juntada dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado, quando se tratar de aposentadoria voluntária ou transferência para reserva remunerada;

II - certidão de nascimento, ou documento equivalente admitido por lei, caso se trate de aposentadoria compulsória ou voluntária proporcional por implemento de idade;

III - laudo médico comprobatório, se a aposentadoria ou reforma resultar de invalidez, devendo ser especificado, claramente, se a moléstia se enquadra nas determinantes de proventos integrais ou proporcionais;

IV - comprovação da publicação dos atos expedidos, devidamente datados e assinados;

V - na hipótese de o ato resultar do cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, o processo deverá ser instruído com cópia autenticada da decisão, em termos que evidenciem a natureza e extensão do direito pecuniário reconhecido ao interessado;

VI - prova da prestação do tempo de serviço, que deverá ser feita através de:

a) certidão discriminativa, ou qualquer outro documento hábil, na forma da lei, elaborada e assinada pela autoridade competente, da qual deverão constar tempo de serviço averbado, prestado à União, Estados, Municípios e Empresas Privadas; faltas e suspensões; períodos de licença-prêmio e de férias não gozados pelo servidor, devidamente fundamentados, permanecendo os processos respectivos nos órgãos de origem;

b) informação detalhada, extraída dos Assentamentos Funcionais do servidor, elaborada e assinada pela autoridade competente, da qual deverá constar expressamente:

- 1 - todos os dados relativos à Investidura;
- 2 - promoções, ascensões, transposições e transformações referentes ao cargo efetivo;
- 3 - penalidades;
- 4 - todos os períodos de afastamento do servidor;
- 5 - demonstrativo, ano a ano, do tempo de percepção de vantagens financeiras e do exercício de cargos em comissão ou funções gratificadas que gerem, ou não, direito à incorporação;
- 6 - que o tempo de serviço prestado pelo professor, no caso de aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher, ou 30 (trinta), se homem, foi de efetivo exercício em funções de magistério;
- 7 - que foi comunicado ao INSS, com citação do expediente e respectiva data, o aproveitamento do tempo de serviço prestado em atividade privada, para efeito de aposentadoria no serviço público, esclarecendo os exatos períodos averbados, a fim de ser efetuada a competente anotação no órgão previdenciário, atendendo a exigência contida na legislação federal própria, quando a concessão se apoiar em contagem recíproca.

§ 1º - A apostila de fixação, refixação ou retificação de proventos deverá indicar seu fundamento legal, que consistirá na menção expressa do artigo, parágrafo, inciso e alínea da lei, decreto e de qualquer outro ato que ampare cada parcela atribuída ao interessado.

§ 2º - É indispensável que os documentos enumerados nos incs. II e III sejam originais, ou cópias autenticadas pela autoridade competente, não podendo conter rasuras ou emendas.

Art. 4º - O processo de aposentadoria deverá conter, ainda, declaração da autoridade competente e do servidor sobre acumulação, ou não, de cargos, funções ou empregos na Administração Pública.

§ 1º - Nos casos de acumulação:

I - a autoridade competente afirmará ser lícita, ou não, informando sobre os dados a ela concernentes, devidamente atualizados;

II - o funcionário, além de mencionar o cargo, lotação e matrícula que detém em regime de acumulação, afirmará que o tempo de serviço computado não o beneficiou e nem o beneficiará em outra contagem.

§ 2º - Não havendo exercício cumulativo, as declarações, da autoridade competente e do funcionário, afirmarão que o servidor não acumula outro cargo, função ou emprego público em nenhum dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou em qualquer entidade da Administração Indireta (Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação).

Dos Atos de Pensão

Art. 5º - O processo de pensão deverá conter:

I - original do Ato concessório, e suas posteriores alterações não decorrentes de ajustes gerais, devidamente datado, assinado e publicado;

II - certidão de óbito;

III - certidão de casamento;

IV - certidão de nascimento dos filhos e, se for o caso, de beneficiários do instituidor;

V - cópia autenticada da decisão judicial transitada em julgado, em termos que evidenciem a natureza e extensão do direito pecuniário reconhecido ao interessado;

VI - justificação judicial, ou procedimento administrativo competente, que atribua ao pensionado a qualidade de beneficiário, quando for necessário;

VII - comprovação, mediante informações minuciosas, da ocorrência de acidente de serviço e, se necessário, registros policiais ou particulares;

VIII - processo de aposentadoria, quando o servidor falecido for inativo, ou os documentos exigidos no inc. VI, do art. 3º da presente Deliberação, quando se tratar de servidor ainda em atividade;

IX - declaração do beneficiário de que não tem economia própria, quando a lei assim o exigir;

X - demonstrativo das parcelas que compõem a pensão, indicando -se com precisão a fundamentação legal de cada uma.

Parágrafo único - É indispensável que os documentos indicados nos incs. II, III e IV sejam cópias autenticadas pela autoridade competente, não podendo conter rasuras ou emendas.

Das Normas

Art. 6º - As exigências e os requisitos enumerados na presente Deliberação não excluem o acréscimo de outros que forem necessários à apreciação da legalidade dos atos administrativos sob exame, podendo, para tanto, o Corpo Instrutivo propor devolução ao órgão de origem ou diligência externa, para saneamento dos processos.

Art. 7º - O Corpo Instrutivo informará os processos com observância das exigências e dos requisitos indicados nesta Deliberação, propondo, conforme o caso, registro, diligência quando implicar no mérito, ou devolução ao órgão de origem, quando se tratar de erros formais.

Art. 8º - Define-se como erro formal, a ausência dos elementos, atos e informações indicados nos arts. 3º, 4º e 5º e seu parágrafo único da presente Deliberação.

Parágrafo único - Verificada a ausência de documento imprescindível ao exame dos Atos concessórios definidos nesta deliberação e a existência de falhas que não impliquem no mérito, o Corpo Instrutivo devolverá os autos aos órgãos de origem para saneamento.

Art. 9º - Verificada a ilegalidade dos Atos concessórios, ou na outorga de vantagens, o Tribunal diligenciará ao órgão de origem, a fim de que sejam adotadas as medidas corretivas, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma só vez, mediante pedido tempestivo e devidamente justificado.

Parágrafo único - O prazo a que se refere este artigo aplicar-se-á também aos casos de devolução.

Art. 10 - O julgamento de ilegalidade do Ato concessório e das revisões, com a conseqüente recusa do registro, implicará na sua anulação.

§ 1º - A recusa do registro obrigará o órgão de origem a fazer cessar todo e qualquer efeito decorrente do ato, a partir da ciência da decisão do Plenário, através do recebimento do processo, sob pena de ser o responsável obrigado ao ressarcimento das quantias pagas após aquela data, devendo o cumprimento destas determinações ser comprovado ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - O Tribunal promoverá Inspeções, para verificação do fiel cumprimento de suas decisões.

§ 3º - Caso não seja suspenso o pagamento ou haja indício de procedimento culposos ou dolosos, na concessão ou na outorga de vantagens sem fundamento legal, o Tribunal determinará a apuração de responsabilidade e o ressarcimento aos cofres públicos das despesas ilegalmente efetuadas.

§ 4º - Quando a ilegalidade verificada consistir na negação, pela autoridade administrativa, em dar imediato cumprimento à decisão do Tribunal, o responsável sujeitar-se-á às sanções previstas no art. 63, inc. IV, § 1º, da Lei Complementar nº 63/90, e no art. 80, inc. IV, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Deliberação nº 167/92.

Art. 11 - Das decisões da Corte de Contas caberá recurso, na forma estabelecida no Título II, Capítulo VIII, do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Deliberação nº 167, de 10.12.92.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 12 - Em relação aos processos que já tenham dado entrada neste Tribunal e ainda pendentes de apreciação, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - os processos que se encontram nos órgãos de origem para cumprimento de diligência determinada pelo Plenário, ou de despacho saneador do Secretário-Geral de Controle Externo, havendo necessidade, manterão sua tramitação até a apreciação final;

II - os processos em tramitação no Corpo Instrutivo serão, através da Secretaria-Geral de Controle Externo, encaminhados à Presidência para fins de devolução à origem, em caso de manifestação favorável, ou manterão sua tramitação normal, havendo necessidade de apreciação;

III - os processos em tramitação pelos gabinetes dos Conselheiros serão, a critério do Conselheiro Relator, devolvidos à Presidência para fins de devolução à origem ou submetidos à apreciação do Plenário.

Art. 13 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Deliberações nºs 118, de 11 de maio de 1989, 172, de 13 de abril de 1993 e 177, de 10 de março de 1994.

Sala das Sessões, 29 de junho de 1995.

SERGIO F. QUINTELLA
Presidente

NOTA

- Publicada no DORJ de 19.07.95.

ANEXO IX: NORMA DE INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL - SICODI

DELIBERAÇÃO Nº 234

12 de junho de 2006

Institui o Sistema de Comunicação Digital - SICODI, disciplina as comunicações entre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e os responsáveis por órgãos jurisdicionados, através de técnicas de assinatura digital e certificação de conteúdo de mensagens eletrônicas através da rede mundial de computadores (Internet), e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, prevista no artigo 4º, I da Lei Complementar Estadual nº 63, de 1º de agosto de 1990 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), no artigo 115, I, b e c do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação nº 167, de 10 de dezembro de 1992; e

CONSIDERANDO a necessidade de adaptação às novas tecnologias que propiciem o aumento de eficiência e eficácia aos processos deste Tribunal, com significativa economia de tempo e recursos;

CONSIDERANDO a necessidade de agilizar a comunicação entre o TCE-RJ e os responsáveis pelas unidades gestoras jurisdicionadas, utilizando-se a rede mundial de computadores (Internet) e mensagens de correio eletrônico (e-mail) em ambiente seguro e com total garantia de sigilo, preservação e integridade das informações, tanto para o remetente quanto para o destinatário;

CONSIDERANDO que os atuais meios de envio de documentos entre as partes, relacionados a processos em trâmite no Tribunal, por correio ou entrega "em mãos", além de demorados e dispendiosos se mostram por vezes inviáveis pela dificuldade de localização do destinatário;

CONSIDERANDO que a assinatura digital e a certificação eletrônica contam com total amparo legal e validade jurídica, introduzidos pela Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, pelo Código de Processo Civil Brasileiro, na forma do artigo 332, artigo 219 da Lei nº 10.406 de 10.01.02, pela Lei 9.800/99 que ampara e cria mecanismos de autorização e envio da denominada "petição eletrônica" no âmbito dos Tribunais e Juizados Especiais, e pelo artigo 8º parágrafo 2º da Lei 10.259/01, que autoriza o serviço de intimação e recepção de petições por meio eletrônico no âmbito dos Juizados Especiais da Justiça Federal;

DELIBERA:

Secretaria-Geral de Planejamento - SGP
Coordenadoria de Organização e Procedimentos - CAP

Art. 1º - Fica criado o Sistema de Comunicação Digital - SICODI, com a finalidade de instituir um meio ágil e seguro para a troca de informações eletrônicas, transmissão de documentos e comunicação de atos, entre o TCE-RJ e os responsáveis por órgãos jurisdicionados.

Parágrafo único - O acesso ao SICODI se dará unicamente através da rede mundial de computadores (Internet), por mensagens e documentos encaminhados eletronicamente com a assinatura digital do responsável, em ambiente que utiliza certificados digitais emitidos no âmbito da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com garantia de autenticidade e integridade da informação. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

Parágrafo único - O acesso ao SICODI se dará unicamente através da rede mundial de computadores (Internet), por mensagens e documentos (anexos) encaminhados eletronicamente (e-mail) com a assinatura digital do responsável, em ambiente que utiliza certificados digitais emitidos no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com garantia de autenticidade e integridade da informação.

Art. 2º - A transmissão de informações e de documentos para o TCE-RJ poderá ser realizada por meio de mensagem eletrônica enviada através da rede mundial de computadores (Internet) e assinada digitalmente pelo responsável. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

Art. 2º - A transmissão de informações e de documentos para o TCE-RJ poderá ser realizada por meio de mensagem eletrônica enviada através da caixa de correio eletrônico vinculada ao SICODI e assinada digitalmente pelo responsável.

Art. 3º - As citações, notificações e comunicações poderão ser realizadas por meio de mensagens eletrônicas enviadas para o responsável, uma vez assinadas digitalmente. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

Art. 3º - As citações, notificações e comunicações poderão ser realizadas por meio de mensagens eletrônicas enviadas para caixa de correio eletrônico do responsável, vinculada ao SICODI, e assinadas digitalmente.

§ 1º - Havendo prazo para prática de ato, a contagem terá início no dia útil imediatamente posterior ao da confirmação de abertura da mensagem eletrônica enviada para o responsável e encerrar-se-á à 24ª (vigésima quarta) hora do último dia de prazo certificado nos autos, conforme data e hora constantes do registro no SICODI, sendo considerada como oficial a hora do Estado do Rio de Janeiro. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

§ 1º - Havendo prazo para prática de ato, a contagem terá início no dia útil imediatamente posterior ao da confirmação de abertura da mensagem eletrônica enviada para a caixa de correio eletrônico do responsável, vinculada ao SICODI, e encerrar-se-á às 24 (vinte e quatro) horas do último dia de prazo, conforme data e hora constantes do registro no SICODI e certificadas nos autos.

§ 2º - Havendo número de telefone móvel com caixa de mensagem cadastrado pelo responsável no SICODI, com a finalidade de receber informações sobre a existência de mensagem eletrônica, o TCE-RJ enviará comunicação padrão ao número indicado, na mesma oportunidade em que for enviada mensagem eletrônica. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

§ 2º - Havendo número de telefone com caixa postal cadastrado pelo responsável no SICODI, com a finalidade de receber informações sobre a existência de mensagem eletrônica, o TCE-RJ enviará mensagem padrão ao número indicado, na mesma oportunidade em que for enviada mensagem à caixa de correio eletrônico vinculada ao SICODI.

§ 3º - O TCE-RJ deverá providenciar publicação do termo de quaisquer dos atos previstos no *caput* deste artigo - no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - sempre que, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da remessa da mensagem eletrônica, não houver a confirmação de sua abertura. (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

§ 3º - O TCE-RJ deverá providenciar publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro sempre que, no prazo de 5 (cinco) dias, não houver a confirmação de abertura da mensagem encaminhada ao correio eletrônico vinculado ao SICODI.

§ 4º - No caso do parágrafo anterior, a contagem do prazo para a prática de ato terá início no dia útil imediatamente posterior ao da publicação.

§ 5º - É de inteira responsabilidade do remetente o teor e a integridade dos documentos enviados, assim como a observância dos prazos.

§ 6º - A tempestividade do documento será aferida pela data e hora de recebimento pelo SICODI, observando-se, rigorosamente, o limite de horário estabelecido no parágrafo primeiro.

§ 7º - Na hipótese do TCE-RJ não cientificar o responsável na forma prevista no *caput* deste artigo, através do SICODI, o regular chamamento ao processo se dará nos moldes constantes da Deliberação nº 204/96.

Art. 4º - O responsável deverá consultar periodicamente o SICODI, tomando conhecimento do conteúdo das mensagens, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I). (NR)

Nova redação dada pela Deliberação nº 241/07 (DORJ 22.06.07).

Redação original:

Art. 4º - O responsável deverá consultar periodicamente sua caixa de correio eletrônico, vinculada ao SICODI, tomando conhecimento do conteúdo das mensagens, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I).

Art. 5º - Os documentos recebidos pelo TCE-RJ, através do SICODI, serão impressos integrando os autos processuais.

§ 1º - Quando ocorrer autuação de novo processo, o TCE-RJ fornecerá protocolo eletrônico informando descrição e número de autuação.

§ 2º - Nos demais casos o SICODI enviará automaticamente protocolo eletrônico, com confirmação do recebimento, data e hora da transmissão.

Art. 6º - Em caso de falha do SICODI, o prazo será suspenso, reiniciando-se a contagem a partir de mensagem eletrônica de restabelecimento enviada pelo TCE-RJ a todos os responsáveis, por meio do próprio SICODI.

Parágrafo único - Em caso de problemas técnicos ou operacionais por parte do órgão jurisdicionado que impeçam a transmissão de mensagens ou documentos (anexos) através do SICODI, deverá ser utilizado meio físico, com entrega da documentação no protocolo do TCE-RJ, observados os prazos aplicáveis.

Art. 7º - O TCE-RJ poderá determinar, a qualquer tempo, que o responsável envie original de documento previamente transmitido por meio eletrônico, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I).

Art. 8º - O TCE-RJ através da Escola de Contas e Gestão ministrará programas de treinamento e manterá suporte permanente aos jurisdicionados, a fim de capacitá-los a operar a Certificação Digital e demais aplicativos utilizados no SICODI.

Art. 9º - É facultado ao responsável enviar os documentos ao TCE-RJ com entrega direta no protocolo, observados os prazos aplicáveis.

Art. 10 - Os responsáveis por órgãos jurisdicionados, atualmente em exercício, têm o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Deliberação, para comparecer pessoalmente ao TCE-RJ a fim de efetuar o cadastramento junto à Autoridade Certificadora, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I).

§ 1º - Ocorrendo substituição do responsável, o substituído deverá comunicar a saída ao TCE-RJ, devendo o substituto comparecer pessoalmente ao TCE-RJ, no prazo de 30 (trinta) dias da data da posse, para efetuar o cadastramento junto à Autoridade Certificadora, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I).

§ 2º - O responsável deverá manter suas informações cadastrais sempre atualizadas, sob pena de responsabilidade (Lei Complementar nº 63/90, artigo 4º, inciso I).

§ 3º - Os cadastros efetuados no sistema permanecerão ativos até 5 (cinco) anos do trânsito em julgado de decisão desta Corte, nos casos de processos que não se refiram a recurso de revisão, ou até 6 (seis) meses após decisão em processo de recurso de revisão, o que ocorrer por último.

Art. 11 - Todas as transmissões de mensagens ou documentos (anexos) realizadas através do SICODI ficarão armazenadas, de forma criptografada, por um período mínimo de dez anos, com garantia do seu conteúdo, autenticidade, integridade, formato, anexos, data e hora do envio, recebimento e leitura.

Art. 12 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2006.

JOSÉ GOMES GRACIOSA
Presidente

NOTA

- Publicada no DORJ de 14.06.06.

Secretaria-Geral de Planejamento - SGP
Coordenadoria de Organização e Procedimentos - CAP

ANEXO X: ENTREVISTA COM SERVIDORES DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA E USUÁRIOS INTERNOS

- I. O que é o Sistema de Comunicação Digital – SICODI?
- II. Com qual finalidade foi criado?
- III. Tendo em vista a ação de índole constitucional a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, o Sr. não visualiza que o sistema está sendo sub-utilizado?
- IV. Para a elaboração do SICODI, foram seguidas as diretrizes estabelecidas pela norma ISO/IEC 9126 – 1, em suas características e sub-características?
- V. As funções requeridas estão presentes no software?
- VI. Quão eficiente é o sistema?
- VII. Quão confiável é o sistema?
- VIII. O sistema é de fácil uso?
- IX. O sistema pode ser transferido facilmente para outro ambiente?
- X. O SICODI deixa clara a missão institucional do TCE/RJ, podendo ser instrumento forte da fiscalização a cargo do TCE? Pode-se aumentar as tarefas que hoje usam o SICODI?
- XI. Há informação sobre outros sistemas que estejam vinculados ao SICODI, inclusive indicando os procedimentos?
- XII. Existe um link para as atividades que podem ser executadas fazendo uso do SICODI?
- XIII. Há um link de ajuda para as perguntas e respostas mais freqüentes sobre o sistema?
- XIV. O texto é de boa qualidade e tem estilo adequado à sintaxe html?
- XV. Faz-se referência ao editor, redator ou responsável pela elaboração dos conteúdos?
- XVI. Consta link para o suporte?
- XVII. Existe informação sobre a atualização do sistema e datas, indicando a freqüência?
- XVIII. Existem links para outras informações sobre atos que podem ser executadas pelo sistema?
- XIX. O sistema se contextualiza como instrumento otimizador da ação fiscalizatória a cargo do TCE/RJ?
- XX. A responsabilidade pela elaboração do conteúdo do sistema é de profissional (is) da área de informação / comunicação?
- XXI. Para desenvolvimento do sistema, ainda em sua fase de planejamento, foram ouvidos os prováveis usuários internos e externos do sistema?